

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

PAULO CÉSAR RUAS OLIVEIRA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E NOVAS
ALTERNATIVAS RURAIS NO ESPÍRITO SANTO: O CASO
DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

Vitória
2014

PAULO CÉSAR RUAS OLIVEIRA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E NOVAS
ALTERNATIVAS RURAIS NO ESPÍRITO SANTO: O CASO
DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria da Penha Smarzaró Siqueira.

Vitória

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S237d Santos, Paulo César Ruas Oliveira, 1971-
Desenvolvimento socioeconômico e novas alternativas rurais no
Espírito Santo : o caso de Venda Nova do Imigrante / Paulo César Ruas
Oliveira Santos. – 2014.

163 f. : il.

Orientador: Maria da Penha Smarzaró Siqueira.

Coorientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Agroturismo. 2. Agricultura familiar. 3. Café - Aspectos econômicos. I.
Siqueira, Penha. II. Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. III. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

PAULO CÉSAR RUAS OLIVEIRA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E NOVAS
ALTERNATIVAS RURAIS NO ESPÍRITO SANTO: O CASO DE VENDA
NOVA DO IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História na área História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular

Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Reis
Membro Titular
Universidade de Vila Velha

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Suplente

À Celina Souza Ruas
(*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Deus, por ter me dado luz e força nas horas mais difíceis dessa jornada.

Minha orientadora Professora Doutora Maria da Penha Smarzaró Siqueira por ter me mostrado, em uma pequena faculdade privada, que estudar na Universidade Federal do Espírito Santo era possível e, que eu teria potencial para chegar onde estou. Agradeço por ter acreditado em mim, por me mostrar que esse sonho era possível, assim como agradeço pelo carinho e paciência que teve comigo durante a realização deste trabalho, e principalmente por transmitir, através de seu olhar atento e sensível, seus saberes e conhecimentos.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, (FAPES) pelo apoio financeiro para a realização desse trabalho.

Minha família, razão do meu viver.

Todos aqueles que acreditaram no meu esforço e me apoiaram tendo contribuído para a realização deste projeto.

Professores Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro e Dr. Márcio Carneiro dos Reis pelo dispêndio de suas horas a corrigir o meu trabalho e, pelas excelentes orientações durante a minha Banca de Qualificação.

De forma coletiva, agradeço a todos os Docentes do Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas da UFES, em especial, àqueles com quem tive um contato maior durante essa jornada, Thiago Vieira de Brito, Tito Souza da Silva e Marcelo Durão.

Arione Stanislau dos Passos do Cartório de Pedra Azul.

Domingos Sávio Fileti, Secretário Municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante.

Maíne Batista pelas orientações nos aplicativos de informática e correções textuais.

Mirian Batista pelo apoio operacional e tecnológico no uso do computador.

Klaus Madeira Sant'Ana, amigo inseparável.

Márcio Vinícius Lyra Vaccari, Fabrício Marins Sant'Ana e Antônio Fernando Bungenstab.

Rita de Cássia Zanúncio Araújo do IDAF de Venda Nova do Imigrante.

Vailson Schineider do IDAF de Vitória.

Todas as famílias vendanovenses que me acolheram durante as pesquisas.

Todos os funcionários da Biblioteca Central da UFES, em especial ao José Roberto e a Tânia Maria Borsoi.

Funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Presidente da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante Thiago Alto e seus colaboradores Daniella, Eunice Caliman, Henrique e Lúcia Zorzal, Margareth.

Às minhas duas pérolas, uma branca e outra negra, Márcia e Morgana, esposa e filha respectivamente.

... em certo sentido, é exatamente assim: como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferentemente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos atores que os ‘puseram no mundo’; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência (PAUL RICOEUR).

RESUMO

Os direcionamentos políticos ocorridos na década de 1960 marcaram uma nova fase no desenvolvimento econômico capixaba, tendo como referência a industrialização e as novas relações capitalistas de trabalho no campo, que promovem um acentuado êxodo rural, provocado principalmente pela desestruturação da pequena propriedade de mão de obra familiar, predominante no município em Venda Nova do Imigrante, referência norteadora de nosso objeto de estudos neste trabalho. Diante deste cenário de mudanças estruturais, o pequeno produtor familiar de Venda Nova do Imigrante encontrou no resgate de suas tradições um caminho para novas alternativas de trabalho com base nas atividades rurais, possibilitando sua permanência no meio rural. Neste contexto, nossa investigação procurou elaborar um estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico e as novas alternativas rurais de Venda Nova do Imigrante, principalmente após os impactos da erradicação de café da década de 1960, na busca por um entendimento da dinâmica que transformou o município em um novo padrão de economia e de desenvolvimento, tornando-se um expoente do agroturismo no Estado e, com repercussão além dos limites regionais. Nosso estudo foi baseado em duas vertentes metodológicas, uma apoiada na pesquisa bibliográfica geral e específica sobre o tema e, uma pesquisa de campo pelo viés da técnica de entrevistas de História Oral, com os atores diretamente envolvidos com as novas alternativas rurais locais desenvolvidas a partir da erradicação dos cafezais ocorrida na década de 1960. Instrumentos que nos permitiram a elaboração do trabalho em questão em uma abordagem qualitativa atendendo os objetivos de nosso projeto de investigação.

Palavras-chave: Economia cafeeira. Agricultura familiar. Tradição cultural. Modernização. Agroturismo.

ABSTRACT

The political leadings of 1960s decade marked a new phase in Capixaba's economic development, with reference to the growing industrialization and the new capitalist working relations in the countryside that promoted a high rural exodus, mainly caused by the disruption of families' small property labor, which predominated in Venda Nova do Imigrante city and that will serve as a guiding reference to our object of study in this work. Regarding this structural change, the family production worker of Venda Nova do Imigrante has found in the rescue of its tradition a way for new work alternatives based on rural activities, which allowed the permanence of families in the rural milieu. In this context, our research sought to develop a study about the social-economical and the new rural alternatives in Venda Nova do Imigrante, especially after the impacts of coffee's eradication during the 1960's, in search of a better understanding of the dynamics that changed that city to new standard of economy and development, and which turned into an agritouristic exponent in the state of Espírito Santo, with a repercussion that goes further any regional boundaries. Our study was based on two mythological strands, one based on general and specific literature about the theme, and another based on field research, sustained by oral history's interview technique, with those directly involved with those new rural alternatives that had been developed after the eradication of the coffee fields in the 1960s. These are tools that facilitated the elaboration of the present work in a qualitative approach which meets the goals of our research project.

Key-words: Coffee economy; Family farming; Cultural tradition; Modernization; Agritourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura I-1: Fazenda Providência - Família Carnielli: Depósitos de queijos finos	96
Figura I-2: Fazenda Providência - Família Carnielli: Lojinha da família Carnielli	98
Figura I-3: Fazenda Providência - Família Carnielli: Lojinha da família Carnielli	99
Figura II-1: Sítio Descanso: Casa antiga	100
Figura II-2: Sítio Descanso: Queijos especiais em processo de curtição	101
Figura II-3: Sítio Descanso: Tanque processador para pasteurização de laticínios	101
Figura II-4: Sítio Descanso: depósito de queijos especiais reservados na propriedade da família Busato	104
Figura III-1: Sítio Retiro do Ipê: Priscila Brioschi na lojinha da família	110
Figura III-2: Sítio Retiro do Ipê: Cantinho na lojinha da família Brioschi reservado a exposição de objetos antigos	112
Figura IV-1: Sítio Jequitibá-Família Altoé: Primeiro caminhão de Venda Nova do Imigrante de propriedade do senhor Angelo Altoé, foto exposta na lojinha Cláudia Artesanatos (acervo da família)	114
Figura IV-2: Sítio Jequitibá-Família Altoé: Lojinha Tia Cila	116
Figura IV-3: Sítio Jequitibá-Família Altoé: Lojinha Tia Cila	116
Figura IV-4: Sítio Jequitibá-Família Altoé: Lojinha Tia Cila	116
Figura IV-5: Sítio Jequitibá-Família Altoé: Lojinha Tia Cila	116
Figura IV-6: Sítio Jequitibá-Família Altoé/Cláudia Artesanatos: Artesanato feito a partir da madeira adquirida da poda dos pés de café	117
Figura IV-7: Sítio Jequitibá-Família Altoé/Cláudia Artesanatos: Produtos da Lojinha Cláudia Artesanatos	118
Figura IV-8: Sítio Jequitibá-Família Altoé/Cláudia Artesanatos: Loja de Móveis de Demolição	118
Figura V-1: Sítio Sossai Altoé: Maquinário utilizado na fabricação de aguardente... ..	119
Figura V-2: Sítio Sossai Altoé: O senhor Luiz Gonzaga Altoé proprietário do Sítio Sossai Altoé	120
Figura VI: Fazenda Caliman: Entrada do Restaurante Fazenda Saúde	122
Figura VII-1: Sítio Boa Vista/Sítio e Adega Tonole: Tonel decorativo de vinho	123
Figura VII-2: Sítio Boa Vista/Sítio e Adega Tonole: Garrafas de vinhos	124
Figura VIII: Sítio Lorenção: Lojinha da propriedade	128
Figura IX-1: Festa do Socol	130

Figura IX-2: Recanto do Tio Vé: Espaço destinado aos turistas.....	131
Figura X-1: Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante.....	134
Figura X-2 e X-3: Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I.1: Percentual da origem dos imigrantes de Venda Nova - Região do Vêneto.....	57
Gráfico II.1: Venda Nova do Imigrante-Produção rural 2010.....	89
Gráfico II.2: Venda Nova do Imigrante-Produção rural 2011 em %	90
Gráfico II.3: Venda Nova do Imigrante-Produção rural 2012 em %	90
Gráfico II.4: Venda Nova do Imigrante-Produção rural 2013, 01 janeiro de 2013 a 13 de maio de 2013 em %	91

LISTA DE TABELAS

Tabela I-1: ESPÍRITO SANTO: Composição em % do PIB 1960-1998.....	44
Tabela II-1: ASPECTOS DA ESTRATIFICAÇÃO FUNDIÁRIA: Venda Nova do Imigrante – 2011.....	69

LISTA DE SIGLAS

AGROTUR - Associação do Agroturismo de Venda Nova
AGROTUR - Associação do Turismo Rural de Venda Nova do Imigrante
ARPP - Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte
ASSOCOL - Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante
BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
CAIs - Complexos Agroindustriais
CEASA - Centro de Abastecimento do Espírito Santo
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CERES/FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
CODES - Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo
COFAVI- Companhia Ferro e Aço de Vitória
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
CONDEPE - Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Pecuária
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
EADI's - Entrepósitos Aduaneiros de Interior
EMATER-ES - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
EMCAPER - Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCATUR - Empresa Capixaba de Turismo
FAVENI- Faculdade de Venda Nova do Imigrante
FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo
FRISA - Frigorífico Rio Doce S/A
FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FUNDEC - Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura FUNDAP
GERCA - Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IG - Identidade Geográfica

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

LEADER - Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

PDN - Plano Nacional de Desenvolvimento

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONOVA - Cooperativa dos Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo

RIISPOA - Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal

SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura, e Pesca

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

SIM - Serviço de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUSAF/ES - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 - ESPÍRITO SANTO E A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO SÉCULO XX	21
1.1 - O CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL E A DINÂMICA DA ECONOMIA CAFEEIRA	21
1.2 - A ECONOMIA CAFEEIRA NO ESPÍRITO SANTO E SUAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	28
2 - A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS.....	34
2.1 - A ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS E EFEITOS SOCIOECONÔMICOS.....	34
2.2 - O PROJETO MODERNIZADOR E A INDUSTRIALIZAÇÃO	38
2.3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS NOVAS ALTERNATIVAS NO MEIO RURAL CAPIXABA.....	45
3 - VENDA NOVA DO IMIGRANTE NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS: A MATRIZ DO AGROTURISMO	55
3.1 - A COLÔNIA E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL.....	55
3.2 – A ESTRUTURA ECONÔMICA: A PEQUENA PROPRIEDADE E A MÃO DE OBRA FAMILIAR	62
3.3 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO E O AVANÇO DO AGROTURISMO.....	70
3.4 – A REPRESENTAÇÃO DO AGROTURISMO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO.....	81
3.4.1 - A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	82
3. 4. 2 - UMA BREVE AMOSTRAGEM DAS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

A constituição e a consolidação das características da estrutura produtiva com bases na pequena propriedade com mão de obra familiar, desenvolvida a partir de meados do século XIX, nos núcleos fundados por imigrantes europeus, como é o caso de Venda Nova do Imigrante, região produtora de café, prevaleceram até a década de 1960, período em que a prática da política federal de erradicação dos cafezais antieconômicos, a modernização agrícola e a busca por novas alternativas de desenvolvimento, buscavam através do processo de industrialização a modernização econômica do Estado.

A partir dos anos de 1970, as mudanças na estrutura socioeconômica nacional repercutiram e impulsionaram as transformações e o desenvolvimento econômico e social no Espírito Santo. Os direcionamentos deste novo processo delinearão um novo perfil socioeconômico no meio rural, principalmente no núcleo centro sul do Estado, dentro deste contexto está inserido o município de Venda Nova do Imigrante, que constitui o eixo central de nossa pesquisa. O município se destaca como um importante núcleo de desenvolvimento, tendo encontrado no agroturismo uma nova alternativa rural, reconhecido como um dos principais centros de crescimento econômico e social do Espírito Santo e um importante pólo turístico da região serrana capixaba.

Tendo como marco temporal inicial a década de 1980, buscamos entender o fenômeno do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Para isso, nossa pesquisa avaliou os impactos locais provocados pela erradicação dos cafezais e pela modernização agrícola, os direcionamentos políticos adotados, as relações familiares e comunitárias entre os atores envolvidos, o sentimento de pertencimento, a adoção de tecnologias e, principalmente, as práticas adotadas para a manutenção do agroturismo.

Nosso estudo tem como foco a História Regional, por acreditarmos nas possibilidades de interpretações históricas nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, estando próximos do objeto de estudo, naturalmente articulado com um contexto mais amplo, nacional e ou internacional. Nesta aprendizagem nos apoiamos em Neves (2002), que situa a História Regional com toda sua abrangência e fontes em uma dimensão histórica onde, o estudo regional redimensiona a investigação a uma análise maior, ou seja, do nacional num contexto

estrutural e conjuntural que direcionam, constroem e reconstroem o local. Assim a história regional se apresenta como um complemento da história nacional colocando o pesquisador nas fronteiras de novos conhecimentos. No campo teórico conceitual utilizamos como referência a linhas de interpretação de Silva (1997) e Vainfas (1997), que além dos marcos históricos e dimensões teórico-conceituais, situam a História Regional como campo de pesquisa de grande abrangência e diversas possibilidades de investigação e interpretação histórica.

Completamos esse direcionamento em Chartier (1990), que de acordo com sua referência, cabe à História Cultural, identificar o modo como em diferentes tempos e espaços uma determinada realidade social é construída, moldada e transformadora de um cotidiano. Neste sentido a História Cultural busca entender as significações das práticas cotidianas de uma dada época, ou seja, a maneira como as pessoas e ou comunidades se organizam e enraízam princípios, valores e representações culturais em determinados tempos históricos. A História Cultural se torna assim, um resgate das representações, e o pesquisador tem como procedimento nesta investigação fontes documentais diversas que o permite identificar, analisar e explicar os fatos propulsores das reconstruções históricas no tempo e no espaço.

No campo metodológico nossa pesquisa buscou apoio em Lakatos (2001), por entendermos que um método de pesquisa é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança permite atingir os objetivos propostos, indicando o caminho a ser seguido. Seguindo essa noção, em termos metodológicos, nossa pesquisa buscou organizar elementos históricos, particularmente as construções teóricas contemporâneas na abordagem da questão da modernização da agricultura no Brasil e novos paradigmas que predominam o cenário agrícola, com foco no Espírito Santo, tendo como amostragem o município de Venda Nova do Imigrante. Desse modo, nosso encaminhamento metodológico buscou ser conduzido por uma análise histórica explicativa, apoiada em uma pesquisa de estudo de caso com propósitos exploratórios em abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa apoiada em uma pesquisa bibliográfica geral e específica sobre o tema norteou a construção teórica da análise, também fizemos uso de dados quantitativos para complementar o quadro teórico na análise do desenvolvimento econômico do Espírito Santo e para a amostragem socioeconômica do município de Venda Nova do Imigrante.

Por entendermos que nossa pesquisa se baseia na prática efetiva de um estudo regional, utilizamos a prática do estudo de caso, pois este, ganha relevância na medida em que investiga um fenômeno no seu contexto. Como fonte, na nossa pesquisa exploratória utilizamos livros, artigos, tese, sites acadêmicos, documentos do Arquivo Público Estadual e do Instituto Jones dos Santos Neves, referentes ao Estado e ao município de Venda Nova do Imigrante, documentos oficiais de secretárias do município e censos populacionais e econômicos.

Nosso primeiro capítulo aborda as crises sofridas pela dinâmica da economia cafeeira no cenário nacional e, as mudanças estruturais do setor agrário-exportador que culminaram no processo de industrialização a partir da década de 1930. Inicialmente, essa industrialização esbarrou na falta de investimentos e de infraestrutura em importantes áreas, processo alterado a partir de 1950 com a implementação do Plano de Metas que visou consolidar a base da produção industrial nacional. Dentro deste contexto, o estado capixaba, que até a década de 1960, tinha a sua composição socioeconômica assentada no modelo primário-exportador e na monocultura cafeeira, ficava de fora dos projetos e programas de desenvolvimento do Governo Federal. Vinculada a estes problemas, existia a questão da falta de concentração de capital comercial suficiente para promover novas atividades produtivas, capazes de gerar uma estrutura industrial e de serviços mais diversificada e independente da cafeicultura, caracterizada por acentuada dispersão fundiária e de mão de obra familiar.

Dentro dessas perspectivas, o capítulo busca explicar o cenário socioeconômico do Espírito Santo e o peso da crise agrícola nacional durante o final da década de 1950 e a década de 1960, que alteraram profundamente o processo de crescimento da economia capixaba, deslocando o setor agroexportador cafeeiro do centro dinâmico da economia em favor da produção industrial.

Nosso segundo capítulo versa sobre a modernização da economia após a erradicação dos cafezais ocorrida na década de 1960, das políticas adotadas pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA e do processo de empobrecimento e expulsão do homem do campo para os centros urbanos, já que as atividades desenvolvidas no meio rural à época da erradicação dos cafezais, não foram capazes de absorver a mão de obra disponível, fato corroborado pela exigência de pouca mão de obra na atividade pecuária extensiva desenvolvida no período.

A partir de 1975, o Espírito Santo se integrou aos mercados nacionais e internacionais através do direcionamento de importantes investimentos de grande porte, esses fatores trouxeram uma nova dinâmica de acumulação, foi o período em que novos grupos privados e estatais adquiriram domínio sobre a maioria dos setores econômicos do Estado. A partir desse momento, a dinâmica econômica do Espírito Santo se voltou para a implantação e o desenvolvimento dos Grandes Projetos Industriais, o que ocasionou na hegemonia de um setor industrial alocado no meio urbano, com intenso estímulo ao fenômeno migratório. Portanto, o segundo capítulo versa sobre a integração da agricultura com a indústria, sobre a crescente capitalização do setor agrícola e do novo processo de acumulação capitalista.

O terceiro capítulo abordará a reprodução sociocultural de Venda Nova do Imigrante, as características da estrutura produtiva de base familiar, os laços sociais e os princípios culturais das tradições italianas, ainda presentes na comunidade e expresso nas práticas locais voltadas para o agroturismo. Destacamos a estrutura fundiária, a modernização da agricultura, a fragilidade da pequena propriedade rural frente às constantes crises do setor cafeeiro e a busca por novas alternativas que culminaram no agroturismo. Após traçarmos breve histórico sobre o fenômeno do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, o terceiro e último capítulo traz de forma descritiva as informações sobre as propriedades visitadas, os relatos, os dados, apontamentos e, os resultados de nossa pesquisa empírica. Nesta fase final, a pesquisa trará as expectativas e as necessidades das famílias envolvidas para que o agroturismo continue a desempenhar o seu papel de atração e fonte de renda.

1. O ESPÍRITO SANTO E A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO SÉCULO XX

1.1 - O CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL E A DINÂMICA DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Historicamente a conjuntura econômica brasileira a partir do início do século XIX, foi fortemente marcada pela economia cafeeira que se expandiu em bases tradicionais de um modelo agroexportador-escravista sob o domínio de grandes proprietários. A expansão da cafeicultura tomou vulto notadamente na região Sudeste, marcando uma nova fase na evolução econômica do país e solidificou o modelo primário-exportador, tornando-se o agente dinamizador da economia nacional com amplo efeito multiplicador até as primeiras décadas do século XX. A cafeicultura promoveu mudanças na dinâmica da economia brasileira “[...] impulsionando os elementos capitalistas da economia em ascensão [...]” (LIMA, 1978:283), promovendo a ampliação da infraestrutura ferroviária e portuária, a intensificação do mercado interno e as relações comerciais com o mercado internacional, o comércio urbano, o incremento da migração estrangeira com relevância para o movimento migratório europeu, o trabalho assalariado, as bases da industrialização dentre outros fatores que impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico do país (LIMA, 1979)¹.

A dinâmica da economia cafeeira implicou ampla associação de interesses políticos e econômicos, envolvendo elementos propulsores para a produção e a reprodução do produto, como terra, capital, mão de obra, viabilidade do sistema de transporte, e até mesmo o clima. Essa combinação de fatores promoveu a rápida expansão da economia cafeeira no Sudeste, que se constituiu em região produtora e no centro geoeconômico mais dinâmico do país (FURTADO, 2007).

O modelo agrário-exportador estruturado na produção cafeeira, como a grande matriz do desenvolvimento econômico e da integração nacional com o mercado exterior se mantém como o maior e mais importante setor da economia brasileira, determinando a política econômica e cambial, traçando o mundo financeiro de acordo com as necessidades da

Tratando-se da economia cafeeira na conjuntura econômica nacional no século XIX e primeira metade do século XX, nos apoiamos inicialmente em LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, que nos proporciona uma base teórica conjuntural no sentido das inter-relações econômicas, sociais e políticas que constituíram a estrutura da economia nacional com base na dinâmica da economia cafeeira.

produção e do mercado do café (PRADO JÚNIOR, 2000). Entretanto, “[...] o progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi, contudo, acompanhado de igual progresso qualitativo [...]” (PRADO JÚNIOR, 2000:227). A produção cafeeira marcada por um movimento crescente intenso colocou o Brasil na posição de liderança no mercado internacional de café. Nas primeiras décadas do século XX, mesmo com o enfrentamento de crises de produção, preços e mercado, o café brasileiro, representava em média 80% das exportações internacionais, iniciando uma fase de perda de liderança desse mercado a partir da década de 30 (SAES, 1997).

As crises de produção e mercado, que marcaram as primeiras décadas do século XX, exigiram políticas de defesa e intervenção decisivas, tendo o Convênio de Taubaté², em 1906, como marco inicial da política de valorização da economia cafeeira, que seguido de outros, funcionou com relativa eficiência até final da terceira década do século XX. Em razão dos estímulos artificiais criados pelos complicados mecanismos de defesa para economia cafeeira, a produção de café no Brasil cresceu de maneira expressiva no decorrer da década de 1920, período em que as exportações permaneceram estáveis (FURTADO, 2007). Entretanto a partir da crise de 1929

[...] há um claro divisor de águas: a grande depressão catalisou um processo de mudança estrutural que deslocou o setor cafeeiro do eixo dinâmico da economia nacional. Assim, a nova ordem que se estabelece nas relações econômicas internacionais implicou mudança das regras do jogo do processo político-econômico brasileiro (a Revolução de 30), com a recomposição da base de apoio do Estado, o que corroeu o domínio exclusivo da cafeicultura na política econômica brasileira (SAES, 1997: 63).

Nesse contexto as permanências estruturais que ainda reforçavam o setor agrário-exportador, vão passar por amplas mudanças no âmbito da economia nacional. A partir de 1929, a crise econômica internacional caracterizada por um colapso econômico-financeiro em função da quebra da bolsa de Nova York (1929), desestruturou economias tradicionais com grande impacto na economia brasileira, colocando em questão a vulnerabilidade do poder da monocultura cafeeira como fator determinante na política econômica do país. A nova

² Celebrado em São Paulo na cidade de Taubaté em fevereiro de 1906, definiu as bases do que seria a política de valorização do café, que em essência consistia no seguinte: a) - Com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b)- O financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c)- O serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) – A fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007:253.

estrutura do Estado montada a partir da Revolução de 1930 conduz a economia brasileira para novos rumos, deslocando o centro dinâmico da economia para um projeto de produção industrial. Com a mudança política os centros de poder com domínio nas oligarquias centradas no mercado externo, perdem espaço para a ascensão de uma nova elite com foco no mercado interno, com interesses industriais no contexto de um projeto maior, ou seja, na expansão do capitalismo nacional (PEREIRA, 2003).

Na perspectiva destas questões, o caráter inicial da modernização econômica iniciada a partir de 1930, até o final da década de 40, marca uma fase de transição da economia primário-exportadora para a economia urbana/industrial, tendo o mercado interno como o principal fator dinâmico, quando o Brasil passa por um grande processo de substituição de importações³, pois “[...] criou-se uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno” (FURTADO, 2007:277).

Até a década de 1930 a grande maioria da população, essencialmente rural, encontrava-se fora do mercado nacional⁴, produzindo artesanalmente para o próprio consumo, “[...] de forma a não permitir que se possa falar em mercado interno [...]” (PEREIRA, 1987:24). O surto industrial verificado após esse período permitiu a rápida substituição das importações, diminuindo sensivelmente a dependência do país das exportações, pois “[...] nosso objetivo básico não é mais produzir para exportar (a preços extremamente baixos em relação aos das importações), mas produzir para consumir [...]” (PEREIRA, 1987:24). Lembramos que após esse período o Brasil deixou de ser extremamente agrário e, que além da agricultura e do comércio, “[...] dois novos setores produtivos de renda nacional passam a figurar com importância crescente – a indústria e o Estado” (PEREIRA, 1987:24).

³ O conceito de “substituição de importações”, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) na década de 1950, designa um processo interno de desenvolvimento estimulado por desequilíbrios externos. Na época, o objetivo da instituição era tentar explicar as circunstâncias que levaram à dinamização, ao crescimento e à diversificação da produção industrial nos países da América Latina, logo após a eclosão da grave crise econômica iniciada em 1929, ou seja, uma industrialização retardatária em relação aos processos de revolução industrial conhecidos pelos países centrais. Sobre essa questão veja: MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 2002:223.

⁴ As transformações na estrutura produtiva nacional têm seu primeiro antecedente na cultura cafeeira, quando da adoção em grande escala do trabalho assalariado nas fazendas, pois através da formação de um - incipiente - mercado interior, começaram a surgir as condições necessárias para a instalação de indústrias voltadas ao mercado interno. PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Tratando essa questão no contexto econômico nacional, podemos pontuar que a dinâmica desse processo não se estendeu a todas as regiões do país, a expansão industrial teve uma concentração maior no Sudeste, reforçando o processo industrial principalmente de São Paulo⁵, promovendo também alterações no padrão de desenvolvimento de outros estados que apresentava uma maior conexão socioeconômica com capacidade de articulação ao novo modelo produtivo (CANO, 2007), “[...] enquanto outros permanecem com suas tradicionais características agrário-exportadora, como principal setor dinâmico de produção [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2011:02) como foi o caso do Espírito Santo, que embora situado no Sudeste, região de maior potencial socioeconômico do país, não acompanhou o dinamismo das mudanças que tomavam forma na estrutura produtiva nacional (SIQUEIRA, Penha 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial a política adotada pelo governo fixava a taxa de câmbio de forma a não permitir que a moeda nacional se desvalorizasse, fato que favorecia não apenas os cafeicultores nacionais como o próprio setor industrial, beneficiado pela procura dos produtos da indústria interna, já que fora mantido o nível de renda do setor agrário. Porém, ainda que existindo uma ascensão interna de procura por produtos industrializados, houve uma diminuição no ritmo do desenvolvimento industrial brasileiro, pois o país ainda era um forte dependente das importações de equipamentos, ocorrência que determinou numa máxima utilização do maquinário existente.

O período seguinte à guerra é determinado pelo reforço de posição do setor industrial⁶ na economia e pela considerável prosperidade econômica, esta última, caracterizada por elevados saldos em divisas estrangeiras, que permitiu a importação de equipamentos tão necessários à indústria nacional. Neste quadro, o café foi o grande responsável pela melhora nas relações de troca, e ao proporcionar as divisas necessárias ao desenvolvimento, possibilitou sobremaneira

⁵ A posição hegemônica do estado paulista no período não é contestada, já que apresentava cerca de metade do valor de produção total e supremacia em diversos setores como número de estabelecimentos, capital aplicado, valor da produção e quantidade de operários. São Paulo apresentou condições que lhe favoreceram o progresso industrial, mas “[...] outros estados igualmente progrediram, incrementando suas atividades manufatureiras, expandindo vários setores de trabalho e aproveitando melhor com isso suas matérias-primas e outros recursos materiais e humanos” (LIMA, 1979:377).

⁶ Importa notar que o crescimento industrial após a guerra não se deu de forma hegemônica entre os setores industriais e, apesar de a indústria leve já estar instalada no país, inicia-se o processo de desenvolvimento das indústrias de bens de consumo mais complexas, como as de eletrodomésticos, de base (mineração, petróleo, siderurgia, química e fertilizantes) e de bens de produção, ou seja, ao distinguirem-se indústrias tradicionais e modernas, verificamos que houve um maior desenvolvimento nos setores mais modernos da industrialização, com grande destaque para a indústria química, fortemente atrelada a produção petrolífera (PEREIRA, 1987).

a aceleração industrial já que o Brasil ainda não possuía um grau mínimo de autonomia na produção de equipamentos (PEREIRA, 1987).

A partir de 1950, o Brasil viu-se às portas dos problemas da falta de infraestrutura, pois o desenvolvimento industrial não veio acompanhado de investimentos em áreas cruciais como de transportes ferroviários, navegação e nos campos de energia - dominado por empresas estrangeiras que pouco investia no setor, dado principalmente as baixas tarifas impostas pelo Governo. Após a metade da década o país vivenciou um notável impulso à industrialização, quando - através do Plano de Metas⁷ - o governo brasileiro buscou substituir algumas das importações necessárias à produção interna, “[...] em virtude das limitações impostas pela capacidade de importar; e da necessidade de se criarem as indispensáveis ‘economias externas, eliminatórias dos ‘pontos de estrangulamento’, pela expansão da energia elétrica e do serviço de transporte’ [...]” (LIMA, 1979:388).

Como a política do Plano de Metas⁸ buscava consolidar a base da produção industrial nacional, o Espírito Santo, até então monocultor cafeeiro, acabou por angariar um projeto industrial de cimento e outro siderúrgico. Embora sem repercussão imediata, “[...] foi o primeiro passo dado para a integração econômica do estado, via processo industrial, ao projeto econômico nacional [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2010:39).

A partir de 1957 surgiram no Brasil as fabricas de veículos a motor, que trouxeram efeitos multiplicadores aos ramos de aço, autopeças, pneus, tintas, etc. Igual incremento foi verificado nas indústrias de máquinas e nos setores responsáveis pelos pontos de estrangulamento. Concomitantemente, data deste período a construção de fábricas

⁷ Criado pelo Conselho de Desenvolvimento (órgão diretamente subordinado à Presidência da República) através Decreto 38.744, de fevereiro de 1956 e, tendo por base o Relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE de 1953 que elaborava as projeções relativas ao desempenho dos mais variados setores da economia e da necessidade de aceleração do crescimento econômico, o Plano de Metas (anseio de Kubitschek, em modernizar o país pela via da instalação de um significativo parque industrial, em um curtíssimo espaço de tempo) foi um plano quinquenal onde foram definidas as formas em que se realizariam as inversões de capital público em obras de natureza denominadas básicas ou infraestruturais, ou seja, “[...] elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social [...] observadas às condições no nível interno de emprego, principalmente do capital, e do balanço de pagamentos com o exterior”. ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campos, 1990:176.

⁸ As diretrizes de investimentos do Plano de Metas se concentraram nos setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e da educação, sendo 71,3% desses investimentos - a cargo quase que exclusivamente do setor público - direcionado à infraestrutura econômica: energia e transportes. Por seu turno, o setor mais beneficiado foi o petrolífero, que apesar do aumento de consumo no período, passou a abastecer a demanda interna em 33% (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990).

estrangeiras em território nacional, que passaram a produzir no Brasil os produtos antes enviados prontos ou em fase de montagem, resultando visível influência e controle dos setores mais importantes da economia (LIMA, 1979). Num quadro geral, o período entre 1956-61 é caracterizado pelo acentuado desenvolvimento industrial brasileiro, determinado principalmente pela influência e participação direta do governo na política econômica e nos investimentos necessários à industrialização, baixo coeficiente de importações e expressivo aumento de participação do capital estrangeiro em nossa economia (PEREIRA, 1987).

Após 1961, o Brasil foi entrando em uma conjuntura de crise e a partir de 1964 passa a enfrentar enormes crises nos campos políticos e econômicos, com acentuadas quedas da renda *per capita* e de redução das produções rurais e industriais. Neste período, são destacadas três causas de base econômica que explicam as estruturas da crise econômica: 1) a diminuição das oportunidades de investimentos, causadas principalmente pela falta de perspectiva do empresariado de altos lucros e amplas possibilidades de expansão; 2) redução das possibilidades de substituição de importações, pois como as novas empresas instaladas nos anos 50 já iniciavam suas atividades com mercado certo - aberto anteriormente pelos produtos importados - somente após abastecerem o mercado tradicional, é que procuravam a expansão de seu mercado através de setores outros ainda não atingidos; 3) por último, a inflação aberta, provocada pela falta de mercado e salários reais já que a partir de 1958 o produto *per capita* crescia a cada dia, e os salários caíam, numa distribuição de renda menos favorável a classe consumidora (PEREIRA, 1987).

Esse quadro foi agravado pela deficiência do poder público em combater o processo inflacionário, tendo culminado no Golpe Militar de 1964, quando os militares inseriram o Brasil na nova divisão de trabalho ditado pelas corporações internacionais, onde “[...] o sistema produtivo articulado internacionalmente tem como agente as multinacionais, que determinam o novo processo através de uma tecnologia viabilizada pela intensa mão-de-obra (sic) de baixo custo” (SIQUEIRA, Penha, 2010:29).

O fim da década de 1960 é marcado pelo grande avanço econômico e pela estratégia de crescimento voltada ao mercado externo. O estímulo à internacionalização econômica e aos empréstimos externos teve como discurso a possibilidade de um rápido crescimento econômico, mas já em 1973 - período que coincide com uma crise mundial do capitalismo - o ritmo do crescimento começa a baixar, com conseqüente desequilíbrio na balança de

pagamentos. A inflação volta ao cenário nacional, provocando perda do crescimento econômico, e uma crise social e política que durou até a década de 1980 (SIQUEIRA, Penha, 2010).

A estrutura agrária, então caracterizada por profundos desequilíbrios, por baixa produtividade e acentuadas distorções quanto ao uso da terra esteve, entre os anos de 1930 a 1961, relegada a segundo plano. As políticas econômicas de diversos governos geralmente foram baseadas na transferência de renda do setor agrícola⁹, particularmente o café, para o setor industrial (PEREIRA, 1987).

Após sucessivas crises, o período posterior a Segunda Guerra Mundial é caracterizado pela recuperação do mercado externo de café e pelo aumento da área cultivada em todo país, sendo que “[...] no Espírito Santo, até o início dos anos 60, houve um aumento da área cultivada em 39,4% e da produção em 134,4%” (SIQUEIRA, Penha, 2010:44). Com o aumento verificado a partir da safra de 1955 no Brasil, nas colônias africanas e na Colômbia, há a queda dos preços internacionais do café e uma mudança no cenário econômico. A estabilidade da economia brasileira encontrava no café a principal fonte de divisas para o país e, dele dependia os mecanismos de equilíbrio no mercado externo (SIQUEIRA, Penha, 2010).

Em 1959, o Convênio Latino-Americano do Café determinou a retenção dos estoques excedentes de café, mas tais medidas não puderam equilibrar as disparidades entre oferta e procura, e nem evitar a queda internacional de preços do produto. Diante da nova realidade no cenário socioeconômico nacional de industrialização, crescimento urbano e de integração agrícola com a indústria, os antigos mecanismo de queima e de retenção de estoques, a espera da normalização, não mais se sustentavam. Portanto, diante da enorme repercussão da crise sobre as exportações e sobre a balança de pagamentos, “[...] se fundamentou em dirigir os mecanismos para a redução das supersafras através do planejamento da produção [...]”, tendo sido criado o Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura – GERCA (SIQUEIRA, Penha, 2010:47).

⁹ Pereira (1987) tece a ideia da necessidade de resistência por parte da agricultura para aguentar a transferência de renda e de mão de obra para as atividades industriais e de serviços, estas, sem deixar de aumentar a produção agrícola, já que o êxodo rural aumentou consideravelmente o número de indivíduos nos grandes centros urbanos. Crê o autor que sem esta resistência por parte da agricultura, há um estrangulamento no processo de desenvolvimento econômico, além da grave necessidade de importação de alimentos, desviando-se assim os recursos necessários à importação de máquinas e equipamentos.

Neste período o Espírito Santo apresentava uma estrutura agrária assentada na agricultura familiar e fortemente dependente do setor cafeeiro. Com o plano de erradicação dos cafezais proposto pelo GERCA, a economia local sofreu considerável agravamento em sua estrutura socioeconômica e estimáveis alterações em sua base produtiva, acentuando o crescimento urbano desordenado na capital, o êxodo rural e o processo de modernização da agricultura.

1.2 - A ECONOMIA CAFEIEIRA NO ESPÍRITO SANTO E SUAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

No sentido da abordagem de nosso tema, situar as bases em que foi assentada a economia cafeeira capixaba e suas relações com a mão de obra familiar imigrante, constitui marcos fundamentais para a compreensão do processo de modernização agrícola ocorrido a partir de 1960 no Espírito Santo e suas relações e consequências socioeconômicas na atual conjuntura local.

Com a decadência da economia açucareira a partir de meados do século XIX, a cafeicultura toma vulto no setor agrícola capixaba como um novo produto que se desenvolveu dando um novo rumo à economia local e uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento da economia regional¹⁰. Nas últimas décadas do século XIX, a produção cafeeira já dominava o comércio exportador que ficava dividido entre o porto de Vitória, na capital e o porto de Itapemirim no sul da Província (SIQUEIRA, Penha, 1995).

A economia cafeeira despontou no Espírito Santo inicialmente nas grandes propriedades da região sul de base escravista, se estendendo, com o fim da escravidão para as pequenas propriedades dos núcleos coloniais estruturadas na relação de trabalho familiar, constituindo-se assim os condicionantes que marcaram o crescimento da economia estadual. Seu desenvolvimento contribuiu para incremento da imigração europeia e promoveu a infraestrutura socioeconômica que se fez no Estado, onde destacamos a construção de

¹⁰ Com cultivo iniciado por volta de 1811 nas cercanias de Vitória, foi a partir de 1830 que a cafeicultura penetrou a região sul da província, pelos Vales do Itapemirim e Itabapoana. Nestes locais a cafeicultura se concentrou e desenvolveu em grandes fazendas de mão de obra cativa. Ressalta-se que a maioria destas propriedades esteve condicionada à expansão mineira e fluminense, com fazendeiros atraídos pela farta oferta de terras virgens e de baixo custo. ALMADA, Vilma Paraíso. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

estradas, a navegação a vapor, a implantação das ferrovias e o crescimento e a dinamização do porto de Vitória (BITTENCOURT, 1987).

Permaneceu predominando até os anos de 1950, como principal produto comercial comandando a dinâmica da economia estadual tendo alimentado a pauta das exportações e a receita tributária local. Assim atuava como a maior fonte geradora de emprego e renda no setor produtivo do Espírito Santo. Os recursos gerados pela cafeicultura tinham efeito multiplicador, os incentivos para a formação de uma infraestrutura de transporte e de comunicação promoveram a diminuição do isolamento que marcava as regiões produtoras no interior do estado e criaram possibilidades para a abertura e expansão da fronteira agrícola espírito-santense (CELIM, 1984). Fatos aliados à interligação do interior com a capital (Vitória), que através de seu porto, na primeira década do século XX já se destacava como o principal centro comercial e exportador do Estado.

Historicamente, a expansão da cafeicultura aliada à migração europeia, que se estabeleceu na região central e sul do território capixaba, principalmente a italiana e a alemão, foi determinante para o incremento das novas bases produtivas na agricultura, com uma nova relação socioeconômica de trabalho, apoiada na pequena propriedade com mão de obra familiar (ROCHA; MORANDI, 2012).

Neste cenário, situamos Venda Nova do Imigrante, colônia de migrantes italianos, e que participou, a partir da segunda metade do século XIX, do contexto socioeconômico do Espírito Santo com bases na economia cafeeira, estando o cultivo do café presente em seu meio desde a chegada das primeiras famílias imigrantes na localidade¹¹ (CELIM, 1984).

No início do século XX, o café chegou a representar 94% das receitas sobre exportações no Estado, tendo durante a década de 1920, colocado o Espírito Santo no terceiro lugar na produção nacional. Siqueira, Penha, (2010) e Bittencourt (2006) abordam muito bem a vulnerável situação da quase exclusiva dedicação à cafeicultura, que neste período já apresentava os riscos da monocultura e os primeiros sintomas de debilidade principalmente

¹¹ É importante ressaltar que mesmo antes da chegada das primeiras famílias imigrantes italianas à localidade hoje compreendida por Venda Nova do Imigrante (objeto de nossa pesquisa), já havia existido ali plantios cafeeiros. Esses, explorados por fazendeiros procedentes de outras províncias próximas a do Espírito Santo e, sob mão de obra escrava. BITTENCOURT, Gabriel. **Estudos históricos do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2006.

pela grande instabilidade mercantil e crises de produção que marcavam as grandes oscilações do produto no contexto econômico nacional e internacional¹².

Considerando também que no Espírito Santo o baixo dinamismo da economia cafeeira não possibilitava as condições necessárias à diversificação econômica e ao desenvolvimento industrial do estado.

Até o final da segunda década do século XX, a lavoura cafeeira capixaba desenvolveu-se para colocar o Espírito Santo na esfera nacional, como o quarto produtor brasileiro de café. Apesar das crises periódicas que desorganizavam as rendas do estado, sua produção foi suficiente para provocar modificações no quadro socioeconômico capixaba, procurando racionalizar a economia estadual, dando oportunidade ao desenvolvimento econômico de Vitória, que através de seu porto estava absorvendo, cada vez mais, o comércio estadual (SIQUEIRA, Penha, 1995:65).

As mudanças no jogo político e econômico dos anos de 1930 não alteraram a estrutura produtiva do Espírito Santo, que permaneceu apoiada na produção agroexportadora de café, sendo que ainda em 1950, década em que a economia nacional já se baseava na substituição das importações, o estado permanecia “[...] em descompasso econômico-social em relação aos centros dinâmicos da economia brasileira [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2010:37). A trajetória do desenvolvimento econômico capixaba com base no predomínio da agricultura cafeeira foi longa, marca o período de um século que vai até 1960 com características na monocultura mercantil, que toma forma no modelo escravista, se expande na multiplicação da pequena propriedade de produção familiar e promove atividades urbanas aliadas à atividade de predomínio agrícola, um exemplo é a comercialização e o beneficiamento do café (CAÇADOR; GRASS, 2011).

No contexto da economia cafeeira nacional, o período entre 1930 e 1960, marcou uma época de grande instabilidade diante das crises que nortearam o setor da cafeicultura, o início e o coroamento de um novo projeto de desenvolvimento econômico pelo viés do modelo

¹² Com vistas a desestimular a cultura do café e na busca por estabelecer indústrias no Espírito Santo, os governos estaduais procuraram criar estímulos à diversificação agrícola, viabilizada por indústrias capazes de absorver a produção de novas matérias-primas. Tais seguranças eram compreendidas por garantias de juros e concessões de empréstimos privilegiados. Vários contratos entre o Estado e particulares foram firmados, mas a ausência de um mercado de trabalho capaz de suprir a necessidade de mão de obra e a inexistência de matéria-prima reforçaram a artificialidade do intervencionismo estatal no esforço para a industrialização entre o final do século XIX e início do século XX. Aliado a esses fatores acrescenta-se “[...] as especulações dos elementos que ligados ao poder obtêm contratos e privilégios para implantes industriais quando, na realidade, sem condições para concretizá-los, objetivavam apenas a transferência com lucros desses contratos (BITTENCOURT, 2006:247).

industrial. O declínio do mercado e a desvalorização cambial do café atingiram de maneira muito relevante a cafeicultura nacional que se manteve em uma permanente crise, fato que se refletiu no Espírito Santo, enquanto produtor e exportador do produto, ficando com a economia muito fragilizada.

No início de 1960, o Espírito Santo ainda apoiava sua composição socioeconômica no modelo primário-exportador, tendo na cafeicultura a sua principal base de sustentação econômica. Sua pequena participação na indústria de transformação lhe tolhia a inclusão nos programas de desenvolvimentos elaborados pelo Governo Federal, e limitava a relação entre a produção e o mercado. A estrutura fundiária caracterizada por acentuada dispersão e mão de obra familiar, não promovia uma concentração de capital comercial suficiente para gerar uma nova dinâmica econômica com outras atividades produtivas, o que foi tornado entrave à formação de uma estrutura industrial e de serviços mais diversificada e independente da cafeicultura (MACEDO, 2012).

Portanto, mesmo tendo sido alvo de alguns projetos industriais à época do Plano de Metas, com destaque para uma indústria siderúrgica e outra de cimento, somente após a crise do café dos anos de 1960 que se efetuaram profundas mudanças no cenário socioeconômico local, quando o eixo da economia começa a mudar do modelo agroexportador para um novo padrão produtivo, o industrial. Neste período, “[...] as estratégias dos grupos políticos locais, tentando preservar seus interesses, se perdem, sem êxito, porque havia uma questão maior no cenário político-econômico estadual, ou seja, havia um problema conjuntural a exigir mudança estrutural [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2010:40)¹³.

A cafeicultura capixaba, ainda nas décadas iniciais da segunda metade do século XX, estava assentada em bases de pouca capitalização e apresentava baixo nível de produtividade, o que gerou dificuldades para que fosse desencadeado um processo de diversificação em sua estrutura produtiva. A pequena propriedade e a mão de obra familiar subordinaram a agricultura do café ao capital comercial, impossibilitando maiores investimentos - por parte do capital interno - nos setores mais dinâmicos da economia e no desenvolvimento da

¹³ Um dos aspectos que marcava a produção cafeeira até o período da erradicação do café e da modernização agrícola ocorrida no estado, era a falta de dinamismo e a precariedade de sua reprodução, o que a tornava antieconômica. Atrelada a essas questões da estrutura produtiva, a deficiência de infraestrutura, “[...] a concorrência dos pólos mais desenvolvidos e a falta de incentivos eram obstáculos que dificultavam o processo de mudanças econômicas do estado”. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: Grafitusa, 2010:40.

indústria no Espírito Santo. Aliado a estes fatores, os métodos e técnicas utilizados na produção cafeeira eram arcaicos, sem investimentos em tecnologias mais avançadas, promotoras de uma maior produtividade e melhores resultados na qualidade do café capixaba, fator que contribuía para a qualidade inferior do café do Espírito Santo quando comparado com os demais tipos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora mantendo uma condição de quarto produtor nacional de café, sua participação na conjuntura econômica nacional, ainda não era qualificada como preponderante (SIQUEIRA, Penha, 1994).

No cenário socioeconômico capixaba o peso da economia cafeeira era de extrema relevância, isso pode ser bem observado na composição da renda interna do estado no período muito próximo às mudanças estruturais que estavam por vir.

Em 1950 cerca de 50,4% da renda total derivava do setor agrícola; dessa percentagem, 64,2% eram geradas diretamente pelo café, o que significava 32,4% da renda estadual. Sem falar que, indiretamente, o café era responsável por grande parte do produto industrial, por intermédio de seu beneficiamento, como também de algumas atividades do setor terciário, tais como: comércio, atividades portuárias, bancos, etc. (ROCHA; MORANDI, 2012: 60).

Rocha; Morandi (2012:74) ainda destacam que em 1960 “[...] verificou-se que 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual estava empregada no setor agrícola, sendo a lavoura cafeeira responsável pelo emprego de aproximadamente 80% da população ocupada nesse setor”.

A crise agrícola nacional que marcou o final da década de 50 e os anos 60 foi decisiva para a economia do Espírito Santo, a crise na cafeicultura promoveu uma redução da renda monetária das atividades ligadas ao produto (produção, financiamento, comercialização interna, exportação, beneficiamento, etc.) e àquelas de dependência indireta, principalmente o comércio de importação. Sendo o café dominante no setor produtivo e quase único gerador de rendas e dominante também na composição dos empregos, os efeitos da crise foram de grande impacto socioeconômico e financeiro no Estado. Os novos direcionamentos para a política econômica cafeeira vão alterar radicalmente o processo de crescimento da economia capixaba na medida em que vão romper com a hegemonia do setor agroexportador cafeeiro em favor a produção industrial. Esta mudança vai ter suas bases iniciais com a implantação, no início de 1960, da nova orientação política nacional voltada para a cafeicultura, no âmbito do Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura - GERCA - cuja tarefa fundamental era planejar e colocar em prática uma política específica e direta para a cafeicultura, que através

do Plano Diretor do GERCA, executou a política de erradicação dos cafezais antieconômicos (ROCHA; MORANDI, 2012).

Com os efeitos da erradicação dos cafezais, as mudanças tomam vulto na década de 70, quando os instrumentos políticos de desenvolvimento estadual passaram a atuar de forma decisiva no projeto de desenvolvimento industrial, estruturando a economia em novas bases produtivas, onde “[...] a maioria dos investimentos teve na região da Grande Vitória seu *locus* privilegiado, dadas as economias de aglomeração existentes nessa área, o que fortaleceria a concentração econômica na região metropolitana” (MACEDO, 2012:63).

2. A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

2.1 - A ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS E EFEITOS SOCIOECONÔMICOS

A expansão e o desenvolvimento da agricultura cafeeira estruturou o espaço econômico capixaba e, inseriu o Espírito Santo na dinâmica econômica agroexportadora nacional. Entretanto, esse processo tomou forma em arcaicos métodos de produção, não evoluindo para um modelo apoiado em relações de produção capitalistas com poder de exploração mais extensivo da terra e maior competitividade mercantil. Essa incompatibilidade, na trajetória socioeconômica do estado, é registrada historicamente no fato da estruturação agrícola ter suas bases assentada principalmente na reprodução da pequena propriedade de mão de obra familiar aliada a um modelo produtivo precário¹⁴, mas, com efeito determinante no ritmo do crescimento do estado até os anos de 1950, mesmo com as limitações que, indiretamente estabeleciam entraves nos desdobramentos do processo de desenvolvimento econômico (BERGAMIM, 2006).

Neste contexto, o estado capixaba não apresentava um processo de acumulação endógeno, sendo seus recursos advindos da cafeicultura e canalizados na própria inversão da produção cafeeira. Tais fatores contribuíram para que os pequenos agricultores capixabas resistissem às crises até então ocorridas, inclusive porque nas pequenas propriedades se desenvolvia paralelamente à lavoura cafeeira uma cultura de subsistência permanente (BERGAMIM, 2006).

No contexto nacional, mesmo com a mudança do eixo econômico a partir de 1930, que colocou o setor agrícola em plano secundário no âmbito dos novos direcionamentos do desenvolvimento brasileiro, medidas favoráveis à produção cafeeira permaneceram em pauta, o que contribuiu para o alargamento das fronteiras agrícolas do café, favorecido pela elevação dos preços internacionais do produto, que até o início dos anos 50 se mantiveram em alta. É a partir de meados da década de 50 que o cenário começa a se inverter, em função,

¹⁴ A reprodução da agricultura cafeeira era baseada no contínuo processo de avanço da fronteira agrícola em busca de novas áreas para o plantio, devido principalmente ao rápido esgotamento do solo, pois obedecia ao ciclo tradicional de derrubada da mata, plantio de café e pastagem. BERGAMIM, Márcia Cristina. Trajetória da agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, crise e recomposição.. In: JÚNIOR, Carlos Teixeira de Campos (Org.). **Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes**. Vitória: IHGES, 2006.

principalmente das super safras, aliadas a expressiva concorrência externa que mudam o ritmo dos preços para um movimento decrescente e contínuo até o início dos anos 60 (VILLASCHI FILHO; FELIPE, 2010).

Essa queda tem bases explicativas no aumento de plantio em todas as regiões cafeeiras do país, com aumento da capacidade produtiva superior a demanda do mercado, o que levou a quedas internacionais de preços a partir de 1955. Apesar do café do Espírito Santo representar pouco mais de 10% da produção nacional, essa crise de superprodução trouxe ao Estado uma forte diminuição da renda monetária nas atividades diretamente ligadas ao café (produção, financiamento, comercialização interna, exportação, beneficiamento etc.), assim como das atividades indiretamente dependentes do produto, como o comércio de importação. Na economia capixaba, a particularidade dessa crise se revelou na preservação, em um primeiro momento, da capacidade produtiva do café, uma vez que os baixos preços do produto em pouco alterava a sobrevivência das pequenas propriedades, que mantinham o ritmo da produção, e ao mesmo tempo mantinham uma dinâmica que permitia substituir ou produzir os produtos necessários à sua sobrevivência dentro do próprio módulo rural. Entretanto, devemos deixar claro, que estando o Espírito Santo inserido no contexto nacional da economia cafeeira, naturalmente que sofria os impactos conjunturais das crises que afetavam o setor, principalmente aqueles que dependiam do excedente cafeeiro para alimentar seu processo de acumulação (ROCHA; MORANDI, 2012).

Mesmo com os novos mecanismos de controle que se estendiam desde o início dos anos 50, tanto no aspecto econômico tratando-se da sustentação de preços pela via da retenção dos estoques, quanto pela tentativa de se introduzir modernas tecnologias na estrutura cafeeira, o prolongamento da crise que atingia o setor produtivo e o setor monetário do produto, exigiu uma reorientação da política econômica cafeeira nacional, que se expressou na política de erradicação dos cafezais, tendo em vista a saturação do café no mercado internacional. A nova política do Governo Federal foi gerada pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que “[...] desenvolveu dois programas na década de 60, cujos objetivos eram a erradicação de cafezais antieconômicos, a modernização da cafeicultura brasileira e a substituição destes cafezais por lavouras em bases modernas” (CARVALHO, 1999:135). O GERCA foi o órgão responsável por traçar as novas diretrizes para a economia cafeeira e por dirigir mecanismos que objetivassem a redução das supersafras.

Diante do crescente quadro de industrialização e de urbanização e, da estratégia nacional de integração ao capitalismo internacional com conexão de importantes setores industriais com a agricultura modernizada, a eliminação do excedente cafeeiro e as medidas político-econômicas a espera da normalização não mais se sustentavam. Desse modo, a política adotada pelo GERCA buscou não apenas eliminar os cafezais antieconômicos, mas também promover a diversificação de plantio nas áreas liberadas pela erradicação e a renovação dos cafezais antigos¹⁵ (SIQUEIRA, Penha, 2010).

Sobre os aspectos adotados pela promoção da erradicação, houve uma ampla adesão por parte dos agricultores estaduais à política de erradicação, uma vez que, diante da crise que se prolongava, inviabilizando as articulações lucrativas do comércio internacional brasileiro no setor cafeeiro, a indenização por cova erradicada se tornou atraente e rentável aos agricultores locais. Tal ocorrência se explica pela baixa produtividade dos pés de cafés capixaba e por seus aspectos antieconômicos (BERGAMIM, 2006).

Por outro lado, a massiva erradicação dos cafezais, mesmo os produtivos, trouxe o empobrecimento e a expulsão do homem do campo para os centros urbanos. Como essa crise já era prevista pelos órgãos executores do programa, procurou-se desenvolver meios de incentivos à diversificação agrícola e a realização de novos plantios nas áreas liberadas¹⁶. Rocha; Morandi (2012:81) ressaltam que

A crise gerada pela erradicação é o aspecto mais ressaltado e se expressou de forma dramática na substancial redução de renda e de emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de expulsão da população do campo para as áreas urbanas. Estima-se o desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas [...].

¹⁵ A primeira fase da erradicação ocorreu no período de julho/1962 a julho de 1966. A segunda fase, entre agosto de 1966 e maio de 1967, período durante o qual, no Espírito Santo foram erradicados 53, 8% dos cafezais que ocupavam 71% da área cultivada com café (SIQUEIRA, Penha, 2010).

¹⁶ Em algumas localidades, as indenizações pagas pelos pés de café erradicados disponibilizaram capitais que posteriormente foram utilizados na aquisição de porções de terras, principalmente na região no norte do estado, que até os anos de 1960, oferecia grande disponibilidade de terras ainda cobertas por matas virgens e de preços relativamente acessíveis. Neste período se iniciou o processo de expansão da extração madeireira e da pecuária bovina, favorecido em ampla parte pelo crescimento urbano do país. ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Espírito Santo em Açã, 2012.

Desde a primeira fase da erradicação que o estabelecimento de pastagens ocupou as preferências dos agricultores dentre as novas alternativas produtivas no campo, com forte expansão principalmente na fase inicial do programa. Carvalho (1995:136) descreve que: “A diversificação da agricultura nas áreas liberadas pelo café atendeu ao estabelecimento das pastagens [...] mas com índices diferenciados nos Estados, como por exemplo, o Espírito Santo (72%), de Minas Gerais (63%) e o Paraná (30%)”. No Espírito Santo a tendência do crescimento da área de pastagem/pecuária sobre outras possibilidades de atividades produtivas foi muito expressiva, sendo seguido pela extração da madeira.

As previsões de ocupação da mão de obra ociosa e do aumento produtivo de alimentos, não se mostraram eficazes, tendo ocorrido em praticamente todos os pólos produtores de café, uma corrida à pecuária, onde os espaços liberados pela via da erradicação de cafezais foram tomados por pastagens. Como resultado criou-se o aumento da concentração fundiária e uma redução dos postos de trabalho na agricultura (BERGAMIM, 2006). As atividades desenvolvidas no meio rural à época da erradicação dos cafezais, não foram capazes de absorver a mão de obra disponível, como reforço é lembrado que a atividade pecuária extensiva desenvolvida no período requeria poucos trabalhadores.

A crise da cafeicultura e os efeitos da erradicação dos cafezais evidenciaram e reforçaram as necessidades de alternativas que promovessem mudanças no processo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo, uma vez que

A desestruturação do tradicional modelo agrário-exportador e a diversificação agrícola centrada na pecuária trouxe como consequências a concentração fundiária e alterações nas relações de produção no campo, e na relação campo/cidade. Este foi o fator determinante de expulsão da população rural no Espírito Santo. Este movimento da população vai se dar no sentido das áreas urbanas do estado, mais especificamente, no sentido da Grande Vitória, que na mesma época está gestando um outro grande processo: a industrialização (SIQUEIRA, Márcia, 2006: 91).

Historicamente os efeitos da política de erradicação atingiram a base produtiva do Espírito Santo de forma muito radical, promovendo uma ruptura com o tradicional modelo agroexportador, ou seja; desestruturou o antigo padrão de produção e criou as condições para as mudanças que se processaram na economia local, fato que não ocorreu de forma isolada no contexto da economia nacional. De acordo com Macedo; Magalhães (2011:90), “esse momento determinaria um ponto de inflexão no desenvolvimento da economia capixaba e o início de um processo de diversificação de sua estrutura e de maior integração à economia brasileira, ainda que a passos tímidos”.

O processo de mudança que atingiu o modelo agroexportador nos anos 60 foi determinante para a construção das novas bases estruturais, norteadoras da nova fase do desenvolvimento econômico capixaba, marcando as transformações socioeconômicas do Espírito Santo de forma abrangente na conjuntura regional e nacional. No contexto econômico nacional, esse processo marca também o fortalecimento dos novos rumos do setor agrícola no país, com o planejamento de projetos modernizadores objetivando aliar o setor agrário aos novos paradigmas de crescimento econômico, com grande ênfase para a política de incentivos para a viabilização do padrão produtivo rural apoiado no complexo agroindustrial (PEREIRA, 2010).

Entra em pauta a questão da expansão do capitalismo no campo, com as viabilidades da passagem de complexos de caráter rural para complexos de caráter agroindustrial integrados em bases modernas de produção. Neste sentido (SIQUEIRA, Penha, 2010:51), chama à atenção para o fato de que

[...] o processo de mudanças das atividades rurais não foi um fato isolado na economia nacional, e sim o início de um processo de racionalização capitalista na agricultura, gerando o complexo agroindustrial e o posterior desenvolvimento de uma indústria urbana em cidades consideradas periféricas (SIQUEIRA, Penha, 2010:51).

As mudanças que se processaram no setor agrário brasileiro, após a década de 1960, estiveram diretamente ligadas à formação do Complexo Agroindustrial, sendo que esse processo passou a exigir do Estado, através de incentivos governamentais, uma participação cada vez maior. No Espírito Santo o período, 1960 a 1975, é caracterizado, como o marco de sua inserção neste novo modelo de crescimento econômico nacional, de mudanças estruturais no campo e na industrialização emergente, que teve por essência um desenvolvimento apoiado nos grandes projetos industriais, que marcaram a nova fase do desenvolvimento estadual (SIQUEIRA, Penha, 2010).

2.2 – O PROJETO MODERNIZADOR E A INDUSTRIALIZAÇÃO

O Espírito Santo adentra a década de 1950, fortemente dependente do modelo primário-exportador da economia cafeeira, sendo que o processo de urbanização e de abertura de um mercado agrícola de produção de alimentos (predominantes no contexto nacional desde a década de 1930) ainda não se destacava no cenário capixaba. Data deste período (1951-1954)

a administração do estado por Jones dos Santos Neves, “[...] primeiro governador capixaba a estabelecer planejamento para a administração pública: o Plano de Valorização Econômica do Estado” (SIQUEIRA, Penha, 2010:37).

Jones dos Santos Neves colocou em prática uma política desenvolvimentista que articulada com o Governo Federal procurou investir nas áreas econômicas e sociais, com destaque em infraestruturas nas áreas de energia elétrica e portos (SIQUEIRA, Penha, 2010; BITTENCOURT, 2006). Podemos dizer que as ideias iniciais e um projeto modernizador, buscando mudar o cenário socioeconômico do Espírito Santo, despontam a partir do primeiro governo de Jones dos Santos Neves¹⁷, que, de acordo com Vasconcellos; Rainha (2013:45)

[...] esboçou políticas de estímulo à industrialização, voltadas para a criação de condições estruturais, tal como o Plano de Eletrificação. Foi o esboço de um projeto mais amplo de desenvolvimento e modernização que seria tocado por Carlos Lindenberg (1947-1950 e 1959-1962) e pelo próprio Jones dos Santos Neves na administração 1951-1954 [...].

Nos princípios de um projeto modernizador o Plano de Valorização Econômica do governo Jones dos Santos Neves, expressa um projeto para o Estado, resultando em amplos investimentos focados principalmente na reestruturação do Porto de Vitória, energia elétrica, malha rodoviária e fomento de produção, bem como, inaugurando o “[...] pioneirismo de sua administração no setor econômico, com a política de incentivos fiscais [...]” (OLIVEIRA, 2008:477).

Iniciativa considerada por Caliman (2001:01), de grande relevância e fundamental, evidenciando uma maior racionalidade administrativa colocando o aparelhamento do estado em um patamar “[...] capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro”. Nesta perspectiva, o governo Jones, com uma visão de futuro e orientado por padrões administrativos mais modernos, criou condições que possibilitaram uma maior abertura no processo de mudança do desenvolvimento econômico estadual, com a passagem da tradicional economia rural para uma estrutura produtiva mais dinâmica, apoiada no setor industrial.

¹⁷ O primeiro governo de Jones dos Santos Neves foi como interventor do estado entre 1943/43 na fase final da ditadura de Getúlio Vargas, foi determinante no esboço das ideias iniciais voltadas para mudanças estruturais no Espírito Santo. O segundo governo entre 1951/54, como governador eleito, foi marcado pelos princípios de um planejamento administrativo fundamentado no “Plano de Valorização Econômica do Estado”. Veja: BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória, 2006.

Os anos de 1960 se iniciaram sem grandes alterações no quadro estrutural, mas já haviam sido dados os primeiros passos rumo à industrialização do estado, com a instalação de dois projetos industriais (COFAVI e Itabira Agroindústria S/A)¹⁸, que proporcionados pelo Plano de Metas, objetivava as áreas prioritárias do Governo Federal: indústria de base e de bens intermediários. Nota-se que com a crise do café, os grupos políticos locais, atrelados ao setor agromercantil perdem espaço para o setor mercantil-exportador. Quando no final da década de 1960, já eram nítidos os efeitos da erradicação dos cafezais na economia capixaba¹⁹, marcando as iniciativas do estado na abertura de possibilidades para uma maior integração ao modelo desenvolvimentista brasileiro, sendo assim, decisiva a participação do governo local “[...] como agente condutor do processo de industrialização e fornecedor do capital básico para viabilizar tal processo” (SIQUEIRA, Penha, 2010:41).

A política de erradicação dos cafezais, iniciativa do Governo Federal, marca a desestruturação da economia estadual e a busca por estratégias que pudessem viabilizar a implantação do complexo agroindustrial no Espírito Santo, tendo sido de fundamental importância o apoio financeiro dado pelo estado, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Café (IBC/GERCA), e através da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES) às agroindústrias. Os recursos, somados aos das indenizações pagas pela erradicação dos cafezais, permitiram a implantação e expansão de várias unidades produtivas, principalmente nas tradicionais áreas de produção de alimentos, madeira e mobiliário, dentre eles a instalação da Realcafé Solúvel do Brasil S/A e do Frigorífico Rio Doce S/A (FRISA) (ROCHA; MORANDI, 2012).

A década de 1960 foi marcada por pesados investimentos federal e estadual em infraestrutura, podendo ser destacados a federalização da Escelsa em 1968 e a construção e pavimentação de

¹⁸ Fundada em 1942 por empreendedores capixabas, a COFAVI (Companhia Ferro e Aço de Vitória) atuava no ramo da siderurgia produzindo 12 mil toneladas de ferro gusa por ano. Em 1959 teve seu projeto de ampliação aprovado pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek, através do BNDE, que consistia “[...] na instalação de uma unidade de laminação para perfis leves e médios, com capacidade de produção de 130 mil toneladas por ano [...]”. Em 1963 a empresa teve sua nova unidade inaugurada e passou a operar com a utilização de lingotes de aço produzidos na Usiminas. Quanto a Itabira Agroindustrial S/A, empresa fabricante de cimento, suas atividades foram iniciadas neste início da década de 1960 e também faziam parte do “[...] setor produtor de bens intermediários, uma das áreas prioritárias de investimentos do Plano de Metas” (ROCHA; MORANDI, 2012:99).

¹⁹ Os efeitos negativos da queda acentuada dos preços de café sobre o desempenho industrial capixaba foram sentidos direta e principalmente em cima do subgênero beneficiamento, torrefação e moagem de cereais (ROCHA; MORANDI, 2012:99).

rodovias federais²⁰ e estaduais, além da abertura de várias estradas vicinais, as duas últimas proporcionadas por recursos vindos de financiamentos do IBC/GERCA (ROCHA; MORANDI, 2012).

A implantação e integração do mercado nacional exigida pelo novo modelo econômico obrigavam o estado a redefinir o sistema de transporte, onde o estabelecimento de uma ampla malha viária e o aumento no número de veículos possibilitou o fluxo regular de mercadorias pelo país, sendo esse o maior desafio, que vencido, viabilizou a integração do mercado nacional (SIQUEIRA, Penha, 2010).

A ampliação e estruturação das estradas vicinais foram decisivas neste processo, entretanto a relevância maior tem referencia nas três grandes rodovias federais (BR-101, BR-262 e BR-259)²¹, que alargaram as possibilidades de integração capixaba com as demais regiões do país, promovendo também a integração das mais importantes regiões econômicas do estado e regiões próximas com Vitória, que já possuía infraestrutura portuária (SIQUEIRA, Penha, 2010).

Neste contexto a base produtiva da economia do Espírito Santo verifica um elevado crescimento, tendo se expandido para novos setores como metalurgia, siderurgia e construção civil. Também foram efetuadas significativas transformações no setor agrícola, que apoiado em financiamentos e incentivos fiscais por parte do estado e, com a participação do capital local no processo de acumulação, integrou-se à indústria - produtora de máquinas e insumos

²⁰ Dentre as rodovias federais que tiveram suas obras concluídas no final da década de 1960, destacamos a BR-262, por entendermos que ela foi responsável direta pelo processo de desenvolvimento de Venda Nova do Imigrante. Com projeto de execução das obras iniciado no início de 1951, a BR-262 (que liga Vitória a Belo Horizonte) teve suas obras concluídas no ano de 1968 e, por muito tempo representou a principal avenida do atual município vendanovense. Favoreceu também o desenvolvimento local da comunidade na medida em que facilitou o acesso de pessoas de outras localidades, tendo criado a possibilidade de aumento populacional e contribuído enormemente para o progresso, pois tanto promoveu o escoamento da produção e o acesso a outras cidades, como possibilitou o ingresso de turistas e viajantes, que estimularam a abertura de bares, restaurante, hotéis, postos de gasolina e, também proporcionaram a criação de novas alternativas no meio rural do município, como é o caso do agroturismo. Disponível em: < <http://citybrazil.com.br/es/vendanovaimigrante/index>>. Acesso: 04/9/2013.

²¹ Quanto ao sistema de transporte no Espírito Santo, são observadas suas condições de isolamento até meados dos anos de 1950, no entanto, em 1969 foi concluído o último trecho de ligação da BR-101 entre o Espírito Santo e a Bahia, sendo que esta rodovia cortou o estado capixaba “[...] em sentido longitudinal, em toda a sua extensão, e o ligou com as divisas do Rio de Janeiro e da Bahia [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2010:74). A rodovia BR-262, corta o estado do Espírito Santo no sentido transversal (leste-oeste) e liga sua capital Vitória à capital do estado de Minas Gerais. Por fim, a rodovia BR-259, que além de ter reforçado a ligação entre a região cafeeira do norte do Espírito Santo com sua capital, também ligou a região agropecuária do Rio Doce, no estado mineiro, com o porto de Vitória (SIQUEIRA, Penha, 2010).

e, processadora de alimentos. Com base nesta nova configuração, o setor industrial a partir de 1970 assumiu a dianteira no processo econômico capixaba. Processo que foi incrementado inicialmente pelas diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento (I PDN 1972-74) que previa também “[...] a modernização das estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, mediante a criação de novas estruturas especializadas de transporte [...]” (SIQUEIRA, Penha, 2010:76).

A partir de 1975, o Espírito Santo, até então de base industrial de pequeno e médio porte, se integrou aos mercados nacionais e internacionais através do direcionamento de importantes investimentos de grande porte, estimulados pelas ações dos governos federais e estaduais, “[...] sobretudo, no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e pela presença da CVRD e de toda a estrutura ferroportuária que se formou a partir das estratégias dessa empresa” (MACEDO, 2012:49).

Dessa forma, a partir de 1975, tivemos uma nova dinâmica no processo de acumulação, com a liderança do grande capital sobre a expansão econômica. Esses grandes grupos privados e estatais (nacionais e internacionais) obtiveram o domínio sobre quase todos os setores da economia, imprimindo um ritmo acelerado no crescimento econômico. Num primeiro momento, os grupos locais encontraram proteção e até mesmo a possibilidade de acumulação, mas posteriormente foram suplantados frente às fortes pressões do grande capital²², que durante o período do milagre econômico, aproveitaram as “[...] condições favoráveis de localização da indústria do Espírito Santo (existência de infraestrutura de transporte, comunicações e energia elétrica; sistemas de incentivos fiscais e de financiamento; estrutura econômica razoavelmente desenvolvida etc.) e decidiram por implantar vários projetos industriais no estado [...]” (ROCHA; MORANDI, 2012:136)²³.

²² Na segunda fase do desenvolvimento recente da economia capixaba, o processo torna-se bem mais complexo, pois o grande capital tanto desenvolve atividades inexistentes anteriormente, quanto se apropria de outras cujo capital local era hegemônico. Assim, nota-se um duplo movimento, pois, ao mesmo tempo em que abre espaço para o crescimento do capital local pela complementariedade (sic), reduz o espaço desse capital que é submetido à implacável concorrência. O problema se resolve mediante a concentração, com o desaparecimento de alguns grupos locais e a consolidação de outros, que se tornam “grandes e nacionais”. Dessa forma, praticamente todos os setores da economia estadual vão sendo dinamizados e integrados sob a égide do grande capital (ROCHA; MORANDI, 2012:114).

²³ Entre 1975 e 1980, a indústria de transformação cresceu à taxa média anual de 11,5%. O gênero que mais apresentou variação foi papel e papelão, que, em 1975, tinha o peso irrelevante de 0,1% no valor total da produção industrial, e, em 1980, aumentou para 11,5%, tornando-se o segundo setor mais importante, só superado por outros produtos alimentares, com 32,9%. Esse extraordinário crescimento deveu-se, basicamente, à

A partir dos anos 70 os direcionamentos para o processo de industrialização do estado, são marcados também por mudanças de gestão administrativa pública, uma vez que

[...] a preocupação maior, estava centrada na identificação de alternativas de desenvolvimento para o estado [...] foram mapeadas as chamadas vocações econômicas, atreladas às características de cada região. Surgiram assim os programas de apoio e fomento á agroindústria, à pecuária e à diversificação agrícola. Tratava-se de projeto fundamentado nas potencialidades locais. (CALIMAN, 2001:02).

Era preciso superar a noção de desenvolvimento apoiada em atividades tradicionais e na expansão e exportação do minério de ferro, como alternativas de crescimento econômico mais dinâmico num contexto internacional. Os efeitos multiplicadores deste processo econômico não geravam maiores articulações, com expressão suficiente para dinamizar a economia capixaba em termos mais abrangentes e globais (VILLASCHI FILHO; FELIPE, 2010).

A implantação dos chamados *Grandes Projetos de Impacto* (GPIs) se encaixam nessa perspectiva. Ou seja, eles representavam a superação do que estava estabelecido e a colocação da economia capixaba numa nova ordem, em outro patamar e somente poderiam se tornar realidade a partir de um conjunto de forças em coalizão que superassem os desafios - infraestruturais, econômicos, políticos, institucionais - que pudessem surgir (VILLASCHI FILHO; FELIPE, 2010: 02).

Neste cenário, a dinâmica da economia do Espírito Santo mudou de rumo com base na implantação e no desenvolvimento produtivo dos Grandes Projetos Industriais, que reforçaram o potencial econômico do Espírito Santo de forma muito expressiva, principalmente pelo viés de suas potencialidades portuárias. A nova dinâmica econômica, também reforçou e colocou em cena de forma muito relevante, um novo eixo de poder, o capital monopolista, configurando as novas diretrizes da economia estadual e sua maior integração no mercado nacional e na lógica do capitalismo internacional.

A tabela I-1, ilustra o processo de mudança através do movimento do PIB (Produto Interno Bruto), até o final do século XX, onde observamos o novo perfil econômico do estado a partir dos anos de 1970.

implantação da fábrica de celulose branqueada, da Aracruz Celulose S/A, que entrou em operação no ano de 1979 (ROCHA; MORANDI, 2012:136).

Tabela I - 1
ESPÍRITO SANTO: Composição em % do PIB - 1960-1998

Ano	Agricultura	Indústria	Comércio e Serviço	Total
1960	49,9	5,9	44,2	100
1970	23,1	17,3	59,6	100
1980	11,2	34,4	54,4	100
1998	8,8	35,1	56,1	100

Fonte: UFES-NEP (1960-1970). Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo. Vitória: 1982. (1980-1998) IBGE/IPES.

Com a hegemonia do setor industrial, ocorrida principalmente no meio urbano, tendo a região da Grande Vitória como centro concentrador do novo modelo produtivo, Vitória e seus municípios vizinhos, passaram a exercer um novo locus de dinamismo, refletido sobremaneira na evolução de setores de serviços. As mudanças na relação campo-cidade se deram em função de ações conjugadas, por um lado estimulada pela desestruturação do tradicional modelo agroexportador, e por outro pelas oportunidades geradas pela expansão industrial urbana. Neste sentido, Duarte (2010:128), aponta que “o processo de expansão industrial teve como forte estímulo o fenômeno migratório, que crescia significadamente mediante as não condições de permanência do trabalhador rural no campo”. Este quadro permitiu a utilização da força de trabalho necessária para a reprodução das atividades de trabalho e serviços relacionados, direta e ou indiretamente a nova dinâmica da economia que se formava, principalmente na Região da Grande Vitória.

A reordenação de oportunidades socioeconômicas que despontavam na região da capital (Vitória), incluindo com grande ênfase, o setor de construção civil, com forte abrangência no setor de habitação popular, foi um dos eixos da concentração de oportunidades de trabalho para uma ampla parcela da população migrante, principalmente aquela que marcava a principal característica desta mão de obra, a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional (DUARTE, 2010).

Essa nova estrutura socioeconômica subordinada a grandes projetos instalados principalmente na região da Grande Vitória, aliada ao declínio do setor primário, contribuíram maciçamente para o êxodo rural no estado, desestruturando sobremaneira a pequena propriedade de mão de obra familiar (SIQUEIRA, Penha, 2010).

No Espírito Santo, o fato da agricultura familiar ter sido caracterizada pela cafeicultura e por limitado dinamismo, contribuiu para sua uma ampla adesão às indenizações oferecidas pelo programa de erradicação de café implementado no Estado. Muitas famílias aproveitaram as indenizações recebidas para migrarem para os centros urbanos, liberando as áreas antes destinadas a lavoura cafeeira a atividades como pecuária bovina de criação extensiva, requerente de pouca mão de obra, entenda-se, reduzido número de trabalhadores (BERGAMIM, 2006).

Os efeitos negativos do êxodo rural ocorrido no Espírito Santo a partir de sua modernização econômica foram sentidos na decadência das atividades tradicionais como a cafeicultura (na maioria dos municípios) e no desordenado crescimento urbano de sua capital, que não apresentava infraestrutura suficiente capaz de comportar os novos seguimentos sociais que se estabeleciam, como também não atendia as novas demandas da população.

No âmbito do processo de modernização, a industrialização se configurava como a estratégia maior, norteadora da lógica de acumulação capitalista no desenvolvimento que despontava no estado. Da crise do café para a erradicação, que desestrutura a agricultura tradicional, seguida pela industrialização, observamos que neste contexto se criava também as bases para a racionalização capitalista no campo, principalmente com os projetos voltados para as atividades de agroindústria, com o desenvolvimento de novas relações de trabalho no campo, diversificando as possibilidades de exploração do meio rural, através de um setor mais dinâmico, com maior capacidade de reprodução socioeconômica local e regional.

2.3 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS NOVAS ALTERNATIVAS NO MEIO RURAL CAPIXABA

O processo de modernização agrícola se concretizou no Brasil na década de 1960, com a instalação industrial voltada à produção de equipamentos e insumos para a agricultura, período então marcado pela substituição das importações, como de alimentos e tratores. Em nosso trabalho adotamos os conceitos elaborados por Graziano Neto (1986) e Brum (1988), quando esses tratam a modernização agrícola como o processo de transformação capitalista no campo, vinculado às transformações econômicas nacionais; pela maior subordinação agrícola às indústrias; elevação de produtividade com vistas ao aumento do lucro; redução dos custos unitários de produção; e pela busca das superações dos problemas postos pela natureza (na

busca artificial de fertilização do solo, mecanização da lavoura e seleção de sementes). Neste sentido, entendemos a modernização da agricultura não somente pelas modificações das bases técnicas, mas todo um processo produtivo aliado às relações sociais e econômicas entre o meio rural e o urbano, entre a indústria e a agricultura²⁴.

A modernização agrícola brasileira foi iniciada nos anos de 1950, com importações de máquinas e equipamentos mais avançados para o setor agrícola, corresponde a um período marcado por fortes transformações capitalistas no campo. No entanto, Pereira (2010:82) salienta que a partir da década de 1960 “[...] a agricultura brasileira sofreu, em seu processo de produção, uma verdadeira (r)evolução, causada pela implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos agrícolas”. Também foi a partir dessa mesma época que o Estado²⁵ passou a direcionar os rumos do setor agrícola no país, tendo sido desenvolvidos projetos modernizadores no sentido de atrelar o meio rural ao processo de desenvolvimento econômico nacional

[...] dentro desta política, destacam-se como instrumentos de incentivo para a viabilização do chamado complexo agroindustrial, em primeiro lugar, o crédito rural e, posteriormente, a criação dos institutos de pesquisa e assistência técnica e insumos modernos (PEREIRA, 2010:84).

Embora uma maior utilização de máquinas e insumos sejam elementos do processo de desenvolvimento agrícola, esses, não são únicos, pois a industrialização do campo oriunda da modernização agrícola esteve centrada principalmente no comando industrial sobre a agricultura, com a indústria determinando os ritmos das mudanças técnicas ocorridas no setor

²⁴ Ao tratarmos da formação do complexo agroindustrial brasileiro, ou seja, da integração agrícola com o setor industrial, lembramos que tal processo - iniciado após 1940 - se distingue em duas fases: uma primeira, com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos (supridos por importações); e uma segunda, com a instalação das indústrias aptas a produzir aqueles insumos aqui mesmo dentro do país. No último terço da década de 1950, o programa de mecanização deu um novo passo, quando se inseriu no conjunto de metas do Governo Federal a criação no país de uma indústria de tratores e máquinas agrícolas. Foram oferecidas aos investidores estrangeiros, vantagens tais como a importação sem cobertura cambial de máquinas-ferramentas, isenção de tarifas aduaneiras, além do câmbio favorecido para as amortizações e juros de financiamento. Os tratores começaram a aparecer nos primeiros anos da década seguinte e, já em 1967, as importações eram substituídas em mais de 90% dos suprimentos nacionais. Data deste período a forte presença do capital estrangeiro nas indústrias supridoras de insumos e processadoras de matérias-primas agrícolas, caracterizando assim o forte controle do capital externo sobre a agricultura (GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979).

²⁵ Esse fenômeno de o Estado exercer o papel principal no processo da modernização da agricultura foi uma característica internacional entre os anos de 1960 e 1970 (ABRAMOVAY, 1998).

agrário. No âmbito dos novos elementos sociopolíticos, institucionais e culturais surgidos com a modernização no campo cabe lembrar que

[...] o principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX foi justamente o fortalecimento de um dos padrões de desenvolvimento agrário, a produção agrícola e animal em grande escala, que tem entre suas características: o aumento no grau de vinculação em relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção; a substituição da força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; a especialização; a dependência com relação ao suprimento externo de saberes e tecnologias e a rigidez na alocação e uso dos recursos produtivos [...] (PLOEG, 2003:352 apud NORDER, 2006:60).

A integração entre a agricultura e a indústria foi caracterizada por forte estímulo governamental, para que fosse criado o complexo agroindustrial. Coube ao Estado à função de mediador entre os dois setores, criando um mercado cativo para as máquinas, os equipamentos e insumos produzidos pelo setor industrial e, de financiador dos elementos necessários à transformação na base técnica da produção agropecuária. Tais incentivos foram criados através do crédito rural e de assistência técnica por parte dos institutos governamentais na divulgação e aplicação de novos conceitos e métodos industriais na agricultura. Também é o momento de integração de capitais (industrial, bancário e agrário) sob o comando do capital financeiro e, de significativas alterações nas relações capitalista no campo, com elevada concentração de terra e elevado êxodo rural (SILVA, 1998).

Na questão dos incentivos voltados a agricultura, é notória a política implantada pelo Governo Federal para solucionar a crise da cafeicultura iniciada em meados da década de 1950. Em 1961 foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) que teve por finalidade executar uma política cafeeira capaz de reduzir as supersafras. Em 1962 foi criado um plano com vistas a promover a erradicação dos cafezais antieconômicos, a renovação de algumas áreas de plantio cafeeiro e a diversificação com plantios de outras culturas agrícolas, mas Siqueira, Penha, (2010:47) expressa que “[...] dessas três diretrizes, a promoção da erradicação dos cafezais foi a mais bem sucedida, tendo inclusive se transformado na peça básica da nova política cafeeira nacional [...]”.

O programa de erradicação dos cafezais antieconômicos executado pelo GERCA entre junho de 1962 e maio de 1967, atingiu 53,8% dos cafezais capixabas, tendo ocasionado na liberação de 71% da área de cultivo cafeeiro, tendo como consequência o desemprego de 60 mil

trabalhadores rurais, a retração do setor primário e o esgotamento da economia local. Desse modo, lideranças políticas e empresariais locais reivindicaram junto aos órgãos federais, sistemas específicos que pudessem reestruturar a base econômica e recuperar a trajetória de crescimento econômico do estado, políticas essas, sob a nova ótica de acumulação do capital, a industrialização (SIQUEIRA, Penha, 2010).

Neste contexto, foram feitas várias tentativas de se conseguir recursos junto ao Governo Federal objetivando a recuperação do estado, dentre elas a tentativa de incluir o Espírito Santo na área de abrangência da SUDENE²⁶. A defesa da industrialização²⁷ continuava a ser vista como uma forma de alavancagem da economia local, tendo levado um grupo de empresários “[...] ligados à Federação do Comércio a montar, em 1958, a FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo) que teria papel decisivo na montagem da estrutura de apoio à indústria constituída no governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971)²⁸ [...]” (MACEDO; MAGALHÃES, 2011:90-91).

Quanto aos resultados apresentados pelo programa de diversificação agrícola e substituição de culturas, esses se mostraram insuficientes, o que levou o IBC-GERCA a assinar um acordo com o governo capixaba o qual o instituto se comprometeu a alocar recursos financeiros para

²⁶ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada pela Lei nº 3692 em 15 de dezembro de 1959, no governo de Juscelino Kubistchek. Na ocasião foi elaborado pela equipe do economista Celso Furtado, um documento onde foram expostos os problemas do nordeste brasileiro e os anseios por uma política de desenvolvimento econômico para a região, numa clara pretensão de solucionar as disparidades de níveis de desenvolvimento e no ritmo de crescimento entre a região Nordeste e a região Centro-Sul do país. BRASIL. Ministério do Interior. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife, 1967, 2ª edição. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso: 07-01-2014.

²⁷ A industrialização no Espírito Santo já era vista como necessária para o avanço da economia local desde o final do século XIX. Muniz Freire, representante de um pequeno estado cuja capitalização dependia quase que exclusivamente da cafeicultura, foi o primeiro administrador do Espírito Santo a ver na criação de indústrias a promoção da diversificação da economia capixaba ainda que as condições para o sucesso dessa empreitada fossem praticamente inexistentes em fins do século XIX. (SANTOS, 2012). Essa ideia é reforçada por Caliman (2012) quando destaca que a busca por romper - pela via da industrialização - a dependência cafeeira do estado capixaba, também encontrou eco nos governos de Jerônimo Monteiro; no primeiro governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, iniciado em 1947; no governo de Jones do Santos Neves, no início da década de 1950 e; no segundo mandato de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, eleito em 1958.

²⁸ O Golpe Militar de 1964 instituiu a centralização do poder e, das decisões socioeconômicas do país, tendo esse novo poder instituído tentado estimular o crescimento econômico com uma política macroeconômica expansionista e, com a promoção de investimentos privados pela via dos incentivos fiscais e das linhas de financiamento diretos com taxas. No âmbito regional, em 1967, Christiano Dias Lopes é indicado pelos militares para governar o Espírito Santo, sendo neste período (até o final de 1982, data do último governo sob o regime ditatorial) aumentado significativamente a participação ativa da federação das indústrias no governo, e nos variados conselhos estratégicos elaborados na ocasião. SCARIM (2011). Disponível em: <<http://occaes.blogspot.com.br/2011/10/agricultura-e-desenvolvimentismo-no.html>>. Acesso: 27-02-2014.

a reativação da economia local. Esse acordo representou um direcionamento da intervenção estatal, com o governo tendo meios de respostas as expectativas da iniciativa privada por realização de obras de infraestrutura e, de financiamento das atividades produtivas, ainda que “[...] não fossem nos moldes requeridos pela iniciativa privada, que reiterava, a todo momento, uma solução via sistema de incentivos fiscais” (ROCHA; MORANDI, 2012:65).

O acordo estabelecia a importância de se fomentar o crescimento industrial dos ramos diretamente ligados à agricultura, ocasião em que foi criado o Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura (FUNDEC), que era provido de recursos financeiros específicos para a infraestrutura básica e para o financiamento à agroindústria. Para a administração desse fundo, o Governo Estadual criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), tendo sido de vital importância o montante dos recursos destinados ao Espírito Santo, que foi o estado cafeeiro que mais erradicou pés de cafés e o mais beneficiado pelo programa, ocasião em que foram designados para o estado 28% do montante dos recursos destinados diretamente aos produtores. Tais fatores encontram explicações na medida em que se compreendem os aspectos antieconômicos dos cafezais capixabas, sendo relevante o fato de que a indenização paga por pé de café erradicado representava valores sensivelmente maiores do que sua produção poderia gerar (ROCHA; MORANDI, 2012). Este cenário evidenciou a emergência da criação de políticas que apoiassem a sustentação dos novos direcionamentos voltados para a modernização da economia, assim

A necessidade de dispor de instrumentos mais eficazes de intervenção que pudessem promover o desenvolvimento econômico do estado levou o Governador Cristiano Dias Lopes a criar mecanismos de incentivo e também suportes institucionais. Assim foram criados incentivos como o FUNRES e FUNDAP, e instituições como a CODES – Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, que passou também a exercer funções de provedora de crédito, sucedida pelo Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, em 1969.

[...] graças aos incentivos fiscais e creditícios – FUNDAP e FUNRES - e aos financiamentos do Bandes, o Espírito Santo abriga em seu território alguns arranjos e setores produtivos importantes, como o do Mármore e Granito, de confecções, de alimentos e agroindústrias, do turismo, metal mecânica e moveleiro; e ainda o aparelhamento das atividades de importação, através de investimentos nas EADI's – Entrepósitos Aduaneiros de Interior, que dão sustentação às operações do sistema FUNDAP (CALIMAN, 2001:14-15).

Tratando-se dos projetos agroindustriais, este setor foi atendido com recursos do CODES, entre 1967 e 1969. “A partir de 1970 foi atendido através do BANDES, do CERES/FUNRES

e dos incentivos fiscais criados especialmente para dinamizar o setor industrial” (SIQUEIRA, Penha. 2010:52).

Os investimentos direcionados a agroindústria abriram possibilidades para que o Espírito Santo acompanhasse as mudanças estruturais e tecnológicas que estavam ocorrendo no âmbito da modernização da agricultura no país, liberando o setor agrícola de problemas antigos e permanentes que prejudicavam a produção e, ao mesmo tempo permitiram um maior controle produtivo, alargando de forma qualitativa e quantitativa as potencialidades de produção e de mercado nesta área e uma maior aproximação com o setor industrial. Sobre essa questão Siqueira, Márcia (2006:97) referencia que

A integração entre a agricultura e a indústria, se deu numa direção onde, ao mesmo tempo em que o setor agrícola se colocava enquanto consumidor de produtos industrializados, produzia também matérias primas para a agroindústria, definido um caráter específico do processo de modernização, dando origem aos Complexos Agroindustriais (CAIs), que passam a ser os novos determinantes da dinâmica da agricultura.

Foi a partir dessas mudanças que atingiram radicalmente a estrutura produtiva do Espírito Santo, que o estado inicia um novo processo de desenvolvimento, que a partir da política de erradicação conjugada a um novo modelo de acumulação produtiva, muda o padrão no setor agrícola e evolui no setor industrial. Processo que vai se consolidar entre as décadas de 70 e 80, estabelecendo de forma decisiva o novo caráter produtivo do estado. Tratando da agricultura, a partir dos anos 80, este setor, de forma expressiva na totalidade produtiva do estado, vai se adaptar ao novo modelo de modernização capitalista mudando as estratégias de produção, inclusive do tradicional setor cafeeiro.

Aliado a um desenvolvimento mais amplo, mais moderno e com dinâmica produtiva e comercial renovada, o novo modelo veio acompanhado de diferentes impactos rurais e urbanos, expressos de forma relevante desde o início da implantação da política de erradicação dos cafezais na década de 1960.

A expansão da modernização da economia no Espírito Santo impactada inicialmente pelo viés da política de erradicação dos cafezais alterou as formas de produção, atingindo drasticamente o setor agrícola, aliada a construção do complexo industrial urbano e das potencialidades da agroindústria. Um dos impactos negativos mais expressivos, diz respeito à forte crise social consubstanciada no êxodo rural e no inchaço populacional urbano. Por outro lado, a

possibilidade dos recursos financeiros advindos das indenizações, pulverizados entre milhares de pequenos proprietários, e posteriormente aplicados em atividades alternativas, contribuiu para projetos iniciais de diversificação produtiva no campo, fenômeno que também foi possibilitado na região de Venda Nova do Imigrante, tendo algumas famílias locais encontrado na hortifruticultura o caminho inicial para a tomada do crescimento, com o cultivo de novos produtos entre verduras e frutas, que marcaram a diversificação produtiva do município (IJSN, 1995).

Entretanto, das alternativas de emprego da força de trabalho e do capital liberado, a pecuária bovina e a extração madeireira foram às atividades de maior destaque - no âmbito estadual - durante a crise da cafeicultura. Tais prerrogativas foram corroboradas pelo fácil acesso às terras disponíveis principalmente na região norte do Estado, que até os anos de 1960 oferecia grande disponibilidade de terras ainda cobertas por matas virgens e de preços relativamente acessíveis. De todo modo, devemos ressaltar que as previsões de ocupação da mão de obra ociosa e do aumento produtivo de alimentos, não se mostraram tão eficazes, pois a maioria das áreas liberadas pela via da erradicação de cafezais foi igualmente tomada por pastagens, aspecto também encontrado nas regiões de predomínio da pequena propriedade de mão de obra familiar, “[...] isso agravou os problemas sociais no campo, dado o baixo grau de empregabilidade dessa atividade [...]” (MACEDO, 2012:43).

Os abalos enfrentados pela cafeicultura capixaba proporcionaram o surgimento de outras atividades tradicionais²⁹, entretanto essas culturas não apresentaram significativo dinamismo ao ponto de quebrar a hegemonia do café, como fonte geradora de emprego e renda na economia local. Quanto à pecuária, embora tenha adquirido maiores níveis de produtividade, de dinamicidade e assumido posição de destaque, devido à expansão da empresa rural e da utilização disseminada de novas técnicas melhorando as condições na interação gado/pastagem e de insumos modernos, não representava uma substituta ideal, visto seu fraco potencial de geração de emprego. A pecuária marcou também um caráter na mudança da estrutura fundiária alterando o movimento de concentração de terras, “[...] modificou uma das principais características da agricultura capixaba; o baixo índice de concentração de propriedades da terra” (SIQUEIRA, Márcia, 2006:100). Este fato tomou vulto concomitante à

²⁹ Na fase seguinte à erradicação, a agricultura capixaba apresentou diversificação em algumas atividades tradicionais como o cultivo de milho, feijão e de mandioca, em Venda Nova do Imigrante uma das alternativas foi a hortifruticultura com destaque foram para o tomate, morango, repolho e o abacate (IJSN, 1995).

redução da pequena propriedade, que não se incorporou na lógica do grande capital no processo de modernização do campo, este marcou presença pelo viés da expansão do latifúndio (ROCHA; MORANDI, 2012).

Ainda sobre as alterações estruturais na agricultura capixaba, a partir da década de 1970, podemos destacar os vários programas de incentivos à agropecuária e as políticas agrícolas de crédito rural, mas ressaltamos que, essas medidas, quase sempre estavam destinadas às grandes propriedades³⁰, como situa (FASSARELLA; REGO, 2011:84)

[...] tais como: (I) o programa de crédito do CONDEPE, para incentivo da pecuária bovina; (II) os programas de promoção do reflorestamento e (III) os programas para incentivo da cana-de-açúcar, [...] tais medidas aliadas à erradicação dos cafezais, foram responsáveis pelo início do acelerado processo de concentração de terras a partir da década de 1970 no Espírito Santo.

Em 1975, frente às constantes altas de preço, decorrentes principalmente das fortes geadas que atingiram outros estados cafeeiros³¹, a cafeicultura voltou a ser incentivada. O GERCA implantou o plano de vigoramento dos cafezais; modernizou a cultura do café arábica, confinando-a as regiões de montanhas do Espírito Santo e; incentivou o plantio do café Conilon nas regiões abaixo de 400 metros de altitude, que apresentou maior resistência e produtividade, sendo também utilizado pela indústria de cafés solúveis para a produção de blends³². O estímulo para a retomada dos plantios também encontrou apoio de créditos do

³⁰ O conjunto de medidas elaborado à época buscava a manutenção de uma estrutura agrária baseada na grande propriedade, que era vista como mais amoldada ao processo de modernização e ao desafio de elevar o nível técnico da agricultura brasileira do que as propriedades familiares, entendidas por tradicionais e sinônimo de atraso (ROMERO, 1998).

³¹ Os efeitos dessas geadas trouxeram uma perda de 80% dos cafezais em Mato Grosso, 66% em São Paulo e 10% em Minas Gerais. No Paraná, um dos principais estados cafeeiros, a geada de 1975 dizimou milhares de pés de cafés, sendo, segundo Matida (2010) um divisor de águas na história agrícola paranaense. Na ocasião o então presidente da Sociedade Rural do Paraná afirmou ser o fim da cafeicultura no estado, pois até então o Paraná era o responsável por “[...] 25% de toda a produção mundial de café. O estado chegou a produzir 21 milhões de sacas quando a safra do planeta batia nos quase 90 milhões de sacas. A baixa densidade do plantio utilizada nos modelos de produção tradicionais e mecanizados predominantes na época foi uma das principais causas da lenta recuperação produtiva dos cafezais do Paraná (FILHO, 2002:22). Os pés de cafés eram mais altos, o que demandava mais espaço, e “[...] as plantações eram feitas sem grandes preocupações por conta do alto grau de fertilidade das terras [...]” (MATIDA, 2010).

³² São distintas as características entre o café Arábica e o Conilon, também conhecido por robusta, pois o café Arábica se apresenta como um café mais fino com aromas e sabores mais pronunciados, o que lhe confere uma maior demanda e maiores preços no mercado mundial. Por seu turno, o café Conilon, mesmo com qualidade considerada inferior em relação ao arábica, apresenta a característica de possuir sólidos mais solúveis quando adicionados a água e, mesmo com valores de mercado inferiores, tem a sua liquidez garantida através da crescente demanda industrial de café solúvel e da utilização de blends (DAHER, F. A.; TRISTÃO, S. G., 2007:541-545).

GERCA, que possibilitou, entre os anos de 1975 e 1980, o aumento da capacidade produtiva em 80%, vindo há apresentar nos anos posteriores safras recordes e reconduzindo a cafeicultura estadual a seu papel anterior de geração de renda e de emprego, mas com um perfil produtivo mais condizente com uma economia modernizada (COSME, 1998).

A nova expansão cafeeira foi reproduzida tanto por empresas rurais capitalistas com relações de trabalho assalariado e com grande escala de produção, quanto nas pequenas propriedades, mas foi sobremaneira no interior dos pequenos módulos rurais de mão de obra familiar que encontrou sua maior expressividade. Dentre as novas características dessa nova cafeicultura podemos destacar a utilização de modernos insumos e técnicas de produção no cultivo e beneficiamento do produto, o que trouxe como resultado uma maior produtividade e melhora de qualidade do produto. Por fim, podemos ressaltar que o processo de modernização agrícola no Espírito Santo, esteve ligado a ampliação e diversificação de culturas, além do vigoroso processo de transformações estruturais, promovido e apoiado por amplos sistemas de crédito e de incentivos fiscais. Nessa ação quatro distintas características se destacam, tendo por primeira e mais importante o fato da agricultura ter se transformado numa atividade cada vez mais capitalizada; seguida do crescimento no número de tratores, de projetos de irrigação, eletrificação rural, do consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas; em terceiro lugar, as mudanças ocorridas na própria estrutura fundiária, que inicialmente tendeu a se concentrar, mas esse quadro foi revertido logo após a primeira metade da década de 1980 e; por último, as alterações nas relações de trabalho no campo, já que houve uma redução (tanto em termos absolutos quanto relativos) do trabalho familiar e, um aumento no número de parceiros empregados na agricultura e de trabalhadores assalariados temporários ou permanentes (ROCHA; MORANDI, 2012).

Conseqüentemente, as novas relações de trabalho na agricultura, de transferência do trabalho familiar para a mão de obra assalariada (mesmo que temporária), evidenciam as relações características do modo de produção capitalista. A partir do processo de expansão e modernização da indústria, ocorrido no Espírito Santo, o objetivo da produção agrícola deixou de ser a reprodução simples da família, para centrar-se na acumulação, uma vez que a acumulação é uma necessidade e um imperativo do modo capitalista de produção (SIQUEIRA, Márcia, 2006). Assim evidenciamos a expansão da agricultura modernizada em

aliança com a implantação dos complexos agroindustriais, que em bases tecnológicas mais avançadas reestruturaram as bases produtivas e elevaram a produtividade atingindo novas demandas de consumidores e novos mercados, ultrapassando os limites locais.

A dinâmica da modernização da agricultura foi abrangente à própria expansão do capitalismo nacional, promovendo mudanças diferenciadas de acordo com as características dos setores produtivos regionais e ou locais. Neste sentido a diversificação modernizada pelo viés da agroindústria promoveu um novo padrão na produção agrícola nacional, no conjunto das atividades produtivas geradas no campo.

No Espírito Santo, a modernização promoveu a expansão de diversos segmentos produtivos, com abrangência em grandes setores como cana-de-açúcar, eucaliptos, café e pecuária, que geraram um direcionamento agroindustrial exportável. Consolidou também setores voltados para a dinâmica do agroturismo e atingiu setores de culturas alimentares, embora de forma menos expressiva e com pequena repercussão no conjunto modernizador, não ultrapassando os tradicionais aspectos excludentes do desenvolvimento estadual. A diversificação é o exemplo de resultados positivos implícito neste processo, entretanto, por outro lado à lógica modernizadora que atingiu o Espírito Santo não contemplou uma grande parcela de produtores rurais que foram expropriados da terra, seja pela política excludente e ou pelas iniciativas norteadoras voltadas para a concentração fundiária, que intensificaram o movimento do êxodo rural em direção as cidades (BERGAMIM, 2004), notadamente para a capital (Vitória), lócus da concentração modernizadora industrial.

As mudanças atingiram principalmente a estrutura produtiva assentada na reprodução da agricultura familiar, que foi fragmentada gerando um grande impacto não apenas econômico como também cultural, uma vez que este modelo traduzia uma tradição “[...] fundada na associação da cultura cafeeira e na imigração européia (sic)” (SIQUEIRA, Márcia, 2006:107). É no sentido dessas questões e no quadro das novas características produtivas no campo e da consolidação da agroindústria no Espírito Santo, que situamos o município de Venda Nova do Imigrante, como referência em nossa pesquisa.

3 - VENDA NOVA DO IMIGRANTE NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS: A MATRIZ DO AGROTURISMO

3.1 - A COLÔNIA E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL

O surgimento do atual município de Venda Nova do Imigrante está diretamente imbricado no processo da imigração italiana ocorrido em terras capixabas a partir da segunda metade do século XIX, e com a cultura cafeeira no Espírito Santo. A chegada de imigrantes europeus se deu a partir do ano de 1847 com a criação do núcleo de Santa Izabel, na região central do estado, tendo ali prevalecido o imigrante de origem alemã. No entanto foi o elemento italiano que apresentou um maior número de indivíduos que chegaram ao estado, principalmente após 1870, quando ocorreu considerável aumento de imigrantes entrados no Espírito Santo (CELM, 1984)³³.

Grande parte das famílias italianas que chegaram ao Espírito Santo e, que posteriormente povoaram a região de Venda Nova do Imigrante, foi instalada inicialmente na Colônia de Rio Novo. A colônia foi fundada em 1855, pela Imperial Associação Colonial de Rio Novo, na pessoa do então presidente desta associação, o Major Caetano Dias da Silva. Na ocasião, o Governo Imperial se comprometeu a subvencionar, pelo prazo de cinco anos, um total de até 3.600 colonos que por ventura a Associação viesse a instalar na colônia durante o período.

A Colônia de Rio Novo apresentou um caráter peculiar às demais colônias fundadas durante aquele período, pois resultou de um empreendimento particular. Porém, foi contemplada por constantes benefícios concedidos pelo Governo Imperial ao longo de sua curta existência, quer através de empréstimos em dinheiro ou contribuições na execução de obras dentro da própria colônia. O empreendimento foi tomando forma, mas em meio à grande precariedade no cotidiano local, tanto no que trata da administração, quanto ao atendimento das necessidades básicas para a sobrevivência, os investimentos não foram suficientes para evitar

³³ A instalação de núcleos coloniais no Espírito Santo foi possível dada à autorização do Ato adicional de 1834 para as províncias fundarem colônias de povoamento. Apesar da fundação da Colônia de Santo Agostinho, fundada por açorianos em 1813, no atual município de Viana, o grosso do processo imigratório se deu principalmente após a primeira metade do século XIX. Dentro desse procedimento quatro fatores se relacionam e se complementam, sendo a política imperial de povoamento o primeiro e principal fator do fluxo imigratório; seguida da promoção da imigração subsidiada e pela propaganda difundida nos principais centros imigratórios da Europa; terceiro, pelas favoráveis condições à emigração nos países de origem e; por último, a necessidade de ocupação do vasto território ainda desabitado no Espírito Santo durante este período. CELM, José Lazaro. **Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Economia) -UFRGS, Porto Alegre, 1984.

seu fracasso, pois foi encampada pelo Governo Imperial em 1861, em virtude das sérias dificuldades que atravessava. Cumpre notarmos que apesar desses problemas, a Colônia de Rio Novo foi expandida, principalmente após 1870, quando ocorreu considerável aumento no número de imigrantes entrados no Espírito Santo (COSTA, 1981).

Em 1880 a Colônia de Rio Novo foi emancipada, ocasião em que foi criado pelo Governo Imperial o sexto território da colônia, denominado Castello, que teve por finalidade o recebimento de imigrantes italianos chegados a partir da suspensão da lei sobre colônias de 1867³⁴. Em maio de 1881 o Núcleo Castello³⁵ foi emancipado, tendo surgido em seu lugar, em 1921, o atual município de Alfredo Chaves. Mas ainda durante o ano de 1892, dada à insatisfação dos colonos instalados no Núcleo Castello, devido a sua péssima localização, a baixa fertilidade do solo e o dificultoso relevo de suas terras, alguns membros resolveram partir com seus familiares para o então núcleo de São Pedro de Venda Nova, que era constituído por quatro fazendas de café, de famílias portuguesas e de mão de obra escravocrata (GROSSELLI, 2008).

Assim, a partir do final do século XIX e início do XX, áreas de antigas e decadentes fazendas escravocratas, foram pulverizadas em pequenas glebas e vendidas para imigrantes de regiões vizinhas e que tencionavam se descolar em busca de terras mais apropriadas para a expansão da agricultura cafeeira. Ainda a partir de 1892 as primeiras famílias de italianos começaram a se direcionar para a região de Venda Nova, famílias provenientes da Província de Treviso, na

³⁴ Aprovado no Senado Federal em 19 de janeiro de 1867, o Decreto nº 3784 buscou regular e uniformizar a criação e o regime das colônias no estado, dando-lhes apropriada administração, e garantindo o bem estar e a sorte futura de seus habitantes. Os regulamentos foram concentrados em quatro longos capítulos: 1) Fundação das colônias, distribuição de terras e condições de propriedade; 2) Administração das colônias; 3) Recepção e estabelecimento dos colonos e; 4) Disposições diversas, que tratava das punições impostas aos colonos caso apresentassem ociosidade ou má conduta; dos ditames relacionados ao envio de quantias, por parte dos colonos, para fora do país; da proibição de possuírem escravos e; dos relatórios que deveriam ser apresentados pelos diretores das colônias aos presidentes da província BRASIL. Senado Federal. Subsecretária de Informações. **DECRETO N. 3784** – de 19 de janeiro de 1867. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58880&norma=74736>>. Acesso: 28-01-2014.

³⁵ ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Vitória: [sn] 2000:80, destaca que o Núcleo Castelo foi “[...] estabelecido as margens do alto Benevente e seus afluentes, tendo como sede a povoação de Alfredo Chaves, que também funcionava como sede dos 2º, 4º e 5º territórios da Colônia de Rio Novo”. Mas, GROSSELLI, Renzo M. **Colônias Imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, considera a existência de seis territórios no que compreende o Núcleo Colonial Rio Novo, sendo o Núcleo Colonial de Castello - aqui grafado com dois eles - entendido como sua extensão. Por seu turno, BITTENCOURT, Gabriel. **História geral do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006:244, ressalva que este núcleo “não guarda qualquer relação com o atual município de Castelo”.

região do Vêneto, norte da Itália. Este movimento, por iniciativa dos próprios imigrantes foi seguido por outras famílias (CAVATI, 1973) e demonstramos no Gráfico I -1.

Gráfico I-1
Percentual da origem dos imigrantes de Venda Nova - Região do Vêneto



Fonte: Disponível em: <www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes>. Acesso: 19-08- 2007.

Quanto às primeiras famílias que chegaram à Venda Nova do Imigrante, Saletto (1996:162-163) argumenta que

[...] Eram colonos que haviam progredido, apesar da má qualidade da terra, em famílias com numerosa força de trabalho. Venderam seus sítios e compraram propriedades relativamente extensas, de mais de 20 hectares, pois o preço da terra era baixo, inclusive devido à dificuldade de transporte. Nos anos seguintes continuou a migração, principalmente a partir de Alfredo Chaves, mas também de outras localidades próximas. Os que tinham recursos provenientes da venda de sítios compraram terras, e muitos trabalharam na construção da Estrada de Ferro Sul para aumentar ou formar seu pecúlio. Outros possuíam lotes de tão má qualidade que tiveram que abandoná-los, recomeçando a vida como parceiros. Alguns já eram parceiros anteriormente, outros eram recém chegados ao Espírito Santo [...].

Os imigrantes vão iniciar a expansão da colônia empregando as características da estrutura produtiva baseada no enquadramento do núcleo familiar e nos laços sociais de solidariedade comunitária que marcou o desenvolvimento da colônia, perpassando para a evolução do município, traçando o fortalecimento dos princípios culturais das tradições italianas.

Os aspectos socioculturais de administração familiar, de religiosidade, corporativismo e de pertença comunitária encontrados nos relatos sobre os imigrantes italianos que deram origem ao atual município de Venda Nova do Imigrante, ainda hoje são encontrados na comunidade, expresso principalmente nas práticas locais voltadas para o agroturismo. Os vínculos de pertença e de parentescos geralmente eram reforçados pelo batismo e pelo casamento entre as próprias famílias italianas, que além de reafirmar a identidade cultural do grupo, avivava a vida comunitária e a solidariedade entre seus integrantes. Solidariedades estas, observadas nos mutirões e nas práticas de mútua ajuda, tanto na construção de escolas, casas e igrejas, como nas épocas de colheita do café (NOGUEIRA, 2004).

Peculiaridade também encontrada em Venda Nova do Imigrante - observada desde a sua origem - é o forte cunho religioso, expresso sobremaneira no estímulo da convivência social, num universo inóspito e hostil, onde “[...] o trabalho e a vida social em torno da religião fundavam uma moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepunham as pretensões individuais [...]” (COLBARI, 1998:138)³⁶. A autora, explica que a igreja exercia o epicentro da comunidade, onde o padre desempenhava um papel de figura central, que além de ser a autoridade responsável pelo zelo da moral e dos bons costumes, era o elo com o mundo exterior à colônia, encarregado de trazer as notícias e as novas técnicas agrícolas. Papel de suma importância também é conferido por Colbari (1998) à missa dominical e aos encontros religiosos, que contribuía no reforço da moral e da religiosidade da comunidade.

A prática da religião católica está bastante presente no cotidiano da população de Venda Nova do Imigrante. A vida religiosa é uma dimensão importante da vida dessas pessoas, seja no seu aspecto moral (religioso, em sentido estrito), seja no significado social das práticas religiosas (NOGUEIRA, 2004:102).

Essa forte influência religiosa dos imigrantes e de seus descendentes aliada ao anseio de prover os filhos de uma melhor escolaridade, levaram algumas famílias a enviarem seus filhos para estudarem em colégios religiosos em outras cidades. Dos seios dessas tradicionais famílias saíram renomados religiosos, fundadores ou diretores de inúmeras instituições

³⁶ Para NOVAES (1980), a origem católica dos italianos fazia-os manter a frequência dos sacramentos e das procissões, além da cotidiana reza do terço, conservando, mesmo nos distantes núcleos isolados, o espírito religioso do povo. A autora também elenca o sofrimento dos primeiros colonos devido à falta de assistência espiritual, principalmente diante do reduzido número de sacerdotes disponíveis e da longa espera por suas visitas à comunidade que “[...] ficavam, às vezes, três meses sem a visita de um padre”. NOVAES, Maria Stella de. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980:226.

educacionais religiosas espalhadas pelas diversas cidades do país, dentre elas um dos mais conhecidos pároquos de Venda Nova do Imigrante, o padre Cleto Caliman

[...] fundador de inúmeras instituições de ensino pelo Brasil a fora (sic), e uma das principais figuras a bater-se incansavelmente pelo desenvolvimento de sua terra natal. É ao seu trabalho que Venda Nova deve o Colégio Salesiano Pedro Palácios, o Hospital Padre Máximo Taboena e a Agência dos Correios (ZANDONADI, 1983:46).

Notadamente, podemos observar que o caráter de pertencimento a um determinado grupo, fato também corroborado pelos laços consanguíneos, já que era comum a prática de casamentos dentro do mesmo núcleo³⁷ - contribuiu, para a defesa e manutenção de suas propriedades e, para a própria unidade do grupo familiar. Esse sentimento de união e o medo de perder a sua terra, que fomentou as bases do movimento integralista na região de Venda Nova do Imigrante (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992).

O prenúncio apregoado pelo Integralismo da possibilidade de terem suas terras tomadas pelo comunismo levou aos agricultores locais a crença de que o movimento de Plínio Salgado representava uma poderosa arma contra essas ameaças. A ligação do Integralismo ao Fascismo italiano também contribuiu para a forte adesão local ao movimento, pois embora desconhecendo as ideias apregoadas por Mussolini, o simples fato de ser uma doutrina proveniente da Itália já era uma maneira de permanecer ligado à sua pátria (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992).

Várias foram às famílias que aderiram as ideias do movimento, tendo inclusive alguns de seus membros, contribuído financeiramente com o Partido Integralista. O isolamento e o abandono por parte do governo do Espírito Santo trouxeram aos vendanovenses, naquele período em que viveram sob a égide do Integralismo, um encantamento e a esperança de uma vida melhor, influenciados por um ideário político que não correspondia a realidade local. As festas realizadas, a oportunidade de destaque, as obra efetuadas, ou mesmo o simples ato de poderem vestir uma camisa nova, os condicionaram àquela ideologia. O Integralismo

³⁷ “[...] o casamento entre famílias conhecidas era uma prática comum. Não raro ocorria o caso de vários casamentos no seio de duas famílias (duas pessoas irmãs casando-se com outras duas pessoas irmãs), ou de várias famílias casando seus filhos entre si. Estabelecia-se uma espécie de rede de casamentos, entre famílias, reforçada por, ou reforçando os laços de parentesco, compadrio e amizade”. BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino, Itália: Fondazione Giovanni Agnelli, Vol.II. 1990:342.

conquistou seus adeptos com certa facilidade no seio daquela comunidade, pois o lema Deus, Pátria e Família, foi incorporado neste povo tão marcado pela religiosidade, tendo mesmo, certos clérigos se inebriado diante de rica arma contra o poderoso e ascendente inimigo que era o comunismo (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992).

Achiamé (2010:236) realça que o Integralismo “[...] no Espírito Santo era tolerado, senão incentivado, pelas autoridades civis e religiosas, onde mesmo pessoas que apoiaram o interventor Plunaro Bley tiveram expressiva atuação no movimento integralista”.

O I Congresso Integralista brasileiro foi realizado em Vitória de 28 de fevereiro a 4 de março de 1934. O evento recebeu apoio local, em decorrência da força do movimento integralista no estado, que contava muito simpatizantes ocupando cargos no governo estadual ou atuando em áreas de sua influência – o comércio por exemplo. Parcela ponderável da Igreja no Espírito Santo também se manifestava abertamente a favor do movimento [...] (ACHIAMÉ, 2010:236).

Destaca-se ainda, que enquanto pode funcionar livremente, o movimento integralista, conquistou no Espírito Santo duas prefeituras no interior do estado, e alguns vereadores na capital. Enquanto pode dar as suas cartas, seguiu-se o raciocínio de que Deus, consubstanciado pela Igreja, estava ao seu lado, e a pátria, aqui representada pela figura de seu interventor³⁸, também expressava simpatia pelo movimento, restava apenas à conquista das famílias para se cumprir o lema integralmente (ACHIAMÉ, 2010).

No entanto, com o fracasso do Integralismo nos dias procedentes, veio à repressão, a violência e o fim de todo aquele ideário traçado num contexto político então esgotado. Muitos foram humilhados, e tantos outros, obrigados a se naturalizarem, “[...] pois se tornou crime ser italiano”. Tais fatos traumatizaram profundamente a comunidade de Venda Nova do Imigrante (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992:25).

³⁸ João Punaro Bley foi um dos três integrantes da Junta Governativa formada para administrar o Espírito Santo durante o Movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder federal. Punaro Bley administrou o estado capixaba como Interventor Federal de 1930 a 1935, ano em que foi eleito governador pela própria Assembleia Legislativa do estado e, terminou por administrar o Espírito Santo, novamente como interventor, entre 1937 e 1943. Eleito governador constitucional do estado, Punaro Bley tomou posse na Assembleia Legislativa no dia 15 de abril de 1935, na ocasião dos 25 deputados do estado, apenas os 13 que votaram nele compareceram, os 12 deputados da oposição “[...] não compareceram à sessão solene e, embora a ata da sessão não registre de forma explícita, essa ausência é um forte indício do protesto realizado - fato, aliás, corroborado pelo próprio Bley em suas reminiscências”. ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010:271.

No contexto de uma identidade étnica italiana, a questão política ressaltou o orgulho deste pertencimento num conjunto de referências de tradições que sempre estiveram permanentes na sociedade local. Neste conjunto de tradições, a religiosidade e a gastronomia traçaram elos muito fortes mesclando os elementos culturais que ganharam relevantes expressões no cotidiano do município.

O advento do agroturismo em tempos posteriores traz novamente um traço do orgulho com a identidade étnica italiana, com uma nova interpretação, que se faz presente nas práticas e representações locais. Identificação essa, estreitamente ligada ao simbolismo encontrado em seus produtos, que remetem não apenas aos primeiros anos de intensas dificuldades em solo brasileiro, quando seus antepassados tinham a necessidade de produzir na própria propriedade quase tudo que necessitavam para o consumo, reproduzindo a simplicidade de hábitos cotidianos da terra natal.

Dentro da revalorização das raízes italianas, podemos destacar artigos destinados à gastronomia e ao artesanato, hoje amplamente inseridos na atividade do agroturismo local e uma importante ferramenta de diversificação e complementação da renda familiar. O dinamismo e o desenvolvimento trazido pelo agroturismo, também ajudou a reforçar a permanência do homem no campo. A valorização da cultura local se tornou um atrativo para os visitantes dos grandes centros urbanos, que trazem para as famílias envolvidas na atividade do agroturismo, a possibilidade de incremento na renda do grupo social que a compõe e um desenvolvimento econômico para a região, como um todo, numa reprodução do capital antes encontrada apenas na agricultura.

O desenvolvimento do complexo do agroturismo representa princípios culturais reforçados pela memória e pelas tradições que não foram apagados, mantendo-se perceptível a presença “[...] dos traços “oriundi” no sentido de carregarem em si mesmos ou em sua produção cultural as marcas da descendência veneta” (CAMPOS, s/d:06). Esse complexo se constitui em um elo de fundamental importância para a permanência da identidade cultural, inclusive como raiz de um modelo “[...] de produção familiar no qual se articulam modos e estruturas de preparação de alimentos, modos de consumo, fornecimento e troca de receitas, assim como festas religiosas e pagãs, onde a italianidade se faz presença constante” (CAMPOS, s/d:06).

3.2 – A ESTRUTURA ECONÔMICA: A PEQUENA PROPRIEDADE E A MÃO DE OBRA FAMILIAR

A organização produtiva da agricultura nas nações capitalistas desenvolvidas tem na agricultura familiar o seu maior expoente. Isso faz dela um setor único no modelo capitalista contemporâneo. No âmbito desta relação de produção, as inter-relações que permeiam as características da estrutura produtiva familiar, se dão de forma distinta, entrelaçando as relações sociais no próprio espaço produtivo. Neste sentido Abramovay (2001:209) ressalta que “[...] não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno dos vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra (sic) não contratada seja tão forte”. Mesmo com as mudanças nas funções tradicionais das famílias, tratando-se das relações de produção familiar é inegável a importância do trabalho desenvolvido por essas unidades no contexto econômico contemporâneo, uma vez que foi em torno do estabelecimento familiar que os países avançados estruturam socialmente a agricultura (ABRAMOVAY, 2001).

Corroborando com o quadro teórico descrito, o município de Venda Nova do Imigrante se destaca justamente por ter a sua formação e caracterização fundiária predominantemente ligada à pequena propriedade rural de mão de obra familiar, sendo tais fatores diretamente determinados pela ocupação do território a partir da chegada das primeiras famílias imigrantes italianas na região.

Uma das explicações para a permanência e o predomínio de extratos de menor concentração de terras no município pode ser encontrada nos levantamentos elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, realizados em 1995, em que foi encontrada uma estreita relação entre as relações sociais das famílias no trato com a propriedade do grupo familiar e os aspectos culturais herdados da tradição italiana.

Segundo o documento há uma boa distribuição de terras entre os proprietários de Venda Nova do Imigrante, pois existe o predomínio de módulos rurais que não ultrapassam os 50 ha e que “[...] a tendência do município é não apresentar concentração fundiária, uma vez que a

tradição italiana de apego à terra faz com que as áreas sejam progressivamente divididas entre os membros da família” (IJSN, 1995:23)³⁹.

Ao pesquisar sobre as estratégias de reprodução das famílias rurais de Venda Nova do Imigrante, Nogueira (2004) observou que era comum entre seus membros a prática da virilocalidade, ou seja, que a divisão das terras da família se reproduzisse apenas entre os filhos do sexo masculino e, das práticas sucessórias consuetudinárias, entenda-se, e sem qualquer registro cartorial.

Geralmente quando se casava, o filho homem recebia uma fração da própria terra dos pais ou terras compradas pela família por ocasião de seu casamento. Comumente, cabia às filhas receberem apenas algum dote por ocasião do seu matrimônio, esses, geralmente compreendidos de coisas com valores infinitamente desproporcionais em relação às terras herdadas por seus irmãos. Quase sempre essas filhas herdavam uma quantidade pequena de utensílios domésticos, ou raramente, uma cabeça de gado. No intuito de diminuir a pressão sobre a estrutura fundiária, também era utilizado o envio dos filhos ou filhas para seguirem a carreira religiosa ou a prática (ainda que com menor frequência) de enviá-los para estudarem e morar nos centros urbanos, o que acabava por excluí-los do processo de divisão de herança (NOGUEIRA, 2004).

Quanto ao processo de concentração fundiária, ele permeou o processo histórico de formação socioespacial brasileiro até os anos de 1970, tendo as políticas oficiais, consolidado e assegurado à reprodução do grande latifúndio. No entanto, o Espírito Santo permaneceu contrário a essa lógica de concentração fundiária, pois durante a transição do trabalho compulsório para a mão de obra livre, não somente foi palco de políticas oficiais destinadas a

³⁹ O Censo Agrário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o Sul do país é a região que apresenta a menor desigualdade na distribuição de terras. De acordo com o documento, tais fatores encontram explicações na estrutura agrária consolidada pela forte presença colonial do elemento europeu, pois a divisão de terras no Sul reproduziu o padrão agrário do campesinato da Europa Ocidental, parcelando as terras em pequenas propriedades, característica típica da agricultura familiar. Neste ponto, o documento destaca que embora o Espírito Santo apresente progressiva concentração de terras, pode ser destacado como a unidade da federação com um dos melhores índices de distribuição agrária, já que também apresenta características de colonização semelhantes. BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação Rio de Janeiro, 2012:110. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf>. Acesso: 20-02-2014

constituição de pequenas propriedades familiares⁴⁰, como viu parte de suas grandes propriedades serem fragmentadas (BERGAMIM, 2006). No Espírito Santo a organização familiar marcou a estrutura produtiva no campo, que se expandiu expressivamente a partir do início do século XX, sendo que, como explica Siqueira, Márcia, (2006:120),

[...] a organização dessas pequenas propriedades, ainda expressavam características culturais do tempo da colonização européia (sic), seja nos hábitos comportamentais, alimentares, religiosos, produtivos e até na arquitetura [...] fatores associados à dinâmica do modelo de organização agrária, estabelecido como o início da imigração européia (sic) no estado e que teve sua afirmação com a cultura cafeeira.

O movimento de expansão se deu inicialmente na região serrana central, a partir de colônias de imigrantes europeus ganhando espaço em áreas da região sul e em áreas ao norte do Rio Doce, seguindo em direção a outras áreas ao norte do território capixaba num processo de alargamento de fronteira agrícola, aberto principalmente por famílias de imigrantes italianos.

O traçado deste movimento de expansão, iniciando deslocamentos de imigrantes da região serrana para outras áreas próximas como também para o sul começou a tomar vulto a partir do final do século XIX, com a fragmentação de antigas fazendas escravocratas. O fracionamento de grandes fazendas permitiu a aquisição de novas terras por muitas famílias que não encontravam boas condições de sobrevivência onde se encontravam estabelecidas (BUFFON, 1992). O contingente de imigrantes europeus que se estabelecia no Espírito Santo se direcionava exclusivamente aos núcleos coloniais, voltados para o trabalho agrícola. De acordo com Celin (1984:71)

Ainda em 1900, 83% da população local se dedicavam a atividades agrícolas. A forma de assentamento dos imigrantes obedecia frequentemente à apropriação de pequenas áreas. No início, os lotes distribuídos pelo governo possuíam aproximadamente 50 hectares. Depois, foram reduzidos, até se estabelecerem, por fim, em torno de 25 hectares, superfície que passou a ser conhecida como uma "colônia". Pelo Censo de 1920, 89% dos estabelecimentos recenseados possuíam até 100 hectares. Se se dobrasse a área - até 200 ha- seria incorporada a esta categoria quase a totalidade dos estabelecimentos, 96%, ocupando 2/3 da área total recenseada.

⁴⁰ A atração de imigrantes como propulsor e povoador das regiões ainda desabitadas e, a preocupação com o aumento produtivo e com a ampliação da mão de obra era uma constante nas políticas governamentais do Espírito Santo nesta época da imigração italiana em solo capixaba. Mas, o recém chegado imigrante não tinha acesso fácil à terra, pois lhe faltava um mínimo de adaptação e inserção social. Para obterem terras tiveram que se submeter ao árduo trabalho, a pesada economia e a total utilização de trabalho dos membros da família, que numerosas, proporcionava uma maior concentração de mão de obra, permitindo uma maior divisão de trabalho e um melhor aproveitamento da capacidade produtiva do núcleo familiar, sendo que geralmente também era utilizado tanto o trabalho feminino, quanto o trabalho das crianças. SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo** (1888-1930). Vitória: EDUFES, 1996:167.

Assim se difundiu a unidade familiar, tornando-se predominante na estrutura produtiva cafeeira do estado, estando o município de Venda Nova do Imigrante totalmente inserido neste contexto produtivo, marcando uma expressiva participação no conjunto da produção cafeeira estadual. O café, enquanto um produto mercantil para exportação sofria varias crises, tanto de produção quanto de mercado que afetavam o desempenho econômico local e nacional, principalmente por representar a base da monocultura no país. No Espírito Santo a produção cafeeira era praticamente a única atividade econômica voltada para o mercado externo e as crises até o final da primeira década do século XX não desestabilizavam

[...] a estrutura produtiva capixaba assentada em bases familiares de produção [...] Pois esses agricultores, num contexto de crise, podiam renunciar aos produtos comprados sem comprometer a sua reprodução socioeconômica (BUFFON, 1992).

Assim evidenciamos que a pequena propriedade se sustentava com os produtos para consumo, produzidos na própria unidade familiar. Outros indicadores reforçam, essa tendência como tão bem demonstra Celin (1984), quando situa que dentre os fatores que contribuíam para esse quadro se incluem, por exemplo

[...] ser o proprietário o responsável direto pela exploração do sítio, o que ocorre em 94% dos casos. [...] O caráter familiar dos empreendimentos torna-os independentes. Aí se produz, além do café, praticamente a única fonte de renda monetária, o suficiente para a subsistência do grupo. Ademais, as relações mercantis apresentam-se muito pouco desenvolvidas. Em determinadas circunstâncias, como na colheita do café ou em obras de edificações, o suprimento de mão-de-obra (sic) adicional é superado através do mutirão ou "ajuntamento" (CELIN, 1984:71).

Desta forma e vivendo em função das relações socioeconômicas e culturais que se estabeleciam e se reproduziam na própria unidade agrícola, o modelo de pequenas propriedades com mão de obra familiar participou de forma muito relevante na sustentação na economia cafeeira do Espírito Santo, começando somente nos anos 50 “[...] a demonstrar dificuldades de prosseguir em sua base secular de acumulação” (MACEDO; MAGALHÃES, 2011:86).

Entretanto o maior impacto veio com a política de erradicação dos cafezais, estabelecida no início da década de 60, que promoveu uma grade mudança na estrutura econômica do Espírito Santo, afetando diretamente a tradicional dinâmica produtiva no campo. Com a crise estabelecida com a política de erradicação dos cafezais, a pequena propriedade passou a

perder espaço para estabelecimentos rurais com áreas acima de 100ha, resultando numa maior concentração de terras. As mudanças advindas da modernização agrícola e do aumento das relações capitalistas no campo atingiram o Espírito Santo com tamanha rapidez, que na maioria dos seus municípios a pequena propriedade familiar não encontrou meios de adaptação à nova realidade. Tais fatores encontram explicações principalmente na intensificação do plantio de cana-de-açúcar (sobretudo no município de Itapemirim), na pecuária e na eucaliptocultura⁴¹. É preciso observar que a partir da crise do café, houve concentração de terra em quase todos os municípios do estado, estando à pecuária, presente em todos eles e ocupando maior área agrícola (BERGAMIM, 2006).

O período de maior concentração de propriedade relaciona-se diretamente com os principais fatores que desestruturaram a reprodução familiar, como a crise da estrutura produtiva que desembocou na erradicação do café e a modernização da agricultura. Entre as décadas de 1960, 1970, e 1980, o índice Gini Estadual evoluiu de 0,524 para 0,580 e 0,635 respectivamente. Nesse período a concentração atingiu violentamente os estabelecimentos com área inferior a 50 ha, os quais tiveram sua área reduzida em aproximadamente 25%. Além disso, nesse estrato de área, entre 1970 e 1980, mais de 9 mil estabelecimentos desapareceram [...] (BERGAMIM, 2006:122).

A partir de 1980 a dinâmica de concentração de terras é alterada, a pequena propriedade familiar, de extraordinária capacidade de adaptação, se recompôs e voltou a apresentar indicadores de crescimento.

Foi registrada uma reversão da tendência concentradora, pois enquanto os módulos rurais com áreas superiores a 1000 ha mantiveram a sua participação em 16,5%, os estratos de até 100 ha tiveram sua participação na área total ampliada de 40,2% para 41,9%. “[...] Esse movimento de desconcentração pode ser explicado, por um lado, pelo represamento da força de trabalho no setor rural, devido à crise econômica do período 1981/83 e, por outro lado, pela expansão

⁴¹ No início dos anos de 1970 ocorreu uma crise nos preços do petróleo que levou o Governo brasileiro a buscar alternativas de substituição do produto. Foi então criado em 1975, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) que procurou substituir a gasolina por álcool, essa ação trouxe a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no estado, tendo ocorrido nos municípios Conceição da Barra, São Mateus e Linhares - onde foram instaladas as indústrias alcooleiras - uma maior concentração fundiária. Na mesma década, a pecuária passou por um processo de remodelamento de cultivo, pois foi rompido o ciclo tradicional mata-café-pastagem, com a ocupação direta do solo após o desmatamento, conferindo na região norte do estado, uma estrutura fundiária mais concentrada. Por seu turno, a eucaliptocultura está diretamente associada à criação da Aracruz Celulose, empresa instalada no município de Aracruz e fabricante de celulose que é destinada a fabricação de papel, grande responsável pelo elevado número de eucaliptos plantados nas mais variadas regiões do estado. Salienta-se, que a maioria dos cultivos que tem por destino as agroindústrias, não tem sua área restrita a região onde elas estão instaladas, mas que terminam por ocupar os municípios adjacentes (BERGAMIM, 2006:133-134).

da lavoura cafeeira⁴², que é uma atividade altamente absorvedora de mão de obra” (ROCHA; MORANDI, 2012:130). Os anos 80 marcam também a significativa expansão na utilização da mão de obra assalariada temporária ou permanente no campo. Esse período também apresentou o registro da extraordinária expansão de atividades emergentes como seringueira, avicultura, suinocultura e o plantio de pimenta do reino, tendo igualmente apresentado o aumento na utilização de fertilizantes, defensivos químicos e no número de tratores, características claras do processo modernizador da agricultura (ROCHA; MORANDI, 2012).

Na abordagem de nossa pesquisa de campo, utilizamos a técnica de entrevista de história oral, que nos permitiu o conhecimento de informações mais precisas sobre as mudanças que afetaram os pequenos agricultores de unidade familiar, tendo por referência Venda Nova do Imigrante, lócus de nosso objeto de estudos neste trabalho. Assim, em entrevista realizada com o produtor rural vendanovense Benjamim Falqueto⁴³, este nos informou que após a crise do café, a família buscou encontrar novas alternativas de cultivo (nas décadas de 1970 e 1980⁴⁴ foi introduzido nas propriedades da família às culturas do abacate e da mexerica) e de incremento agrícola, mas com a diversificação e diante do êxodo rural e da dificuldade em encontrar trabalhadores dispostos ao regime de parceria, a solução encontrada foi justamente a contratação de mão de obra assalariada, sendo que, para manter ritmo das novas atividades agrícolas foi preciso ter e conservar este tipo de trabalhador nas três propriedades da família. O senhor Benjamim Falqueto ainda nos informou que após a crise do café houve uma campanha desenvolvida pela Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - EMCAPER para a melhoria e o beneficiamento do produto, e que este fator contribuiu

⁴² Em decorrência das fortes geadas que atingiram os principais estados produtores de café no Brasil em 1975, houve um aumento na participação do Espírito Santo no cenário nacional de café. Esses fatores contribuíram para que as condições desfavoráveis existentes na economia local desaparecessem, ou seja, não havia mais preços baixos. Os preços internacionais do café tiveram alta de 100% entre janeiro de 1975 e janeiro de 1976, tendo contribuído de forma determinante para tal elevação [...] além das geadas brasileiras, as inundações ocorridas na Colômbia, a guerra civil de Angola e o terremoto na Guatemala, os quais restringiram ainda o suprimento mundial de café. GUARNIERI, Laura Correa. **Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento da cafeicultura**. Campinas: Unicamp/IFICH, 1979:93.

⁴³ Entrevista de História Oral realizada com o Senhor Benjamim Falqueto, produtor rural em Venda Nova do Imigrante, na sede do Sítio Falqueto, de sua propriedade, no dia 12 de dezembro de 2013.

⁴⁴ Na busca por novas alternativas agrícolas, após a erradicação do café, algumas famílias de Venda Nova do Imigrante encontraram na hortifruticultura o caminho inicial para o crescimento. Dentre os produtos cultivados na região destacam-se o tomate, repolho, morango e o abacate. Ainda durante a década de 1960 foi iniciada na região a avicultura, que num curto espaço de tempo atingiu um alto grau de desenvolvimento tecnológico. A partir de 1970 teve início a suinocultura e a olericultura (ramo da horticultura que abrange uma enorme gama de culturas folhosas, raízes, tubérculos, bulbos e diversos outros frutos como tomate e morango), tendo a olericultura assumido na década seguinte o segundo lugar em emprego de mão de obra e renda, com uma maior concentração nas comunidades vendanovenses de Caxixe e Alto Viçosa (IJSN, 1995:24).

para que o café de Venda Nova do Imigrante passasse a ser reconhecido como uma referência em cafés finos, tendo por principal destino o mercado europeu. Porém, ressalta que como o café é um produto que requer muita mão de obra e elevados custos, a família Falqueto optou por dar início (após a erradicação) ao cultivo comercial de abacate⁴⁵. A cultura do abacate se expandiu em consórcio com os pés de cafés restados após o período da erradicação, ou àqueles plantados após a crise da década de 70⁴⁶.

Nosso entrevistado ressaltou que a expansão no plantio de abacateiros no município, partir dos anos de 1980, esta relacionada principalmente a expansão dos mercados internos e externos e pela adoção dos produtores locais das tecnologias desenvolvidas pela ENCAPA⁴⁷ e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES, com destaque principalmente as variedades Primavera⁴⁸, Veneza e Fortuna, que obtiveram uma melhor adaptação na região. Falqueto destaca igualmente a excelente produtividade dessas espécies, que chegam a atingir um montante superior a 15 toneladas por hectare e, lembra que a adoção do uso da enxertia⁴⁹ favoreceu a renovação dos primeiros pomares, com considerável melhora na qualidade dos frutos e, um ganho substancial de tempo, já que as mudas oriundas do processo de enxertia apresentam produção mais precoce.

⁴⁵ Segundo Benjamim Falqueto a cultura do abacate já existia na maioria das pequenas propriedades das famílias descendentes de italianos na região de Venda Nova do Imigrante, mas que estes abacateiros geralmente eram encontrados apenas na forma de pomares em torno das casas, destinando-se ao consumo da própria família. Nosso entrevistado lembra que o senhor Piassarolo (um intermediário da qual nosso entrevistado não soube precisar maiores detalhes) levava produtos das propriedades da região para serem revendidos na Ceasa do Rio de Janeiro no início da década de 1980 e, que foi a partir da ideia inicial de enviar abacates e devido à boa aceitação naquele mercado que veio o estímulo para o aumento da produção.

⁴⁶ De acordo com o Senhor Benjamim Falqueto, as geadas nos estados do Paraná e de São Paulo na década de 1970 em muito contribuíram para a elevação do preço do produto e pelo incentivo de novos plantios cafeeiros.

⁴⁷ Não encontramos na literatura referências a ENCAPA e a variedade do abacate Veneza, descrita pelo nosso entrevistado, porém, para nos mantermos fiel a sua fala optamos por não suprimir esses nomes.

⁴⁸ Benjamim Falqueto informa que a variedade do abacate Primavera foi desenvolvida na sua propriedade, e que vem tecendo esforços para o seu registro junto aos órgãos competentes. Informa ainda que uma das principais características apresentadas pelo fruto dessa variedade é que ela apresenta uma polpa mais saborosa e com um número menor de fibras, sendo preferida nos mercados do Nordeste do país.

⁴⁹ A enxertia é um método utilizado para a produção de mudas de qualidade e constitui na união de duas porções de tecido vegetal de cultivares diferentes, de uma mesma espécie ou gênero, dando origem a uma nova planta. Essa união deve ser entre os tecidos cambiais das duas plantas (enxerto ou cavaleiro/garfo e porta-enxerto ou cavalo). O enxerto é sempre representado por uma parte da planta que se pretende propagar e é responsável pela formação da parte aérea da planta, enquanto o porta enxerto é o que recebe o enxerto, sendo responsável pelo sistema radicular, e geralmente é uma planta jovem, com ótimo crescimento, proveniente de sementes ou de estacas, vigoroso e resistente a pragas e doenças. BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira_2ed/propagacao.htm>. Acesso: 18-02-2014

Benjamim Falqueto nos informou que a família possui três propriedades rurais, que juntas somam 44,6 hectares, onde são cultivados, além do café, abacateiros das espécies Geada, Primavera (também denominada Quintal) e Fortuna⁵⁰, sendo que tal diversificação é capaz de proporcionar colheitas em quase todos os períodos do ano. O nosso entrevistado ressalta que mesmo empregando funcionários assalariados nessas propriedades, elas têm a sua reprodução socioeconômica baseada na agricultura familiar e que atualmente a administração das mesmas corre por conta do seu filho Alberto Falqueto, mantendo ainda tradições da unidade familiar.

O predomínio das pequenas propriedades e da mão de obra familiar na estrutura fundiária no município de Venda Nova do Imigrante, é verificado no censo fundiário de 2011 realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na localidade, que mostramos na tabela abaixo.

Tabela II. 1
ASPECTOS DA ESTRATIFICAÇÃO FUNDIÁRIA
Venda Nova do Imigrante - 2011

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Venda Nova do Imigrante	607	283	35	1	926

Fonte: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf>. Acesso: 18 de fevereiro de 2014.

⁵⁰ Existem mais de 500 espécies de abacates ao redor do mundo, no Brasil são oito as variedades mais comumente encontradas: Fucks, Geada, Margarida, Ouro Verde, Breda, Fortuna, Quintal e Hass sendo que a maioria de nossos abacates são plantas ou híbridos de origem Guatemalenses, dessas, podemos encontrar 9 formatos de fruto diferentes, 5 formatos de ápice do fruto, 2 posições do ápice no fruto, 4 diferentes tipos de inserção do pedicelo no fruto, 3 formatos de pedicelo, 4 posições do pedúnculo no fruto, 3 tipos de ocorrência de nervuras, 3 tipos de cavidade do caroço e 8 formatos diferentes de caroço. Quanto às espécies relatadas no texto, não encontramos na literatura referências sobre o abacate da espécie Veneza, mas para manter a veracidade do depoente optamos por não suprimir tal informação. No que se refere às demais variedades relatadas, o abacate Geada tem em média 400 a 700 gramas de peso, apresenta formato periforme, com casca lisa, de espessura fina e de cor verde, a poupa é densa amarelada e com poucas fibras, sua colheita ocorre entre os meses de novembro e abril. A variedade do abacate Fortuna pesa em torno de 600 gramas a um quilo, também apresenta formato periforme, mas a sua casca costuma apresentar-se verde escura e com espessura média, a polpa, adocicada e sem fibra, apresenta amarelada e, sua colheita ocorre entre os meses de fevereiro e junho. O abacate da espécie Primavera, também denominado por Quintal, pesa em torno de 500 a 800 gramas, é periforme, com casca lisa, verde e de espessura média, sua polpa é amarelada, sem fibras e, tem por colheita o período de fevereiro a junho. FILHO, Bertoldo Borges. CQH - Centro de Qualidade em Horticultura-CEAGESP. Disponível em <<http://www.hortibrasil.org.br/jnw/images/stories/servicodealimentacao/variedades/abacate.pdf>>. Acesso: 18-02-2014.

Segundo o INCRA, os aspectos fundiários de um município refletem a forma como as propriedades estão distribuídas entre as pessoas e os grupos. O instituto destaca que o número de módulos fiscais é o que define as propriedades, estando essas caracterizadas em minifúndio; pequena propriedade (1 a 4 módulos fiscais); média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e; grande propriedade (com área superior a 15 módulos fiscais)⁵¹. O instituto ressalta que cada município pode apresentar variações quanto à área de um módulo fiscal, sendo que geralmente é levado em conta o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida através dessa exploração dominante e o conceito de propriedade familiar, sendo uma prática comum entre os municípios se considerar como propriedade familiar aquelas com até 4 módulos fiscais. Neste caso, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER destaca que em Venda Nova do Imigrante os módulos fiscais equivalem a 18 hectares⁵² e, que a estrutura fundiária do município permanece retratada no predomínio das pequenas propriedades de mão de obra familiar, onde da totalidade dos 926 imóveis rurais locais levantados em 2011, apenas um foi classificado como grande propriedade.

3.3 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO E O AVANÇO DO AGROTURISMO

A partir de meados da década de 1970 os plantios de cafés foram retomados no Espírito Santo, favorecidos principalmente pelo aumento no preço do produto no mercado nacional e internacional, e também em função dos investimentos aplicados na economia local, que traçava uma nova fase no desenvolvimento estadual. A cafeicultura retoma um processo de expansão num contexto produtivo mais avançado, apoiado em novas técnicas de cultivo e beneficiamento, o que reforçou a nova relevância do café na economia do estado após a crise dos anos de 1960. Fato que muito contribuiu para o avanço da agricultura no conjunto das mudanças que marcavam a modernização econômica do estado. Está realidade em bases mais renovadas em função das mudanças estruturais, atingia um amplo universo produtivo no Espírito Santo, no qual se incluiu de forma decisiva o município de Venda Nova do Imigrante.

⁵¹ Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e, Instrução Normativa nº 11, de 4 de abril de 2003. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/legislacao-federal/leis/file/29-lei-n862925021993>>. Acesso: 18-2-2014.

⁵² Disponível: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf>. Acesso: 18-2-2014.

Tratando-se deste novo movimento socioeconômico que tomou vulto a partir dos anos de 1970, podemos destacar que a agricultura passou a apresentar um crescimento evolutivo a partir desta década, com destaque para o café que ganhou espaço com um contínuo padrão de crescimento mais atrelado a um maior controle de qualidade do produto. Entre 1975 e 1985 ocorreu um grande dinamismo agrário no Espírito Santo com expressivos índices de crescimento em vários setores, com destaque principalmente para as culturas de café, cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas nas atividades de horticultura, sinalizando as potencialidades de uma nova cadeia produtiva que despontava para o mercado consumidor em expansão (SOUZA; LIMA, 2003).

Apesar da retomada da agricultura cafeeira, a instabilidade dos preços no mercado internacional aliada as crises econômicas nacionais perseguiram este produto, que sempre precisava se renovar e retomar os índices de estabilidade mercantil. O início dos anos de 1980, por exemplo, marca um período de queda internacional nos preços do café, situação agravada em 1986, com os direcionamentos do primeiro Plano Cruzado que elevou a taxa de juros a patamares elevadíssimos forçando os produtores rurais a venderem o café a preços inferiores aos custos produtivos. Essa dependência do setor cafeeiro, que colocava os produtores em situação de fragilidade econômica, levou algumas famílias de agricultores no município de Venda Nova do Imigrante a mudarem o rumo no setor produtivo, buscando novas alternativas no meio rural local, que possibilitassem a sua permanência nas propriedades e que fossem capazes de proporcionar uma melhora na qualidade de vida do grupo familiar (PIN; CARNIELLI, 2007).

Nas alternativas de reorientação do processo de desenvolvimento no âmbito da agricultura familiar, que sempre caracterizou o município de Venda Nova do Imigrante, com destaque para os novos rumos tomados pelos agricultores locais, Schneider et al. (2006:138), expressam que “[...] a busca pela diversificação de trabalho e por novas alternativas de renda no meio rural capazes de tornar possível a manutenção das pequenas propriedades de mão de obra familiar é entendida por pluriatividade”⁵³. Este conceito se refere à emergência de atividades não agrícolas no campo, quando agricultores com tradição centrada unicamente em atividades

⁵³ No final dos anos de 1980, a ampliação do conceito visando a incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro levou a pesquisa do Arkleton Trust à adoção do termo pluriatividade, que inclui o emprego em outros estabelecimentos agrícolas, atividades “para-agrícolas” como alimentos e bebidas processadas, atividades não-agrícolas no estabelecimento, como turismo e alojamento, e atividades externas não-agrícolas (KAGEYAMA, 2006).

agrícolas básicas, recorrem a outros segmentos produtivos, garantindo a manutenção da propriedade traçando novas estratégias de reprodução no meio rural.

Ressalta-se, que a pluriatividade é também considerada uma ferramenta capaz de proporcionar a permanência da família agrícola no campo e, de garantir vínculos mais estreitos com o próprio patrimônio familiar, já que essas famílias são “[...] depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural [...]” (WANDERLEY, 2001:37). Sobre essa questão, é importante também pontuar a diversidade desta reorientação pautada neste conceito de pluriatividade, que tomou forma no meio rural brasileiro, principalmente em regiões com tradição em unidades produtivas familiares, como foi o caso do Espírito Santo. Nesta direção, Machado; Caume (2008: 01) explicam que

A reorientação pode vir por meio de um modelo sustentável, ecologicamente correto e socialmente igualitário, proporcionando a fixação e a manutenção de famílias no campo ligadas a atividades como a agricultura orgânica, agroecologia, turismo rural, ecoturismo, práticas de esporte ligadas à natureza, artesanato e pequenos beneficiamentos de alimentos.

Dentro dessa lógica é possível compreender que as famílias que optaram pela pluriatividade foram capazes de proporcionarem rendimentos maiores ao núcleo familiar, quer pela via do associativismo ou da agroindustrialização em pequena escala, onde os agricultores colocam em prática “[...] as estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais” (FERREIRA, 2002:39).

Contudo, a pluriatividade não deve ser confundida com a prática de se recorrer às atividades não agrícolas remuneradas para complementar o necessário à reprodução social da família, pois esse recurso não deriva do processo de intensificação da inserção da agricultura familiar no ciclo das trocas mercantis. A pluriatividade é uma das formas possíveis de se entender o rural na atualidade, este, compreendido por um número cada vez maior de agricultores dedicados às atividades não agrícolas (CARNEIRO, 2006). Nesta direção (KAGEYAMA, 2004:382) também ressalta que

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas [...]⁵⁴.

No Brasil a definição de urbano é utilizada para toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) e, que essas definições deveriam levar em conta o tamanho populacional do município com sua densidade demográfica e sua localização (KAGEYAMA, 2006; VEIGA, 2002). Por seu turno, para Abramovay (2001) esse conceito é de natureza territorial e não setorial, sendo a agricultura, a indústria e o comércio setores econômicos, enquanto o rural, entenda-se, ruralidade, é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas, completa afirmando que a característica básica do meio rural está na sua relação com a natureza, da importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano.

Da gama das atuais novidades do rural brasileiro, destacam-se as novas atividades de lazer oferecidas à população urbana, além da opção de utilização do meio rural como segunda residência (WANDERLEY, 2001). Nesta perspectiva, o turismo rural vem ganhando destaque cada vez maior, pois surge tanto pelo crescimento da população urbana que busca recreação e descanso, quanto pela necessidade de inovação econômica no meio rural (GUZZATTI, 2003). E foi essa mesma necessidade de alternativas socioeconômicas no meio rural, que levou a comunidade de Venda Nova do Imigrante a desenvolver em suas propriedades o agroturismo, fenômeno estreitamente relacionado com a necessidade de se evitar o êxodo rural e, com o rompimento das dependências e dificuldades impostas pela monocultura cafeeira.

A primeira referência sobre agroturismo foi elaborada no Brasil em 1981 por Lourdes Fellini Sartor, que apontava a atividade como uma alternativa à produção agropecuária, onde

⁵⁴ “Dasafortunadamente, aún hay mucha confusión en el uso de los términos “agrícola” y “rural”, los que con frecuencia se consideran sinónimos en la literatura latinoamericana. En realidad, el término “agrícola” se refiere a un sector de la actividad económica relacionado con el cultivo de plantas, la cria de animales, y actividades directamente relacionadas, como la preparación del suelo, la construcción de cercos, etc. Las actividades agrícolas se complementan con las actividades industriales y de prestación de servicios, tales como la fabricación de telas, máquinas y equipos, comercio y servicios en general [...] al mismo tiempo, lo que se denomina “rural” es en realidad una categoría espacial/geográfica que no define en absoluto actividades económicas, dado que en las zonas rurales las actividades pueden ser agrícolas o no agrícolas” (SILVA, 2004:124). Esses contextos são legitimados por Pérez (2001) que entende o meio rural como “un conjunto de regiones o zonas (territorio) cuya población desarrolla diversas actividades o se desempeña en distintos sectores, como la agricultura, la artesanía, las industrias pequeñas y medianas, el comercio, los servicios, la ganadería, la pesca, la minería, la extracción de recursos naturales y el turismo, entre otros. En dichas regiones o zonas hay asentamientos que se relacionan entre sí y con el exterior, y en los cuales interactúan una serie de instituciones, públicas y privadas”.

segundo ela o turismo no meio rural era compreendido pelas atividades turísticas ali desenvolvidas, implicando na produção de bens e serviços destinados a satisfação da clientela que era atraída pelo consumo desses bens no campo (GUZZATTI, 2003).

Candiotto (2010:5) ao abordar a questão do agroturismo afirma que “[...] seu aparecimento se deu na Europa, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial [...]” e, que seu crescimento esteve relacionado ao desenvolvimento econômico industrial e as conquistas trabalhistas como férias, décimo terceiro salário e a redução da jornada de trabalho, tendo passado desde então a apresentar-se como uma atividade promissora e incentivada em países como a França, a Itália e a Espanha⁵⁵.

[...] as visitas ao campo já eram comuns, sobretudo para rever parentes e amigos e para o descanso. Todavia, a novidade no interesse pelo rural encontra-se no deslocamento de pessoas na qualidade de turista para o espaço rural (PRESVELOU, 2000 apud CANDIOTTO 2010:6). Durante a década de 1980, há um incremento do turismo no espaço rural europeu, que passa a ser visto como alternativa de renda em função de problemas estruturais nas propriedades rurais, como os baixos preços dos produtos agrários e a redução do protecionismo (TULIK, 2003 apud CANDIOTTO 2010:6).

Diéguez-Castrillón et al (2009:33) destacam que as crises enfrentadas por muitas áreas rurais na Europa, “[...] fizeram com que a União Européia refletisse em busca de soluções para a reativação e expansão das zonas rurais”. Na década de 1990 a Europa começou a incentivar, através de políticas públicas da União Européia, o turismo no meio rural como aparato para que fossem reativadas áreas industriais com problemas, a dinamização das áreas rurais atrasadas e a diversificação econômica das regiões. Neste contexto são destacadas por Candiotto (2010:6-7), “[...] as iniciativas da LEADER I (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) desenvolvida entre 1991 e 1994, LEADER II (1995-1999) e LEADER + (2000-2006), lançadas pela Comissão Européia (sic) e coordenadas pela Direção Geral da Agricultura”. Essas iniciativas sublinhavam a necessidade de novas abordagens de desenvolvimento e de envolvimento das comunidades rurais na busca por soluções apropriadas.

⁵⁵ Mesmo antes da crise que abalou os espaços, já havia entre os países europeus, medidas de apoio ao desenvolvimento de áreas menos desenvolvidas. No Reino Unido, por exemplo, a política regional lançada em 1930, uniu o problema de atraso econômico de determinadas regiões com o problema de planificação física dos grandes aglomerados urbanos. O principal ponto dessa política foi à distribuição das indústrias para as áreas menos desenvolvidas, com a consequente distribuição da população ativa; porém também focou a diversificação das atividades, a diminuição das migrações para as cidades e o ordenamento das áreas urbanas (GELBCKE, 2006:23).

Procurando diversificar as economias rurais, a União Européia passa a direcionar recursos para atividades agrícolas e não agrícolas em seu espaço rural. Desta forma, aspectos com ênfase nas múltiplas funções do espaço rural (produção agropecuária e agroindustrial; segurança alimentar; conservação ambiental, paisagística e cultural; manutenção do tecido social rural); o enfoque multidisciplinar do território para além do setorial (agrícola/rural) que valoriza o uso integrado dos recursos e a diversificação das economias locais; e, a participação da população no planejamento e gestão de base local, são elementos que passam a fundamentar as políticas públicas de desenvolvimento rural na Europa, a partir da década de 1990 (CANDIOTTO, 2010:7).

No mesmo artigo, Candiotta (2010) elenca a complexidade sobre o conceito de rural e sua delimitação espacial denunciando ter sido comum a prática de se importar conceitos de outros países sem se atentar para as realidades brasileiras. Em geral a literatura europeia classifica qualquer modalidade de turismo no meio rural como turismo rural. Porém, se reporta a autores europeus que buscaram distinguir as atividades realizadas no meio rural, classificando e restringindo o turismo rural às atividades que trazem identificação com a vida rural, seu habitat e sua economia, pois esses estudiosos europeus atentam para a existência de atividades no meio rural apresentadas como produtos turísticos, mas que na verdade apenas fazem do meio físico rural a sua base fixa (CANDIOTTO, 2010).

Calatrava; Sayadi (2001) corroboram com as observações tecidas acima e, observam que em termo muito geral o agroturismo é um tipo de turismo rural em que o componente importante (se não o principal) da oferta turística é a acolhida, alojamento, gastronomia, ócio, participação em tarefas, etc., na exploração agrária. Logo, entendem o turismo rural como o conjunto de atividades recreativas realizadas na zona rural e baseadas em elementos da cultura rural. O agroturismo será, portanto uma forma de turismo rural, no que esses elementos estejam vinculados, em alguma medida, a exploração agrária. A atual preocupação com as questões ecológicas e ambientais que tem influenciado claramente o turismo rural e, apesar de minoritário em termos quantitativos, tem uma grande influência nas zonas em que se desenvolve, sendo um importante fator de desenvolvimento tanto econômico, como social e cultural (SERRANO, 2002).

No Brasil, a tendência geral é datar o início das atividades de turismo no meio rural a partir do ano de 1986, quando se iniciaram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, as primeiras iniciativas oficiais com o rótulo de “turismo rural”. Na ocasião, algumas fazendas começaram a acolher visitantes para passar “um dia no campo”, ou seja, para passar o dia participando das lidas do campo, com o tempo essas propriedades passaram a também

oferecer pernoite, o que veio a se constituir posteriormente nos hotéis-fazenda. Gelbcke (2006:62) destaca que através do apoio empreendido “[...] a partir de 1993 pela SERRATUR S/A, órgão oficial de turismo do município, a atividade se desenvolveu e se organizou na região [...]”, trazendo como consequência o aumento no número de turismo.

No âmbito institucional, o governo brasileiro deu início às preocupações com o turismo já na década de 1950, período este de profundas transformações em todo o território nacional. Neste período (1958) foi criada a COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo - que foi extinta em 1962. Em 1966 foi criada a EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. Porém, “[...] as incontáveis alterações no cenário social e político nacional levaram a descentralização das decisões outrora abarcadas pelo extinto regime militar” (BECKER, 1995 apud PORTUGUEZ, 1999:22). Neste novo cenário, “[...] os municípios passaram a figurar como nova unidade de gestão do desenvolvimento, recebendo nova carga de poderes para direcionar seus processos particularizados, de acordo com suas prioridades, possibilidades e anseios” (PORTUGUEZ, 1999:40).

Na esfera estadual, em 1967, o então governador do Espírito Santo Cristiano Dias Lopes (1967-1971) ainda abraçando o espírito de centralização de determinados setores produtivos empregados pelo Governo Federal criou a Empresa Capixaba de Turismo - ENCATUR, que teve por função criar estímulos para o turismo no estado. Foram elaborados estudos sobre o potencial turístico capixaba, onde se chegou à conclusão de que tais atrativos se encontravam principalmente na faixa litorânea radioativa entre Nova Almeida e Maratázes. Em 1971, ainda durante a gestão de Cristiano Dias Lopes, a ENCATUR elaborou

[...] o *Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa do Espírito Santo*, composto por cinco volumes, contendo farta descrição do potencial e características do litoral sul, que pode ser apontado como um dos mais importantes exemplos de preocupação do governo estadual com o setor, bem no modelo dos megaprojetos da época, que procuravam estimular o turismo por meio das megaestruturas e estratégias regionais com base em centros de polarização, no caso, Guarapari. Nesse sentido, o governador idealizou a chamada “Cidade do Sol” [...] (PORTUGUEZ, 1999:49).

Contudo, apesar das preocupações do governo com a potencialidade do turismo, os anseios do projeto jamais se concretizaram, pois se constituía um plano ambicioso, caro demais e que levantou nas gestões seguintes, suspeitas quanto a sua viabilidade e sucesso.

Destarte, mesmo tendo sofrido a falta de planejamento e de apoio institucional Hoffmann (2006) nota que nas décadas de 1950-1960 o turismo em Guarapari se qualificou, tendo a cidade, passado a receber fluxos majorados de turistas de alta qualidade e sido considerada uma das principais cidades turísticas do país. Porém, com as melhorias de acesso à cidade, ocorridas a partir da década de 1970, a valorização imobiliária foi intensificada trazendo um veloz e desordenado processo de urbanização, responsável pelo crescimento predatório da cidade⁵⁶. O autor também observa que as potencialidades turísticas locais trouxeram um forte fluxo migratório de pessoas fugidas da seca e da pobreza nos estados da Bahia e de Minas Gerais, que buscaram nas atividades do turismo e da construção civil a oportunidade de emprego, mesmo que temporário.

Todo esse movimento de mudança que ocorreu no espaço da cidade fez com que ela se tornasse menos atrativa do ponto de vista turístico. No curto prazo, a indústria da construção civil e os fluxos turísticos da época levaram prosperidade ao município. No entanto, no longo prazo, o processo de construção e urbanização feriu mortalmente sua principal atividade econômica, o turismo (HOFFMANN, 2006:71).

Num breve histórico das tentativas governamentais de alavancar o turismo no estado do Espírito Santo, Portuguez (1999) recorda que foram desenvolvidas algumas tentativas de promover o turismo em outras regiões, como o carnaval fora de época do litoral norte e a valorização do turismo religioso no litoral de Anchieta. Quanto à região central, ela sempre esteve incluída em “[...] todos os planos de promoção de qualquer área turística capixaba [...] até pelo fato de Vitória, sua principal unidade constituinte, ser a capital do estado [...]” Portuguez (1999:54). O autor científica o problema da sazonalidade na região litorânea do estado e, observa que o governo do estado vem tomando iniciativas junto aos órgãos municipais e a iniciativa privada que visam à criação de outras alternativas turísticas, tanto para moradores de outros estados brasileiros quanto à própria população capixaba, contudo lembra que esses roteiros não chegam a competir com o turismo litorâneo, mas antes, o complementam por meio de passeios programados a partir das áreas urbanas costeiras, onde se vinculam o slogan “Espírito Santo, mar e montanha”.

⁵⁶ A cidade de Guarapari também é conhecida por “Cidade Saúde”, dada principalmente a publicação de artigos científicos lançados pelo médico e cientista Dr. Silva Mello, que após ter visitado a cidade em 1936 comprovou os efeitos e as propriedades monazíticas das areias de suas praias. A partir de então, Guarapari que até a década de 1930 era praticamente uma vila de pessoas que viviam da pesca e de atividades de baixa remuneração como a extração das areias monazíticas, rompeu com seu atraso econômico-social, gerado principalmente pela sua falta de inserção no ciclo de desenvolvimento cafeeiro estadual (HOFFMANN, 2006).

Não existe intenção de incentivar a substituição da prática já estabelecida ao longo da costa. O programa de incentivo ao “turismo alternativo” nas duas outras regiões turísticas do estado - agroturismo na região serrana central e do turismo ambiental no entorno do Caparaó - emergem, pelo menos em tese, como segunda opção de entretenimento, bem como estratégia de interiorização de oportunidades de desenvolvimento mediante uma atividade de baixo custo operacional, que agregue renda para as coletividades residentes no setor serrano do estado (PORTUGUEZ, 1999:62-63).

O baixo custo operacional inicial necessário para a promoção do turismo na região serrana do estado, hoje conhecido por agroturismo, trouxe a possibilidade para que algumas famílias de Venda Nova do Imigrante pudessem romper com a dependência econômica da cafeicultura no final da década de 1980. Procuramos mostrar desde o início deste trabalho que a modernização agrícola iniciada no Brasil a partir das décadas de 1950 e 1960, substituiu o antigo modelo econômico de importações pela formação interna de um complexo industrial que alterou sobremaneira as bases técnicas e produtivas do campo. Salientamos que a modernização agrícola criou favorecimentos políticos destinados ao agronegócio e ampliou a concentração de terras, acentuando as desigualdades socioeconômicas e desfavorecendo as unidades rurais de pequeno porte de mão de obra familiar. Direcionamentos estes, que acentuaram o caráter excludente do processo da industrialização e da modernização agrícola, que reproduziu uma relação de passividade e de dependência do meio rural frente às atividades industriais desenvolvidas principalmente nos grandes centros urbanos⁵⁷. Diante desse quadro algumas famílias agrícolas de Venda Nova do Imigrante encontraram na multifuncionalização⁵⁸ das propriedades, ou seja, no desenvolvimento do agroturismo em conjunto com as atividades originais da propriedade, o caminho para uma melhor qualidade

^{57c} “A incorporação de progresso técnico alterou as relações de produção e a própria demanda de mão-de-obra. Seguindo a lógica tradicional da modernização, de um lado, expandiu o emprego do trabalho assalariado e do outro reduziu o trabalho familiar. A moderna base técnica diminuiu o tempo de trabalho e de produção no campo, acarretando no arrefecimento da capacidade de absorção de mão-de-obra (sic) pela agricultura. Esse movimento nada mais é que a expressão da intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas no campo. A modernização representa um processo de intensificação da subordinação da agricultura ao capital, o qual passa a exercer maior controle sobre o processo produtivo, modificando inclusive as relações de trabalho” (BERGAMIN, 2004:64).

⁵⁸ Lacerda (2005) observa que embora a agricultura familiar tenha sido atingida e condicionada pelas relações de mercado e, pela dinâmica de produção capitalista, ela tem mostrado extrema capacidade de adaptação e de estabelecimento de estratégias que garantam a sua reprodução social. Destaca a autora que a pluriatividade e a diversificação das atividades tem se mostrado motrizes ferramentas utilizadas pelas famílias que compõe o cenário agrícola da pequena propriedade. Sacco dos Anjos; Villeda Caldas (2009) ao abordarem sobre a multifuncionalidade frisam que a atividade da agricultura sozinha não é mais capaz de assegurar ingressos econômicos suficientes para a manutenção das explorações familiares pequenas e médias no campo, sendo crucial induzir à diversificação de suas fontes de ingresso, criando estímulos para que busquem incorporar valores aos seus produtos, com ênfase em novos nichos de mercado. O objetivo é converter o agricultor em um agente de grande porte, um empresário rural.

de vida, uma menor dependência da monocultura cafeeira e, “[...] a possibilidade de diversificação da prática agrícola tradicional, dando oportunidade de trabalho a membros de famílias numerosas, em especial às mulheres⁵⁹, que encontraram nessa alternativa não só o seu sustento, mas, também, a manutenção das famílias unidas que, por sua vez, vêm contribuir para a diminuição do êxodo rural” (PIN; CARNIELLI, 2007:11).

Pin; Carnielli (2007) traçam o princípio das atividades alternativas em Venda Nova do Imigrante com o início da criação de gado leiteiro da raça holandesa, pela família Carnielli, com vistas a uma maior produtividade de leite para fins da produção de produtos laticínios. A escolha pela troca do gado convencional pela nova raça vinda de fora, as mudanças no trato com os novos animais e a alta produtividade leiteira, atraiu a curiosidade dos vizinhos que acabavam por vir à propriedade da família para ver a novidade, prática que com o passar do tempo foi ganhando peso atraindo cada vez mais pessoas para a visitação na propriedade. Os autores destacam que as primeiras iniciativas de incluir planejamento e melhoramento de manejo agrícola numa propriedade rural fortemente marcada pelo patriarcalismo e pelo tradicionalismo cultural, partiram de Pedro, filho da família Carnielli e que na ocasião tinha acabado de se formar no curso de agronomia em Viçosa.

A análise da família apontava a necessidade de diversificar a atividade e abandonar a prática agrícola tradicional, que era basicamente de subsistência. A vontade era a de fortalecer a prática agropecuária, possibilitando oportunidade de trabalho para os membros da família e melhores condições de vida na terra conquistada pelos antepassados (PIN; CARNIELLI, 2007:15).

Em 1994 foi criado em Venda Nova do Imigrante o Centro de Desenvolvimento Regional do Agroturismo, órgão gerado por um grupo de dez produtores rurais do município e que tinha por finalidade organizar e gerenciar o agroturismo na região. As atividades desenvolvidas pelos membros da Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante - AGROTUR (o Centro de Desenvolvimento Regional do Agroturismo teve a sua nomenclatura alterada) são ligadas ao agroturismo através da produção e comercialização de produtos caseiros, entenda-se, produzidos nas propriedades das famílias envolvidas (NOGUEIRA, 2004). Dentre os principais produtos vendidos destacam-se massas, cafés, vinhos, licores, cachaças, doces, biscoitos, geleias, fubá e o socol – embutido elaborado a partir do lombo do porco, de tradição colonial tipicamente italiana. Existe ainda o turismo voltado a visitas es às propriedades

⁵⁹ Estabelecidos à distância dos centros urbanos, os imigrantes praticamente não demarcavam horário, idade ou diferença de gênero para trabalhar, todos os membros da família participavam da labuta diária, que se iniciava e concluía com a luz do dia (DADALTO, 2007:65).

rurais, geralmente com ofertas de alimentação, neste caso específico, o turismo tem por base oferecer ao turista a possibilidade de uma maior aproximação com uma paisagem campestre, distante da paisagem encontrada meio urbano, trazendo a associação da pureza e da simplicidade dos campos com uma melhor qualidade de vida, em relação às grandes cidades, pois “[...] a ida ao campo pode tomar, inclusive, a forma de um aprendizado, como, por exemplo, para ver o que é um terreiro de café, como se lava o café ou como é um processo de ordenha de uma vaca” (NOGUEIRA, 2004:46).

Em 1993 foi inaugurado no centro urbano de Venda Nova do Imigrante o Alpes Hotel, de propriedade do vendanovense Luiz Perim, que veio a realizar excelente trabalho na divulgação das propriedades que trabalhavam com o agroturismo na região, pois nas vendas de diárias para as hospedagens no hotel eram incluídas de visitas às propriedades envolvidas no agroturismo. Também foi neste período que alguns membros envolvidos com o agroturismo juntamente com o vice-governador e Secretário da Agricultura da época, Adelson Salvador, mais o jornalista Ronald Mansur (forte entusiasta e divulgador do agroturismo da região nos meios de comunicação) e outras personalidades visitaram em Padova, região do Vêneto no norte da Itália, a Azienda Agroturística Mondragon em busca de um maior aprofundamento sobre a prática do agroturismo, ficando claro através dessa experiência que ali já existia algo parecido com suas práticas locais no Brasil, conhecida por “agriturismo”. Correlato a essa experiência, tiveram conhecimento das práticas de turismo rural desenvolvidas em Lages, município no interior do estado de Santa Catarina e, que em muito se assemelhavam com àquelas aplicadas em Venda Nova do Imigrante (PIN; CARNIELLI, 2007).

Com o sucesso do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, aumentou a demanda por produtos locais dentro e fora da localidade, mas os êxitos que vinham obtendo foram obstaculizados por sete anos, pois os órgãos públicos, principalmente estaduais, não permitiam que os pequenos produtores locais emitissem notas fiscais de seus produtos, exigindo que continuassem a exercerem suas atividades como microempresas, pois na visão institucional esses empreendedores locais não poderiam emitir notas fiscais (apesar de possuírem talões de notas de produtores) uma vez que eram produtores, a noção partia do princípio de que suas atividades restringiam-se a tão somente produzir algo e não transformá-lo. A solução inicial adotada foi colocar os produtos a venda na lojinha da associação, que posteriormente foram alocados em outras localidades e cidades. Os trabalhos foram seguidos

por empreitadas junto à prefeitura e a câmara municipal para a criação da inspeção sanitária, que aprovado, possibilitou a legalização da venda dos produtos derivados do agroturismo. Dentro desse contexto, são realçados os discursos políticos que frisavam os aspectos positivos do agroturismo, mas que na prática eram impregnados de morosidade em se legalizar a situação enfrentada pela comunidade (PIN; CARNIELLI, 2007).

3.4 – A REPRESENTAÇÃO DO AGROTURISMO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

No conjunto do debate teórico de nosso trabalho e no contexto de nosso marco temporal, buscamos com nossa pesquisa abordar fatores determinantes que marcaram e promoveram as mudanças na estrutura socioeconômica do Espírito Santo e seus reflexos na antiga colônia de imigrantes italianos na região de Venda Nova do Imigrante. Neste último capítulo, temos como referência norteadora os resultados da pesquisa de campo, apoiada na técnica de História Oral, que nos permitiu conhecer a trajetória do agroturismo no município e suas características particulares construindo uma interface entre o debate teórico e a prática, através do contato direto com a fonte, abrindo horizontes em nosso centro de interesses, pelo viés da formulação de entrevistas mais direcionadas, contudo, abrindo espaço para a apreensão dos relatos periféricos complementares sem perder o nexo coerente de nosso foco de pesquisa.

Para tanto foi feito, inicialmente um levantamento das principais propriedades com base produtiva no agroturismo, seguido por uma visita prévia nessas propriedades estabelecendo um primeiro contato com os produtores, atendendo as exigências metodológicas de nossa pesquisa empírica. Nosso objetivo entre outras questões foi encontrar respostas sobre as origens dessa busca alternativa de renda e sua relação com as crises do café; quais atividades eram desenvolvidas pelas famílias e quais vêm sendo empregadas; como essas mesmas atividades são desenvolvidas e sob qual mão de obra; quais os benefícios proporcionados para uma melhora (ou não) na qualidade de vida e aumento da renda do grupo familiar; o nível de apoio financeiro ou de infraestrutura por parte das instituições públicas nas esferas estaduais e municipais e dos órgãos diretamente ligados a agricultura e ao turismo; e quais as perspectivas para o futuro. Seguindo esse objetivo, após levantamentos das propriedades envolvidas com o agroturismo, junto à Associação do Agroturismo de Venda Nova (AGROTUR), optamos por visitar dez propriedades diretamente ligadas às atividades com

agroturismo, por entendermos que esse número atendia as expectativas da pesquisa e as possibilidades de compreensão deste fenômeno em Venda Nova do Imigrante. Em sequência foram marcadas as entrevistas, sendo as mesmas posteriormente realizadas nas respectivas propriedades.

Na direção de nossa abordagem, se faz importante um conhecimento histórico da trajetória de Venda Nova do Imigrante, tratando-se da configuração do antigo distrito para a condição de município, bem como situar alguns dados econômicos e populacionais na composição final deste capítulo.

3.4.1- A EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Venda Nova do Imigrante foi reconhecido como município 1988, e também reconhecido em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) como Capital Nacional do Agroturismo, o que demonstra a rápida mudança socioeconômica que tomou forma no então município, a partir da última década do século XX.

O processo de emancipação foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento ocorrido após a construção em 1968 da BR 262 que corta a cidade e liga a capital Vitória (E.S) a Belo Horizonte (M.G). Essa rodovia durante muito tempo representou a principal avenida da cidade tendo favorecido seu crescimento, pois facilitou o escoamento produtivo, o acesso a outras cidades e o tráfego de turistas e viajantes. A partir da construção e movimentação da rodovia, a cidade permaneceu em crescimento contínuo, culminando em 1979 com a tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo com o processo inicial de emancipação. Na ocasião, cabia ao então distrito⁶⁰ pertencente ao município de Conceição do Castelo⁶¹ o preenchimento de alguns requisitos para que fosse desmembrado, como possuir em sua sede um núcleo urbano com um número mínimo de 200 casas, 10 mil habitantes - com um eleitorado não inferior a 10 por cento da população -, e uma arrecadação mínima de cinco milésimos de toda a receita do estado, mas os requisitos necessários para a emancipação não

⁶⁰ O IBGE define Distrito por unidades administrativas dos municípios, que tem sua criação norteadas pelas Leis Orgânicas dos Municípios. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual-nocoos/elementos_representacao.html>. Acesso: 12-03-2014.

⁶¹ Até o ano de 1963, Conceição do Castelo, juntamente com Venda Nova, pertencia ao município de Castelo, que por seu turno havia pertencido a Cachoeiro do Itapemirim até o ano de 1928. Após a emancipação política de Conceição do Castelo em 1963, foi incluído em sua área o recém-criado Distrito de Venda Nova.

foram preenchidos e o processo foi arquivado. Em 1980 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, apurou pouco mais de 8 (oito) mil moradores na região, o que impossibilitou a continuidade do processo de emancipação.

Em 15 de março de 1987 foi realizada no salão paroquial da matriz da Paróquia de São Pedro Apostolo de Venda Nova a primeira reunião do novo processo de emancipação do distrito (resumo da ata na seção Anexos deste trabalho), tendo sido convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova e presidida pelo Sr Pedro Altoé. O objetivo da reunião era fundar a Comissão Pró-Emancipação do distrito, que se encarregaria de buscar informações sobre os quesitos necessários exigidos por lei para que fosse lograda a emancipação. Ao término da reunião, ficou decidida e aprovada uma comissão com 21 membros que a partir daquela data ficaria responsável pelos ditames necessários ao processo emancipatório. A comissão foi composta por cinco vereadores, um representante de cada partido político registrado no município, um representante de cada comunidade e outros líderes locais⁶².

O processo de emancipação política foi marcado pela forte preocupação em não se criar atrito com a sede municipal, pois a Comissão Pró-emancipação acreditava existir (de acordo com o resumo da Ata da terceira reunião, copia em anexos) uma intensa pressão exercida por Conceição do Castelo sobre os deputados estaduais na questão relacionada aos limites territoriais entre as duas localidades, tendo no decorrer do processo, o mesmo município criado uma comissão contra a emancipação de Venda Nova. Ainda na primeira metade do ano de 1987, a comunidade vendanovense foi informada pela Assembleia Legislativa do Estado, na voz do então deputado estadual Paulo Hartung que o futuro município já possuía, segundo informações fornecidas pela Secretária da Fazenda Estadual, arrecadação suficiente para tocar o processo de emancipação.

Em setembro de 1987 a Comissão Pró-emancipação do futuro município recebeu um telex do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Rio de Janeiro informando sobre a

⁶² No dia 20 de março de 1987 foi realizada uma segunda reunião para determinar os rumos a serem seguidos durante o processo de emancipação. Na ocasião ficou determinada a tarefa de desarquivar o processo na Assembleia Legislativa, que fosse averiguado se o futuro município preenchia os requisitos da lei e, que fosse procurado na Secretaria da Fazenda dados referentes à arrecadação, no IBGE dados sobre o censo populacional, e no Tribunal Regional Eleitoral, o levantamento do número exato de eleitores do Distrito de Venda Nova. **Fonte:** resumo da Ata da reunião realizada na sala de reuniões da área de laser da Paróquia de São Pedro de Venda Nova, em 20 de março de 1987 às 20h. Documento arquivado (caixa nº. 23) no Arquivo da Igreja de São Pedro no município de Venda Nova do Imigrante.

decisão da aferição, por parte desse órgão do número de habitantes e de casas no distrito, sendo que no entender da comissão, a localidade não tinha uma população inferior a 12.500 habitantes (A Gazeta, 1987:12)⁶³. Em nossa pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal do atual município, foram encontrados onze telegramas trocados entre a comissão responsável pelo processo de emancipação política do atual município e autoridades dos poderes executivo e legislativo estadual (Governador Max de Freitas Mauro, senadores Gerson Camata e José Inácio Ferreira, deputados Salvador Bonomo e Paulo Hartung). Os telegramas estão relacionados justamente ao período em que o então presidente nacional do IBGE comunica a comunidade vendanovense o início da contagem residencial e populacional do pretense município. Em um desses documentos também é possível observar a certeza de alguns membros da comunidade quanto ao número total de moradores na localidade. Como a lei exigia um mínimo de 10 mil habitantes para a possibilidade de emancipação, o distrito já tinha o conhecimento de que em seus quadros existiam uma média de 11.500 moradores, pois tais dados foram levantados em pesquisas realizadas pelos alunos do Colégio Fioravante Caliman, localizado na atual sede de Venda Nova do Imigrante⁶⁴.

Durante 10 dias do mês de setembro de 1987, uma equipe do IBGE efetuou o recenseamento dos moradores do Distrito de Venda Nova, com resultado favorável a emancipação. No dia 20 de março de 1988, foi realizado o plebiscito onde a população de Venda Nova decidiu pela emancipação político-administrativa, com seu desmembramento definitivo do município de Conceição do Castelo⁶⁵. Lembramos aqui, o acréscimo da expressão do Imigrante, pelo fato de já existir em Minas Gerais, outro município com o nome Venda Nova. Cabe ressaltar a origem do nome do município, que ressalva um aspecto do cotidiano local. O nome Venda Nova, já era conhecido quando os imigrantes italianos, desde o final do século XIX começaram a se direcionar para a região. O antigo nome, São Pedro de Venda Nova aliava a identificação da Matriz da Paróquia, denominada São Pedro Apostolo e ao fato de existir no local um casarão antigo que era uma casa de comércio e armazém para mineradores. Esse casarão era conhecido como Venda Nova, uma vez que existia também, outra venda mais

⁶³ Maiores informações: A Gazeta. Vitória. 23 de setembro de 1987, coluna Praça Oito, p.12.

⁶⁴ Sr. Edson de Oliveira Nunes, presidente do IBGE no período entre 6 de janeiro de 1987 e 13 de abril de 1988. **CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Telegrama do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova para o senhor Eliezer Batista.** Espírito Santo, 1987. Arquivo da Câmara Municipal. (Documento disponível na Sessão Anexos deste trabalho)

⁶⁵ Em 6 de maio de 1988 foi criado, pela Lei nº4.069/88, o município de Venda Nova do Imigrante. Documento de Emancipação arquivado no Arquivo da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante.

antiga nas redondezas da mesma região. Então de acordo com informações em pesquisas sobre a história da cidade, registra-se que o fato que caracteriza o nome do município, expresso no sentido de que

[...] quando as pessoas queriam ir à região onde ficava a venda mais antiga, elas diziam que iam para a venda velha e quando iam para as redondezas da venda mais nova, falavam que estavam indo para venda nova, e assim surgiu o nome do lugar (www.citybrazil.com.br/es/vendanovaimigrante).

Esse fato marca a trajetória do município como referência registrada no imaginário coletivo resguardado ao longo do tempo como um marco histórico local. A emancipação preserva o nome Venda Nova do imigrante e a primeira eleição municipal constitui a representação do poder executivo e legislativo local dando forma a organização política⁶⁶. Acrescentamos que a construção da emancipação política, fruto dos anseios da população em proporcionar ao município status político administrativo e uma maior autonomia na promoção do desenvolvimento local, esteve diretamente ligada à grande intercomunicação regional e nacional, promovida pelo movimento da Rodovia Presidente Costa e Silva, denominada e conhecida pela grande maioria por BR-262⁶⁷, que ao cortar o antigo distrito por uma extensão de 10 km, contribuiu enormemente para a sua urbanização e o seu crescimento. De acordo com o INCAPER (2011:5)

[...] até a construção da BR 262 o comércio da região era muito dependente da via de ligação existente entre Castelo - ES e Cachoeiro de Itapemirim - ES. O longo e lento processo político que resultou na emancipação do atual município de Venda Nova do Imigrante em 1988, representou o empenho conjunto da comunidade que trabalhou na direção de dinamizar esforços no sentido coletivo.

⁶⁶ Passados cinco meses da emancipação, foi realizado - em outubro de 1988 - a primeira eleição municipal, ocasião em que foram escolhidos os representantes do poderes executivo e legislativo local. No dia 1º de janeiro de 1989, foi realizada no Colégio Salesiano de Venda Nova do Imigrante, sob a presidência do juiz eleitoral, Sr. Erly dos Santos, a sessão solene de posse dos vereadores eleitos. Na ocasião, foi convidado o vereador eleito Dejair Vazoller para secretariar a sessão, seguida da formulação do compromisso por todos os eleitos. Data do mesmo dia a eleição da Mesa Diretora da Câmara, sendo designado seu presidente o vereador Vitor Malini Targa; vice-presidente, o vereador Vicente Caliman; 1º secretário, o Nelson Minetti, seguido do vereador Osmar Antônio Premolli, como 2º secretário. Na mesma sessão, foi empossado o prefeito eleito Nicolau Falcheto e seu vice Braz Del Pupo (Ata disponível na Seção Anexos).

⁶⁷ A abertura da BR-262 que liga Vitória a Belo Horizonte, teve início em 1951, concluída em 1968, no auge da Ditadura Militar, sendo inaugurada com o nome do então Presidente da República Brasileira, o Marechal Artur da Costa e Silva (mandato político entre março de 1967 a agosto de 1969). (www.citybrazil.com.br/es/vendanovaimigrante). A área de influência da BR 262 estende-se de um lado, para o norte do Estado do Rio de Janeiro e para o Estado da Guanabara e, de outro lado, para o Estado de Minas Gerais, atingindo parte das zonas fisiográficas da Mata e Metalúrgica. No Estado do Espírito Santo, a área de influência da rodovia estende-se a parte das zonas fisiográficas, Serrana do Centro, Serrana do Sul e de Vitória. INED, 1966: 160.

Em 1966, o governo estadual buscou através de um diagnóstico da situação local, traçar os planejamentos, as metas e as diretrizes para que fossem criadas as bases para o desenvolvimento do estado, neste diagnóstico podemos observar alguns dados populacionais e agrícolas relativos à extensão da rodovia, que embora ainda não concluída, à época do documento, trazia uma ampla expectativa de desenvolvimento regional, já que ao cortar o estado em sentido transversal, a rodovia seria parte de um amplo eixo de integração leste-oeste (INED, 1966)⁶⁸.

Quanto à população da área de alimentação da rodovia, o diagnóstico realizado pelo INED (1966) mostra que essa área atingiu uma taxa média de 3,6% ao ano de crescimento. Com efeito, foi observada a existência de uma sensível tendência para a urbanização, sendo tal fenômeno melhor verificado nas áreas com mais de 4.000 habitantes. Na década de 1950, as cidades com mais de 4.000 moradores detinham 62.668 habitantes, num número total de 205.896 habitantes em toda a área de alimentação da BR 262, o que representa uma cifra de 30,4% de urbanização nessas áreas. Já na década seguinte, 1960, esse número eleva-se a somatória de 182.359 indivíduos, frente aos 350.638 do total da área, passando a representar a média de 52% de representatividade.

A região do município de Castelo em conjunto com os seus distritos; Conceição do Castelo e Venda Nova, em 1950, tinha uma população de 27.838 moradores, estes, todos em zonas rurais. Porém, em 2010, de acordo com dados levantados pelo IBGE, às três localidades, já separadas geográfica e politicamente, apresentaram uma população total de 66.875 habitantes. Também é possível observar, de acordo com o censo, o surgimento de uma população urbana nas três localidades, sendo que em conjunto apresentaram 42.524 (63,58%) moradores no meio urbano e 24.351 no meio rural (INED, 1966); (IBGE, 2010).

A rodovia superou os entraves que existiam na região para a comercialização e exportação da produção de café, que se era efetuada no Porto de Vitória, e exigia um longo percurso terrestre, até as costeiras marítimas do litoral sul do estado, uma vez que Venda Nova do

⁶⁸ INED. **Diagnóstico para planejamento econômico do estado do Espírito Santo**. Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico. Vitória (Espírito Santo): Governo Christiano Dias Lopes Filho, 1966.

Imigrante ficava fora dos trechos e das estações ferroviárias que ligava a região central do estado a Vitória (ZANDONADI, 1992)⁶⁹.

A conclusão das obras ainda durou alguns anos, mas trouxe a possibilidade para os cafeicultores locais encurtarem enormemente o percurso e o tempo gasto com o transporte do café até Vitória, fato de fundamental importância para o segmento das articulações econômicas locais. Importante destacar, que no imaginário coletivo local, a conclusão da rodovia, representa a chegada do progresso, uma vez que viabilizou uma nova fase do desenvolvimento, pautado em uma maior conexão externa do município com canais comerciais, sociais e políticos, que passaram a ficar mais próximos promovendo uma nova interface regional e inter-regional, a partir da ruptura do isolamento no qual a região se manteve durante muitas décadas, bem como a montagem de uma infraestrutura urbana que até então não existia (ZANDONADI, 1983). Por outro lado, essa noção também vem acompanhada do reconhecimento dos problemas que passaram a enfrentar, em função deste progresso relacionado à rodovia, dentre outros; “[...] problemas como as enchentes provocadas pelo assoreamento do córrego Viçosa e a esquistossomose, o vírus da doença se alastrou de tal maneira em todos os córregos e riachos, nos quais encontrou em abundância o habitat natural [...]” que trazidos pelos trabalhadores da nova rodovia, causou enorme sofrimento a população local (ZANDONADI, 1983:173). A superação dos problemas iniciais se deu pelo viés de muito investimento em infraestrutura sócio-urbana, principalmente na área da saúde pública, bem como alavancando novos projetos promotores do desenvolvimento local.

3. 4. 2 - UMA BREVE AMOSTRAGEM DAS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO

Venda Nova do Imigrante é um município com predominância geográfica montanhosa, situada a 733 metros de altitude e distante 104 km da capital do estado, localizado na Região

⁶⁹ Os produtores locais antes da construção da BR 262 tinham que levar a produção por estradas sem pavimentações, seguindo os trechos de Venda Nova do Imigrante, Castelo e Cachoeiro do Itapemirim, de onde seguia pela costeira marítima de Piuma, Anchieta e Guarapari, até os armazéns do Instituto Brasileiro do Café - IBC em Vitória, sendo que Venda Nova do Imigrante ficava fora das estações ferroviárias, principalmente a A.E.F Leopoldina que ligava o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e, seu traçado no território capixaba se deu em função do transporte do café em direção ao porto de Vitória. Registramos também que a referida ferrovia se incluía no plano do Governo Federal de erradicação da rede ferroviária antieconômica, iniciada nos anos de 1960, consolidando no Brasil o transporte rodoviário (ZANDONADI, 1992).

Centro Sul (serrana) do Espírito Santo⁷⁰. Os dados disponíveis na prefeitura do município informam que a economia local é assentada predominantemente na agricultura, sendo o café o principal produto, com destaque para a produção de hortifrutigranjeiros e da pecuária. Aliado a este setor produtivo se desenvolvem atividades não agrícolas no espaço rural com destaque para o agroturismo e a agroindústria, esta, derivada da produção primária, com grande expressão para os produtos caseiros que atendem o mercado local e dinamizam o movimento do agroturismo e, que fazem parte do conjunto dos principais segmentos produtivos responsáveis pela geração de emprego e renda (INCAPER, 2011).

Esses setores englobam uma dinâmica correlacionando uma interface cidade-campo, atuando inclusive como vetores do desenvolvimento local. A expansão desse setor apoiado na agroindústria local saiu dos limites municipais, alcançando novos mercados no estado capixaba e até mesmo fora do Espírito Santo. Marques; Marques (2013) situam bem que essa expansão que se deu, principalmente pelo viés da qualidade e, que desde o início da década de 1990, a preocupação com a qualidade dos produtos já se fazia presente, o que promoveu, inclusive a criação do selo de qualidade. Assim dizem os autores

Através do Decreto Municipal de número 412/94 de 08/09/1994 foi criado o selo de Inspeção Municipal (SIM) para atestar a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal com aprovação da Secretaria de Saúde Municipal de Venda Nova [...] esse selo virou marca registrada e atesta a qualidade dos produtos do circuito do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante (MARQUES; MARQUES 2013:8).

As atividades da agroindústria e do agroturismo se desenvolvem em princípios de negócio, aliando, inclusive a ideia de especialização do trabalho comunitário apoiados pela AGROTUR – Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante, [...] que foi criada para profissionalizar o trabalho comunitário e voluntariado (MARQUES; MARQUES, 2013:8). Mesmo com a expansão dos empreendimentos neste setor, observamos que em vários documentos disponibilizados pelos institutos de pesquisas e por alguns órgãos públicos locais, é realçado o café como principal atividade econômica do município. Mas essa realidade deve ser absorvida com certo cuidado, pois de acordo com os dados e gráficos

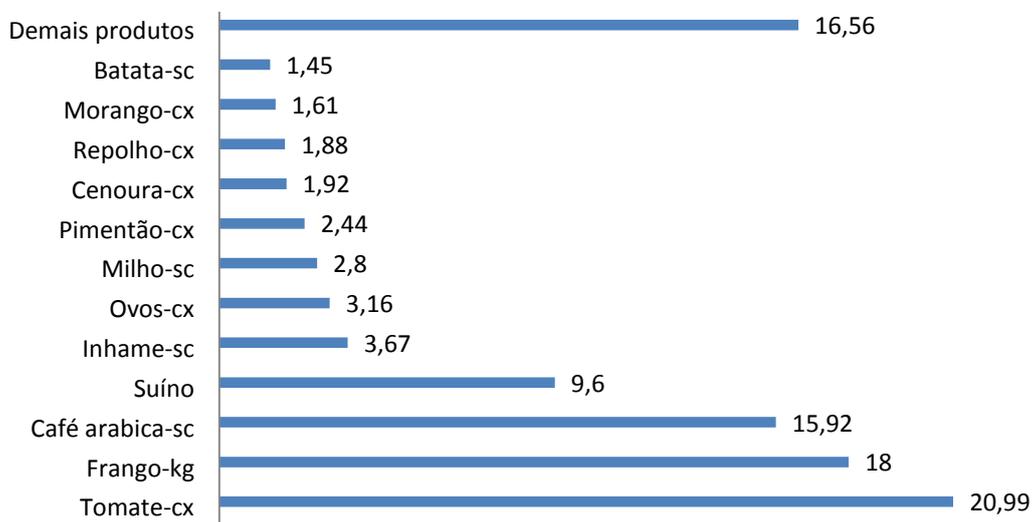
⁷⁰ O município ocupa uma área territorial de 188,9 km². Seus principais vizinhos limítrofes são Domingos Martins e Afonso Cláudio ao norte e Castelo na parte sul. Venda Nova do Imigrante atualmente é composta pela Sede do município e pelos distritos: São João de Viçosa e Caxixe. Diversas comunidades também compõem o município, são elas: Tapera, Alto Tapera, Lavrinhas, Bananeiras, Alto Bananeiras, Camargo, Viçosinha, Cachoeira Alegre, Alto Viçosinha, Alto Colina, Providência, Alto Providência, Sapucaia, São José do Alto Viçosa, Bela Aurora, Vargem Grande, Pindobas, Santo Antônio do Oriente e São Roque (INCAPER, 2011).

apresentados pelo Secretário Municipal de Agricultura, e, em entrevista com o senhor Domingos Sávio Fileti,⁷¹ o mesmo nos informou que

[...] em termos de área cultivada há realmente o predomínio no plantio cafeeiro, já que está presente em 60% das propriedades, porém o café vem ocupando em termos de geração de receitas agrícolas municipais, as seguintes colocações: 3^a em 2010; 2^a em 2011 e 2012 e o 4^o lugar nos quatros primeiros meses de 2013, época final dos dados obtidos.

Tais assertivas podem ser observadas nos gráficos I a IV elaborados abaixo:

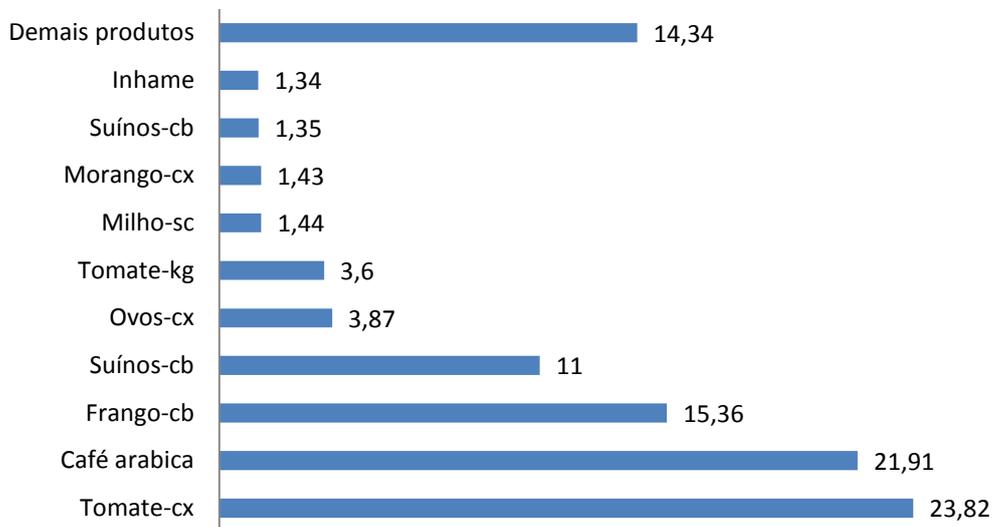
Gráfico II.1
Produção rural 2010 - em %



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Secretária Municipal de Agricultura. Produção rural do município por porcentagem de produto. 2010. Gráfico elaborado pelo autor.

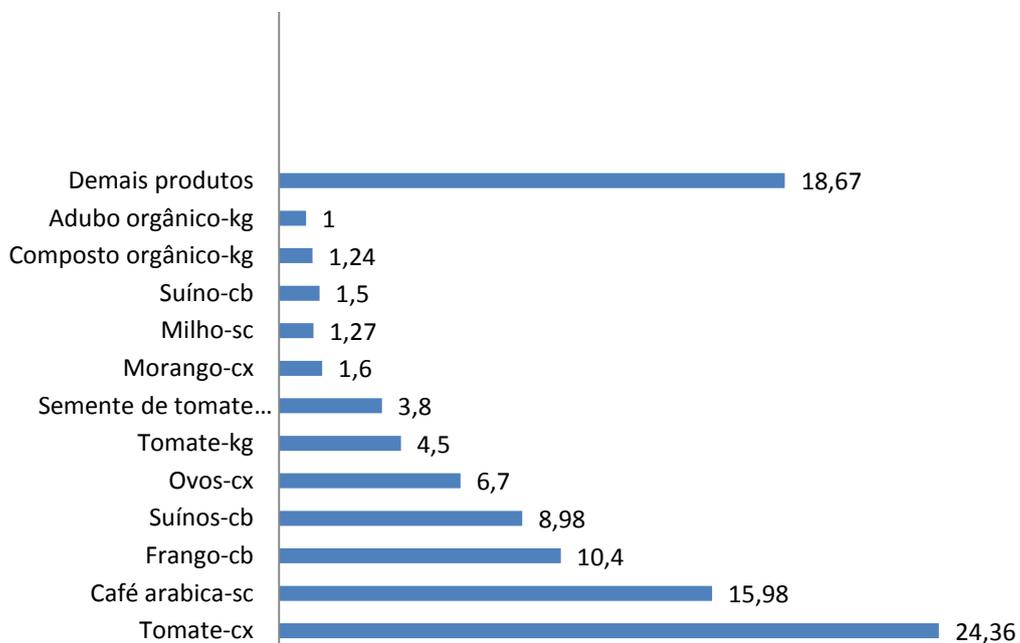
⁷¹ Entrevista de História Oral com o Sr. Domingos Sávio Fileti, Secretário Municipal da Agricultura realizada na sede da Secretária Municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante, em 20 de março de 2014. Realizada pelo autor.

Gráfico II.2
Produção rural 2011 - em %



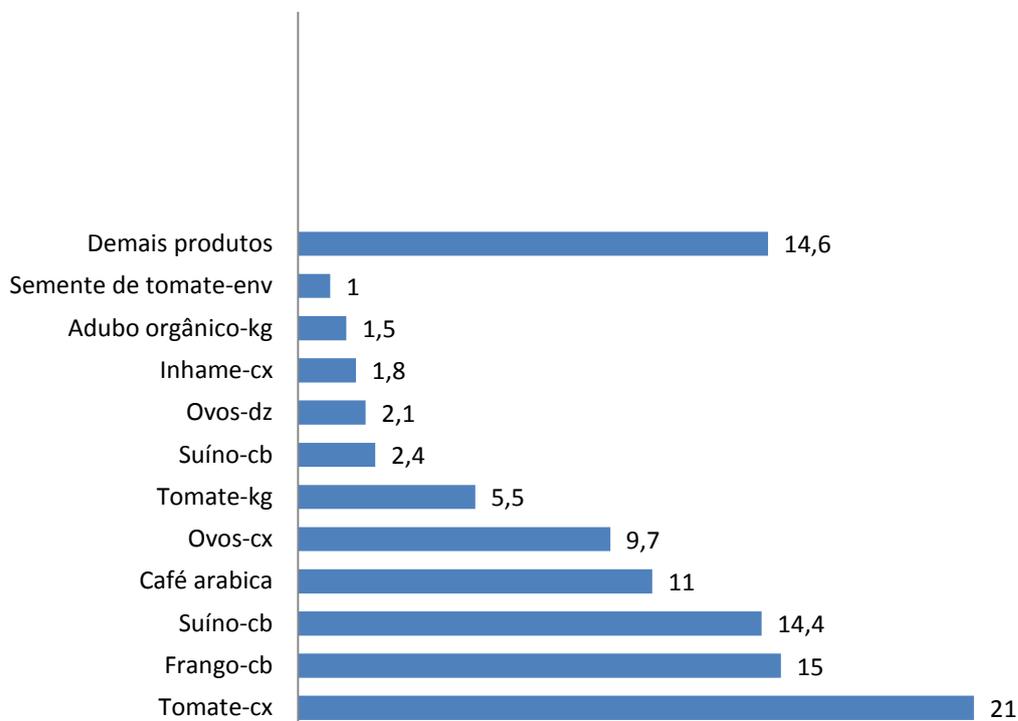
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Secretária Municipal de Agricultura. Produção rural do município por porcentagem de produto. 2011. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico II.3
Produção rural 2012 - em %



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Secretária Municipal de Agricultura. Produção rural do município por porcentagem de produto. 2012. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico II.4
Produção rural 2013
01-01-2013 até 13-05-2013 - em %



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Secretária Municipal de Agricultura. Produção rural do município por porcentagem de produtos. 2013. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados apresentados nos gráficos nos permitem verificar a existência de vários outros produtos agropecuários desenvolvidos no município, o que comprova a perda de hegemonia do café na estrutura econômica local e, é dentro dessa ótica, do surgimento de outras atividades que não a cafeeira, que podemos alocar o fenômeno do agroturismo realizado em várias propriedades do município. Fenômeno que segundo Nogueira (2004:75) “está entrelaçado com todo um simbolismo da cultura e da tradição italiana, onde a etnicidade italiana adquiriu valor simbólico muito associado ao modo de vida dos seus antepassados na Itália”. A autora ainda lembra a significativa relação entre a identidade étnica italiana dos habitantes de Venda Nova do Imigrante com as atividades do agroturismo, esse último, elemento fortalecedor e perpetuador dessa mesma identidade e, que pode ser encontrado principalmente nos produtos e costumes presentes nas propriedades rurais do município. Inclusive cabe lembrar, de que até o final da década 1940, a totalidade dos habitantes locais era de descendentes de italianos, e que os mesmo só falavam a língua vêneta, ou simplesmente *vêneto*, língua italiana da região de mesmo nome no Nordeste da Itália, sendo

que os familiares mais velhos passavam esse conhecimento para os seus descendentes, se expressando nesta língua que prevaleceu ao português. As mudanças foram despontando, e o português ganha maior expressão a partir dos anos de 1950. Mesmo, ainda neste percurso inicial do século XXI, encontramos famílias com total conhecimento do antigo dialeto e, que mantém o hábito de se comunicar em italiano.

As rupturas sofridas pelos primeiros imigrantes italianos em solo brasileiro foram muito violentas, face ao enfrentamento da nova realidade nas regiões onde ficaram estabelecidos. Certamente esses imigrantes ao cruzarem o Atlântico trouxeram na bagagem além da esperança de uma vida melhor, a sensação de tristeza e o ressentimento com a terra natal, que já não mais oferecia condições favoráveis de sobrevivência. Ainda que esta mudança tenha vindo acompanhada do grande trauma que separa o mundo conhecido do desconhecido, isso não significou para a maioria das comunidades que se formaram a perda das referências socioculturais e simbólicas do seu local de origem, onde a reprodução de determinados comportamentos socioculturais constituíram mecanismos de defesa a sua própria sobrevivência (SCARPIM, 2010). O autor ainda destaca o seguinte

Organizados em lotes rurais, esses indivíduos passaram a se socializar com seus próprios compatriotas, e assim a partilhar também das dificuldades. É claro que, muitos deles, provavelmente, não se conheciam na Itália antes de emigrar, passaram a se socializar durante a travessia, nos barracões provisórios e na própria colônia. Além do mais, o fato de a grande maioria ter migrado em famílias favoreceu tanto o processo de enraizamento na sociedade de adoção como ofereceu maiores condições de preservar sua cultura, seu *ethos* camponês, enfim seu *habitus* (SCARPIM, 2010: 53).

Esse espírito de coletividade, somado ao simbolismo e ao enaltecimento dos tempos idos, foi muito bem aproveitado pelas famílias envolvidas no agroturismo através dos produtos que simbolizam a tradição de seus antecessores. Porém muita coisa desenvolvida e disponibilizada no agroturismo local foi adquirida com o passar do tempo, seja no longo convívio com os brasileiros ou mesmo em cursos, mas o que realmente importa não é necessariamente a origem de determinado produto ou costume, “[...] mas o fato de serem simbolizados como próprios da cultura italiana. Os sítios visitados são de descendentes de italianos. As pessoas não vêm visitar somente o homem e a mulher do campo, mas conhecer como vivem e trabalham os agricultores italianos” (NOGUEIRA, 2004:77).

Essas prerrogativas foram constatadas quando visitamos as propriedades escolhidas, para nossa pesquisa empírica, onde tivemos a oportunidade de conhecer um pouco a estrutura

produtiva, as paisagens e a organização do espaço rural que compõe as unidades de agroturismo, bem como, conhecer também os produtos disponibilizados ao turista em meio a uma grande cordialidade das famílias que nos receberam. O modelo de agroturismo desenvolvido em Venda Nova do Imigrante nasceu espontaneamente, com as famílias vendendo o que era produzido em suas propriedades rurais, tendo sido de grande importância no início das atividades a prática de uma família indicar a outra, pois logo se percebeu que quanto mais propriedades tivessem envolvidas maiores seriam as ofertas de atrativos para o turista (PIN; CARNIELLI, 2007). Na estruturação e implementação do aporte promocional necessário para a profissionalização da atividade do agroturismo no município, os autores destacam as parcerias com instituições públicas e privadas, como o

[...] Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura, e Pesca (SEAG), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (INCAPER), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), a Associação do Turismo Rural de Venda Nova do Imigrante (AGROTUR) e as inúmeras pessoas físicas, como Luiz Perim, Ronald Mansur por meio da TV Gazeta (Jornal do Campo), e [...] tantos outros que criaram as primícias para o desenvolvimento desse segmento turístico (PIN; CARNIELLI, 2007:45).

No começo das atividades foram envolvidos onze municípios da região centro-serrana do Espírito Santo, dessas, a grande maioria localizada ou cortada pela BR 262, dentre eles, Castelo, Vargem Alta, Domingos Martins, Viana, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo e Venda Nova do Imigrante, posteriormente, Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá. As propostas iniciais de trabalho elaboradas pelo SEBRAE e demais órgãos envolvidos foram destacadas por Pin; Carnielli (2007:45) da seguinte forma

O Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos com o treinamento de mão de obra no meio rural, treinamento gerencial para os produtores, conscientização agroturística nas escolas, cursos para os guias de turismo rural e qualidade no atendimento;

O Programa de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Turística, com apoio na implantação de postos avançados do agroturismo, alojamentos rurais, postos de vendas nas propriedades, sinalização agroturística, restaurantes rurais e;

O Programa de Promoção do Turismo, com a produção de livro de receitas da culinária rural, elaboração de fita de vídeo, confecção de folhetos promocionais, delineamento de mapa temático, participação em eventos de interesse para o turismo rural, edição da cartilha do agroturismo, estudos e pesquisas, inventário da oferta turística, perfil do turista que frequenta o agroturismo, e tantas outras ações relacionadas ao plano diretor, consultorias, seminários, caravanas, visitas técnicas, pesquisas de efetividade, cursos da vida diária do agricultor nas áreas de gestão, tecnologia e processamento de alimentos, educação, conscientização e Meio Ambiente [...].

Contudo, o Programa do Agroturismo criado pelo o governo do estado em parceria com os demais órgãos, que tinha por objetivo estimular o desenvolvimento das regiões envolvidas, teve seu campo de atuação reduzido à localidade de Venda Nova do Imigrante, o que acabou por levar os demais municípios envolvidos a realizarem suas atividades através de associações locais e de forma particularizada, inviabilizando assim um projeto maior de inserção e criação de um pólo de agroturismo num aspecto macro (PORTUGUEZ, 1999).

No ano de 1996 foi criada pela prefeitura de Venda Nova do Imigrante a Secretária de Turismo, dando início a diversas iniciativas que visavam incentivar a atividade do agroturismo na região. Neste período os agricultores enfrentavam sérias dificuldades junto aos órgãos estaduais e federais para poderem comercializar seus produtos, pois não havia uma legislação específica para o turismo rural, um desses conflitos estava na exigência de adequação aos padrões de higiene por um lado e, do outro a necessidade dos agricultores em manterem a rusticidade do ambiente para atrair o turista que na maioria das vezes queria visitar as áreas onde os produtos eram fabricados, prática proibida pela Vigilância Sanitária.

Dentre as dificuldades e limitações impostas aos agricultores, também existia a proibição de se maturar o queijo em prateleiras de madeira e, a utilização de porcos criados no próprio sítio para a produção do socol⁷², esses fatores, segundo alguns produtores descaracterizava bastante seus produtos. Diante da necessidade de atender a legislação vigente, que era voltada para as grandes estruturas, a comunidade local articulou em conjunto com a AGROTUR uma municipalização da legislação, tendo conseguido junto à prefeitura municipal, em setembro de 1994, a criação do Selo de Inspeção Municipal - SIM, que qualificado para atestar a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal produzidos nas propriedades vendanovenses, passou a regulamentar o complexo produtivo do agroturismo local (NASCIMENTO, 2013). Esse entrave voltou a se repetir ano de 2012, quando o governo capixaba estabeleceu novas normas para o comércio intermunicipal de produtos, tendo culminado em 2013 numa adequação do selo de inspeção no município de Venda Nova do Imigrante. Além do ônus pecuniário, essas novas adequações levantaram a questão da descaracterização do aspecto artesanal dos produtos do agroturismo.

⁷² Socol é um embutido defumado de porco legado pelos imigrantes italianos à culinária de Venda Nova do Imigrante. O original tinha outro nome – *ossocollo* – e era feito com a carne do pescoço do animal. Mas, nas cozinhas vendanovenses, ele ganhou, além de um apelido, um novo ingrediente para se ajustar ao paladar do brasileiro: o lombo. Com isso, o *ossocollo* de Venda Nova se desvincilhou da sua origem, se tornou único no sabor e virou, definitivamente, o socol de Venda Nova do Imigrante. Outras informações veja: < <http://www.rotascapixabas.com/>>.

Para compreender melhor esses e outros problemas enfrentados pelos agricultores, assim como a realidade atual dessas propriedades, desenvolvemos nossa pesquisa de campo, visitando dez propriedades reconhecidas pela sua atuação no agroturismo local, onde destacamos: a Fazenda Providência, Sítio Descanso, Sítio Família Brioschi, Sítio Jequitibá, Sítio Sossai Altoé, Fazenda Saúde, Sítio Boa Vista, Sítio Lorenção, Recanto do Tio Vé e, o Sítio Beira Rio.

A metodologia adotada para a formulação dos textos com base nos relatos obtidos através das entrevistas seguiu duas vertentes na categoria de análise dos dados obtidos pelo viés da técnica de história oral. A maior parte foi norteadada pela organização das informações, obedecendo, o conteúdo da fonte pesquisada buscando a coerência entre o relato e a reinterpretção na construção da síntese que vai dar forma ao texto. No caso, uma articulação entre as informações prestadas pelo entrevistado com as questões que compõe a abordagem qualitativa da pesquisa, atendendo os objetivos do estudo. Seguimos também a tendência de transcrição textual da fala do entrevistado, seguindo relatos que demarcavam características que se fizeram relevantes na nossa abordagem. Neste caso, seguimos as considerações de Thompson (1992), no que trata à apresentação e interpretação dos relatos orais.

A primeira propriedade visitada foi a Fazenda Providência, localizada na Rodovia Pedro Cola Km 4, pertencente à família Carnielli e que possui 255 hectares, já divididos entre os dez irmãos, onde um dos sócio proprietários, o Sr. Antônio Carnielli,⁷³ nos concedeu a entrevista, que esclarecemos através do texto a seguir. O entrevistado inicia relatando que a propriedade trabalha com uma ampla diversidade de produtos registrados com um padrão de alta qualidade, subdivididos na fabricação e a venda de queijos especiais como o Morbier, Resteya⁷⁴, Parmesão, os condimentados e os com recheios de geléia, iogurtes sem lactose, cafés especiais torrados e moídos, fubá moído de pedra, biscoitos, pães caseiros, derivados do leite como doce, puína⁷⁵, ricota, embutidos de porco como o socol, o lombo defumado e o

⁷³ Entrevista de História Oral com o Sr. Antônio Carnielli, realizada na Fazenda Providência, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

⁷⁴ O Morbier é um queijo tipo francês, suave e levemente picante. Apresenta-se com uma linha de carvão vegetal comestível em seu interior, em sua casca é passada um preparado de urucum dando assim sua cor avermelhada. Já o Resteya, é um queijo de origem italiana, massa de textura macia, sabor doce, produzido exclusivamente pela família Carnielli no Brasil. Ideal para consumir com aperitivos acompanhado com vinho. Outras informações veja site: <<http://www.carnielli.com.br>>.

⁷⁵ Produto também conhecido por Ricota Fresca e, que tem a sua fabricação feita a partir do soro do leite, de excelente textura e fácil digestão. Possui baixo teor de gordura e alto valor protéico, sendo muito utilizado na culinária em geral, desde a fabricação de massas e doces, ou mesmo consumido *in natura*. Outras informações veja site: <<http://www.carnielli.com.br>>.

embutido de pernil. Também oferece ao turista a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre gado leiteiro e o sistema de ordenha.

A família disponibiliza visitas espontâneas e de grupos da melhor idade, estudantes e pesquisadores, compostos de quinze a quarenta pessoas com visitas pré-agendadas, sendo ofertada a esses grupos palestras e lanches.

FIGURA I - 1
FAZENDA PROVIDÊNCIA - FAMÍLIA CARNIELLI
Depósitos de queijos finos



Fonte: Acervo do autor (2014)

Antônio Carnielli informou que a fazenda foi comprada em 1921, pelo seu avô Domenico Carnielli, e atualmente é administrada por ele (Antônio), e mais três de seus irmãos, Pedro, Leandro e Danilo Carnielli. A aquisição foi efetuada através da compra direta e segundo Antônio se deu em três etapas, sendo a primeira compra compreendida do local onde hoje está situada a sede com área média de 60 ha, seguida de 60 ha e 135 ha, em média, respectivamente. De acordo com Antônio Carnielli acreditou-se que a fazenda media 260 ha e

às vezes até mesmo 270 ha, porém depois que as terras foram retombadas (medidas) para a partilha, ou seja, efetuada novas medições topográficas, descobriu-se a existência de 255ha. Nosso entrevistado relata que vivem na propriedade onze pessoas da família, e que a base produtiva ainda se reforça na experiência e em princípios da unidade familiar, mas que a mão de obra utilizada é toda assalariada, compreendida por cinquenta funcionários diretos.

Quanto à origem produtiva da propriedade após a aquisição pela família, ela foi baseada na produção de café, mas também sempre cultivaram milho, feijão e demais produtos para a manutenção do grupo familiar, pois o hábito comum era de buscar na venda apenas sal e querosene para as lamparinas. A diversificação da propriedade remonta ao ano de 1946 quando a família iniciou o processo de pilar o café produzido pelas outras famílias da região, Antônio ressaltava também que um pouco antes da década de 1990 já vendiam queijo e fubá na região. Quando perguntado sobre o recebimento de incentivo financeiro no início das atividades voltadas para o agroturismo, deixa claro que sua família não obteve qualquer benefício por parte de qualquer órgão ou instituição.

No período da crise do café nos anos de 1960 a família chegou a ser indenizada por alguns pés de cafés erradicados, mas a crise do café não afetou de forma expressiva a economia da família, tendo retomado o plantio cafeeiro logo em seguida. Como a fazenda da família Carnielli tem um porte maior que as demais propriedades envolvidas no agroturismo, além do cultivo de café, também há o plantio de eucalipto, com destino a serrarias para a fabricação de móveis, neste ponto Antônio Carnielli informa que a venda para a Aracruz Celulose não é vantajosa, pois teria que extrair a madeira plantada a cada sete anos e com um valor inferior a madeira retirada com idade mais avançada que é destinada a indústria moveleira. Também nos informou que nos primeiros cinco anos de plantio o eucalipto retira muito das propriedades da terra, mas que depois desse período ele reconstitui o solo.

A propriedade dos Carnielli, e seu setor produtivo são equipados com tecnologia moderna e predomina a especialização do conhecimento voltado para a qualidade dos produtos, que se apresentam com alto padrão de qualidade no mercado interno e externo ao estado. As vendas dos produtos são realizadas na lojinha dentro da propriedade, e em vários supermercados da Grande Vitória e do país, pois existe até mesmo a possibilidade de compras efetuadas pela internet.

Na entrevista ficamos também informados que os produtos lácteos são fabricados com leite comprado de terceiros, e que a fabricação do queijo, da puína, do iogurte etc., foram adequados às normas impostas, o que afasta seus produtos do modo artesanal, já que existe a exigência da pasteurização e de várias outras estruturas próximas ao modelo industrial. Foi ressaltado que o processo estruturado em modernas tecnologias serviu para abrir mercados, pois na atualidade as vendas externas dos produtos constituem o principal rendimento da propriedade.

FIGURA I - 2
FAZENDA PROVIDÊNCIA - FAMÍLIA CARNIELLI
Lojinha da propriedade



Fonte: Acervo do autor (2014).

FIGURA I - 3
FAZENDA PROVIDÊNCIA - FAMÍLIA CARNIELLI
Lojinha da propriedade



Fonte: Acervo do autor (2014).

Em visita ao Sítio Descanso, de propriedade da família Busato, fomos recebidos por Carmem Busato Lorenzoni⁷⁶, que nos concedeu a entrevista. A propriedade de 26 ha foi adquirida, em 1936, através da compra pela senhora Maria Canal, avó de Carmem e mãe do proprietário o Sr. Joãozinho Busato (viúvo da senhora Iria Busato). O sítio é administrado por Carmem e seus irmãos Lúcio, Márcia, Carlos e Geraldo, e está localizado na Rodovia Pedro Cola km 4,5, bem ao lado da propriedade da família Carnielli.

Moram no sítio cinco famílias do grupo Busato com quatorze membros (sete dessas pessoas trabalham na propriedade), quatro famílias de colonos com treze membros, uma família assalariada composta por duas pessoas. A remuneração dos colonos é realizada pelo repasse de 40% do valor da produção agrária, sendo que dentro do grupo de colonos residentes na

⁷⁶ Entrevista de História Oral com a Sra Carmem Busato Lorenzoni, realizada no Sítio Descanso de propriedade da família Busato, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

propriedade, duas esposas trabalham no sítio com carteira assinada, totalizando quatro pessoas com empregos regulares, ou seja, assalariadas.

Os gêneros cultivados no início das atividades, ainda no tempo de dona Maria Canal, eram o café, milho, fubá, feijão, milho branco usado em substituição ao trigo na fabricação de bolo e, a criação de porcos e galinhas. Carmem Busato, em nossa pesquisa caracteriza a propriedade da família de café com leite, numa referência ao plantio de café e a criação de gado com destino a produção leiteira para a fabricação dos queijos e dos iogurtes, esses produtos constituem um eixo muito importante na produção da propriedade com forte destaque no movimento do agroturismo e, que são vendidos na própria propriedade e em estabelecimentos comerciais do município de Venda Nova do Imigrante.

Foi ressaltada pela nossa entrevistada que o café, que é todo processado no sítio, é fornecido para a prefeitura do município que o distribui pelos órgãos municipais. Além do café e do leite a propriedade cultiva milho, feijão e outros produtos. A criação e a alimentação do gado com pastos próprios, a produção leiteira e a pasteurização do leite, destinado à fabricação de queijos e derivados são realizadas no próprio sítio.

FIGURA II - 1
SÍTIO DESCANSO
Casa antiga



Fonte: Acervo do autor (2014)

FIGURA II - 2
SÍTIO DESCANSO

Queijos especiais em processo de curtição



Fonte: Vitrine Capixaba. Disponível em: <http://vitrinecapixaba.blogspot.com.br/2013/08/familia-busato-de-venda-nova-do_9.html>. Acesso: 28-03-2014.

FIGURA II - 3
SÍTIO DESCANSO

Tanque Processador para Pasteurização de Laticínios



Fonte: Acervo do autor (2014)

Carmem Busato nos contou que a qualidade de vida da família melhorou muito depois do advento do agroturismo e, recorda que por falta de meio de transporte público e por morar na zona rural, teve que abandonar os estudos antes mesmo de completar o Ensino Médio, casou-se em 1995 e foi morar no centro urbano onde passou a exercer a profissão de costureira. Para ela o agroturismo proporcionou o resgate da família, pois trouxe o seu retorno e dos seus irmãos para a propriedade e para perto do pai.

A atividade do agroturismo no sítio da família Busato, segundo Carmem, teve início no começo de 1990 pelas mãos de sua mãe dona Iria, ela lembrou que naquela época, sua irmã Márcia e seu irmão Geraldo iam uma vez por semana, revender os pães fabricados por sua mãe na feira que existia próximo à escola Fioravante Caliman no centro de Venda Nova do Imigrante. No início das atividades voltadas para o agroturismo, a família trabalhava na propriedade, na parte destinada a agropecuária, com a ajuda de colonos, que ela não soube quantificar.

Carmem Busato lembra que sua mãe, dona Iria, foi à primeira mulher do município a conseguir um empréstimo do programa PRONAF MULHER⁷⁷, porém quando perguntada sobre a existência de empenho por parte do governo estadual em ajudar as famílias no início das atividades do agroturismo, nossa entrevistada afirma que exceto o financiamento de âmbito federal conseguido por sua mãe junto ao Banco do Brasil, não obtiveram qualquer benefício, inclusive ressalta que a família nunca recebeu indenização pelos cafés erradicados na propriedade.

Quanto a Lúcio Busato, seu irmão, ela nos informou que ele já ocupou a cadeira de presidente da AGROTUR e que também realizou em 1994 cursos sobre o processo produtivo de queijo, sendo que a própria entrevistada já teve a oportunidade de visitar propriedades rurais produtoras de queijos na França e na Itália, na busca do conhecimento da prática da qualidade dos produtos, para o melhor desenvolvimento da produção local. Nas respostas de Carmem fica claro o peso da mulher no agroturismo, pois segundo ela, seu pai sempre se dedicou a

⁷⁷ O PRONAF MULHER é uma linha de crédito destinada a mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), independentemente de sua condição civil. As principais características do programa são as baixas taxas de juros (1% (a.a.) - para operações de até R\$ 10 mil; 2% (a.a.) - para uma ou mais operações com valor superior a R\$ 10 mil); e a elasticidade dos prazos (até 15 anos, incluídos até 3 anos de carência, para financiamento de estruturas de armazenagem e até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para demais casos). Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> >. Acesso em: 28-03-2014.

parte da agropecuária, enquanto a sua mãe, além dos afazeres em casa e da lida na roça, preparava na cozinha da família os produtos para serem vendidos na feira. Ainda ressalva que a organização com vistas ao mercado, se deu principalmente pelas mãos de Ronald Mansur, amigo da família e editor do Jornal do Campo, um programa de televisão das manhãs de domingo. Na época ele levava os queijos da família para revenda no bairro da Praia do Canto, em Vitória, no estabelecimento do senhor João Batista, uma espécie de Secos e Molhados que vendia de quase tudo, hoje popularmente conhecido por Loja de Conveniência ou Empório.

Ronald Mansur é lembrado pela maioria das pessoas entrevistadas pelo seu forte empenho e incentivo dado ao agroturismo na região. Nas palavras de Márcia e Carmem Busato, destacamos o seguinte relato, da forma como nos foi passado

Em 1988 o Mansur esteve aqui e comprou quatro peças de queijo e as deixou guardadas com mamãe para serem curtidas. Mansur ficou um bom tempo sem aparecer, quando voltou dona Iria lhe disse que as pessoas que visitavam o sítio em busca de queijos, passaram a notar a existência daquele tipo diferente de queijo guardado com um pedaço de papel com um nome em cima, esses visitantes queriam levar aqueles queijos mais velhos, ela lhes respondia que aquelas peças de queijo pertenciam ao Mansur do Jornal do Campo. Mansur disse a dona Iria que poderia vender os tais queijos, mas que deveria colocar outros no lugar. Com o passar do tempo as pessoas passaram a comprar e a reservar os queijos para serem curados, a fila cresceu e foi preciso organizá-la, cada cliente recebeu um número que é utilizado para ser colocado em cima do queijo reservado, Ronald Mansur é o número um dessa fila.

FIGURA II - 4
SÍTIO DESCANSO

Depósito de queijos especiais reservados na propriedade da família Busato



Fonte: Acervo do autor (2014)

Carmem e Márcia Busato destacam ainda que outra personalidade marcante no processo do agroturismo na região é o senhor Luiz Perim, proprietário do Alpes Hotel, que cedeu um espaço para servir de posto de informação, divulgação e venda dos produtos da região aos hóspedes do hotel e demais pessoas em circulação pela BR-262.

O senhor Luiz Perim elaborava num pedaço de papel o roteiro do agroturismo na região e distribuía para os seus hóspedes. Às vezes ele disponibilizava uma Kombi do hotel para que fossem levados hóspedes para conhecerem os sítios envolvidos no agroturismo.

Quando questionada sobre as perspectivas da agropecuária desenvolvida atualmente na propriedade, Carmem se mostrou otimista. No entanto expressou certo receio quanto aos rumos do agroturismo nas pequenas propriedades, transparecendo no relatado uma certa tristeza, sobre o fato ocorrido em outubro de 2013, quando sofreu por parte do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF uma intervenção por produzirem e comercializarem queijos na forma artesanal até então adotada. De acordo com ela, até setembro de 2013 o governo do estado vinculou na mídia um filme destacando as características da região de

montanhas do Espírito Santo, o programa Montanhas Capixabas, onde foram inclusive utilizadas imagens do próprio sítio da família.

No decorrer deste período tramitou no município uma alteração no código que trata da vigilância sanitária sobre os produtos da agricultura familiar, tal código segundo Carmem buscou adequar-se a lei estadual e foi elaborado com base no Decreto Lei nº 3132-R de 1º de outubro de 2012, onde o Governo do estado estabeleceu os procedimentos e requisitos para a adesão dos municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte- SUSAF/ES⁷⁸ para o comércio intermunicipal de produtos de origem animal.

Com a aprovação do selo municipal SIM (Serviço de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante em 16 de setembro de 2013)⁷⁹, e passados 15 dias a família Busato ainda não tinha conseguido regularizar a sua situação, já que tinham optado por não se enquadrar na nova lei por entenderem que a rusticidade das instalações até então existentes na propriedade eram atrativas para o turista. Carmem Busato, expressa que neste espaço de tempo a família buscou junto aos vários órgãos, alternativas para uma regularização sanitária que atendesse ao processo produtivo da propriedade, uma vez que prezam pelo padrão de qualidade dos produtos com muita seriedade.

A família trabalha com um processo de produção onde grande parte da comercialização dos queijos finos por eles produzidos é paga com antecedência e, ficando guardados para serem curados por meses, ou mesmo anos, sob sua responsabilidade, para depois serem entregues numa data pré-definida. Carmem diz o seguinte

⁷⁸ O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte (SUSAF-ES) é um sistema criado pelo Governo do Espírito Santo que permite que os produtos das agroindústrias familiares registradas no SIM sejam comercializados para todo o Estado, desde que o município tenha aderido ao SUSAF-ES e a agroindústria se encaixe nas condições do sistema. O sistema prevê a equivalência entre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) voltados especificamente às agroindústrias familiares de pequeno porte de produtos de origem animal. Disponível em: <<http://www.idaf.es.gov.br>>. Acesso: 29-03-2014

⁷⁹ O Serviço de Inspeção Municipal - SIM do município de Venda Nova do Imigrante está regulamentado a Lei nº 1.090 de 16 de setembro de 2013, é vinculado à Secretária de Agricultura e tem por finalidade a prévia inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município. Disponível em: <http://www.idaf.es.gov.br/comunicacao/servicos/SIE/Texto_Susaf.pdf>. Acesso: 29-03-2014

[...] acreditamos na artesanidade do processo produtivo, e até então a gente mantinham todo o processo de industrialização dentro das normas exigidas por lei, mas, com o depósito de cura dos queijos em prateleiras de madeira e de livre acesso aos clientes, como vi em algumas localidades visitadas na França e na Itália.

No dia 17 de outubro de 2013 chegaram vários veículos policiais, junto com funcionários do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF e da Promotoria de Justiça, com uma ordem, expedida em Vitória, de busca e apreensão de todos os produtos estocados. Carmem Busato relata a estranheza do ocorrido, pois esperava um mínimo de respeito e consideração, já que além de serem pioneiros no agroturismo na região e de sempre terem procurado exercer a atividade com elevado grau de compromisso e seriedade, também vinham sendo utilizados como referência do agroturismo em propagandas do governo do estado. Todo estoque de queijo, já pago pelos clientes, foi apreendido.

Depois desse ocorrido, a família providenciou uma nova estrutura física para o armazenamento dos queijos finos, como também foram adquiridas as prateleiras de fibra de vidro exigidas pelo novo selo sanitário de Venda Nova do Imigrante e, voltou a vender seus produtos. A família Busato, que comercializa seus queijos apenas no sítio, acredita que a nova estrutura não representa as características esperadas num modelo de agroturismo. Carmem Busato narra agradecida a postura de seus clientes que souberam compreender os momentos difíceis que a família passou nestes últimos meses e, relata os vários casos de clientes antigos que mesmo tendo ficado sem os produtos comprados com antecedência, ligaram para várias autoridades solicitando uma solução rápida para a peculiar situação enfrentada pela família.

A entrevistada expressa constrangimento por terem sido considerados pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF do município como laticínio clandestino, confirmando como estão funcionando os direcionamentos em relação à produção artesanal. Mesmo assim acreditam na originalidade e na qualidade do produto artesanal e a família continua na luta para a elaboração de um registro municipal que traga características artesanais aos produtos da agricultura familiar, pois sua maior preocupação é ver o agroturismo se tornar um simples turismo no meio rural, o que fere o reconhecimento da cidade como capital nacional do agroturismo. Mas reconhece agradecida aos benefícios trazidos pelo agroturismo, pois o objetivo maior é produzir produtos de boa qualidade e proporcionar um bom atendimento aos clientes. Neste aspecto, tanto Carmem e Márcia Busato quanto Antônio Carnielli, ressaltam que a Associação do Agroturismo Municipal tem

sido muito influente na divulgação do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, destacando também a boa relação entre as propriedades envolvidas na atividade do agroturismo.

Em entrevista com Rita de Cássia Zanúncio Araújo, Extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER⁸⁰ foi possível verificar o quanto é delicada a situação do pequeno produtor familiar na hora de regularizar seus produtos para comercialização. Vários são os termos e registros existentes na legislação das esferas federal, estadual e municipal, que tratam da questão produtiva e comercial dos produtos processados no interior dos sítios rurais, o que acaba por criar uma dificuldade na hora do produtor rural escolher a melhor e mais correta opção para se enquadrar num registro adequado. Uma dessas regulamentações e que entrou em vigor a partir de 2013 em Venda Nova do Imigrante é a ARPP - Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte que estabelece as diretrizes e procedimentos para obtenção do registro para a comercialização de produtos e regularização das atividades desempenhadas pelo pequeno produtor rural, essa regulamentação institui que o estabelecimento tenha por localização o meio rural, deve utilizar no mínimo de 50% de mão de obra familiar e, que metade da matéria prima utilização na fabricação dos produtos destinados a comercialização sejam oriundos da própria propriedade, cabendo exceção aos produtos cuja matéria prima principal seja o trigo e o chocolate.

Neste sentido observamos a existência de propriedades que embora não estejam inseridas na denominação de pequenas propriedades e sendo agroindústria, mantêm o status de agroturismo, pois se utilizam do fato de estarem no meio rural para se inserirem no circuito do agroturismo, para isso adotam práticas de abrirem suas propriedades à visitação, palestras e mantêm lojinhas anexas a propriedade.

Verificamos em nossa pesquisa diferenças entre as atribuições dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos produtos agrícolas, pois à Secretária de Saúde cabe a fiscalização dos produtos de origem vegetal (doces, pães, bolos, geléias, cafés, etc.), enquanto os produtos de origem animal (carnes, ovos, leite e derivados) ficam por conta dos cuidados e da fiscalização do Ministério da Agricultura que através do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária

⁸⁰ Entrevista de História Oral realizada com a Sra Rita de Cássia Zanúncio Araujo, Extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER em Venda Nova do Emigrante no dia 07 de abril de 2014.

de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) que trata dos requisitos sanitários que regem toda vida do animal, desde a criação até o seu abate e trânsito.

Ao descrever as dificuldades vivenciadas pelas pequenas propriedades rurais, a Extensionista da INCAPER Rita de Cássia Zanúncio Araújo relata que faltam técnicos tanto municipais quanto estaduais para dar uma melhor orientação aos produtores, e reconhece que o número de laboratórios públicos para o controle de qualidade dos produtos é inferior à demanda.

A entrevistada corrobora com o processo artesanal de maturação dos queijos processados no município de Venda Nova do Imigrante e, toma como exemplo os pequenos produtores de queijo artesanal elaborado a partir do leite cru do estado de Minas Gerais, que conseguiram em agosto de 2013 junto aos governos federais e estaduais uma modificação na instrução normativa que definia as regras para a fabricação do produto. Com as exigências sanitárias da norma antiga os pequenos produtores mineiros não conseguiam cumprir as regras determinadas pela legislação federal. A partir da nova norma serão instalados em diversas cidades mineiras centros de maturação que emitirão, aos queijos que passarem por esses centros, selos de inspeção com validade nacional, ocasionando na abertura de mercados em todos os estados da federação.

Seguindo o percurso de nossa pesquisa, estivemos na propriedade da família Brioschi, o Sítio Retiro do Ipê, que há 48 anos pertence o Sr. Clarindo Brioschi, casado com a Sra. Ana Brioschi. O Sr. Clarindo ganhou a propriedade, de presente de casamento do seu pai Ângelo Brioschi. Está localizada na Rodovia Pedro Cola, Km 5 na comunidade de Providência no município de Venda Nova do Imigrante, possui 56 ha. Nesta propriedade entrevistamos a Sra. Ana Brioschi e sua neta Priscila Brioschi⁸¹.

De acordo com nossas entrevistadas, a atividade agrícola inicial foi o café e a criação de gado leiteiro, sendo que segundo a Sra. Ana Brioschi a atividade cafeeira teve início depois que receberam orientação da família Carnielli para fazerem a análise da terra para verificar as potencialidades para a retomada do plantio do café. O resultado foi favorável e então deram início ao plantio. A Sra. Ana Brioschi, lembra das dificuldades de mandar os quatro filhos

⁸¹ Entrevista de História Oral realizada com a Sra. Ana Brioschi e sua neta Priscila Brioschi na propriedade da família Brioschi, Sítio Retiro do Ipê, no dia 07 de abril de 2014.

para a escola, pois excluído o seu filho mais novo, todos os demais tiveram que frequentar o colégio indo de bicicleta, porque a escola era longe da propriedade.

Vivem e trabalham no sítio quatorze membros da família e doze empregados, além de mais quatro empregados que moram fora da propriedade. Durante muito tempo o Sr. Clarindo vendia leite pela vizinhança, sendo que, se dava também um movimento ocasional de colonos de outras propriedades próximas, que vinham comprar o vinho de jabuticaba produzido em sua propriedade. Também produziam queijo, que eram vendidos tanto em casa quanto eram levados para serem vendidos em Vitória.

Quanto ao período da erradicação do café na década de 1960, houve pouca erradicação na propriedade da família Brioschi, o que não chegou a gerar grandes transtornos já que sempre tiveram outras culturas, porém não foram indenizados pelos pés de cafés erradicados. A Sra. Ana nos informou que a atividade do agroturismo se deu por orientação da sua sobrinha⁸² e, que se associou a AGROTUR, iniciativa que, na época muito preocupou sua família. A família alegava já tinha trabalho demais na roça. Entretanto, a ideia foi adiante e a abertura da propriedade para a visita dos turistas ocorreu por volta de 2007. Diz a Sra. Ana

A grande incentivadora foi a Sra. Iria Busato, que junto com Leandro Carnielli e com a Sra. Albertina Carnielli, muito insistiram para que a gente participasse deste negócio. Ainda hoje existe um forte clima de cooperação entre as propriedades, principalmente as das famílias Busato e Carnielli que são bem próximas ao nosso sítio.

Em 2002, a família se associou a Cooperativa dos Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo – PRONOVA e, já no primeiro ano ganharam o segundo lugar como melhor café produzido no estado, sendo que a atividade cafeeira ainda se constitui a fonte mais produtiva e mais rentável da propriedade. Priscila Brioschi ressalva que o agroturismo proporciona rendimentos durante todo o ano, enquanto o café, apesar de colhido entre os meses de maio e outubro, somente traz rentabilidade uma vez por ano.

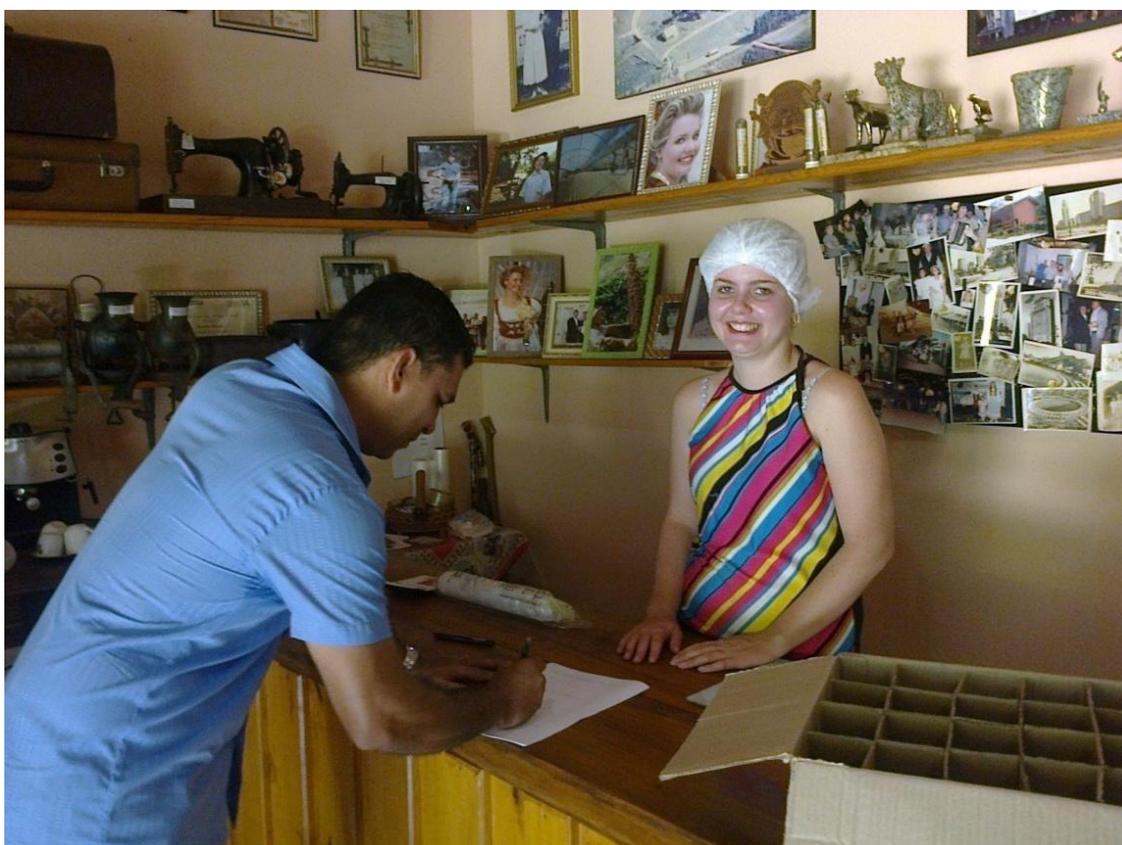
A propriedade produz o café cereja descascado, que é processado em modernos maquinários de beneficiamento, como o lavador, o descascador e o desmucilador que retira a mucilagem (camada viscosa, rica em açúcares e que fica situada entre a polpa e o pergaminho) do café, acelerando o processo de secagem. Sobre esse processo Priscila Brioschi informa que

⁸² Rosa Uliana Fioresi (já falecida).

[...] o café é secado em estufa, em terreiro suspenso e terreiro comum. É revolvido seis vezes por dia e, posteriormente separado por lotes para um melhor controle de qualidade. As perspectivas quanto à produção agropecuária, são excelentes, pois além do café, nossa propriedade produz abacate, milho para silagem, tudo processado aqui e, fornecemos uma média de 500 litros de leite por dia para a Cooperativa de Laticínios de Venda Nova do Imigrante, que, inclusive foi formada através da iniciativa dos próprios produtores rurais.

Na lojinha da família é encontrado além do café, socol, lombo defumado, linguiça defumada, doce de leite, feijão e vinho de jabuticaba. Quanto às melhorias realizadas com o advento do agroturismo, são destacadas pelo Sra. Ana e por Priscila Brioschi, mudanças relevantes, “[...] aumentou a renda familiar, melhorou a qualidade de vida das famílias, e tivemos a oportunidade de manter as mulheres na propriedade”. Neste sentido quem está à frente da dinâmica do agroturismo nesta propriedade, são as mulheres; a Sra. Ana, sua nora Elis Ângela Filet Brioschi e sua neta, Priscila Brioschi. Em uma clara amostra do envolvimento entre as gerações da família.

FIGURA III. 1
SÍTIO RETIRO DO IPÊ
Priscila Brioschi na lojinha da família



Fonte: Acervo do autor (2014)

Priscila Brioschi, também fez referências a uma questão importante no que se refere à burocracia exigida na regulação das atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades e que traz dificuldades no andamento dos trabalhos nos sítios.

[...] é uma quantidade muito grande de registros exigidos às pequenas propriedades rurais de Venda Nova do Imigrante, também tem a constante renovação do registro ambiental exigido pelo IDAF, que tem validade de apenas dois anos e que em fevereiro de 2014 chegava a custar R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Neste ano o IDAF notificou com um prazo de 90 dias para que fosse apresentada uma Declaração de Outorga de Água para a utilização da nascente da propriedade. Além de ter sido solicitada uma declaração obtida na prefeitura municipal informando sobre o fluxo do caminhão recolhedor de lixo na localidade. Quando informei aos agentes do IDAF sobre a não necessidade de tal declaração, solicitaram que fosse conseguida uma declaração do Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA atestando a não obrigatoriedade do documento exigido.

Para Priscila Brioschi é latente a falta de comunicação entre os diversos órgãos encarregados de regulamentar à atividade das pequenas propriedades em Venda Nova do Imigrante, pois acredita que a informação sobre a regularidade da coleta de lixo por parte da prefeitura não é de responsabilidade do produtor rural.

Priscila reclamou das mudanças contínuas de regras, pois recentemente teve que efetuar a adequação física da lojinha da família que já havia sido alterada há apenas seis anos, ou seja, em 2008. Relata que para a reforma do estabelecimento precisou contratar um técnico de Vitória, tendo as despesas corrido por sua conta e nota que com a aprovação do SIM municipal, terá até julho de 2014 para efetuar a confecção de novos rótulos para os produtos comercializados pela família, gerando novos custos. Ainda expressa que o trabalho neste setor, não é tão simples como se imagina, é necessário superar muitas barreiras para se firmar no agroturismo e ter muito cuidado com o padrão de qualidade para a se manter com menores riscos.

FIGURA III. 2
SÍTIO RETIRO DO IPÊ
Cantinho na lojinha da família Brioschi - reservado a exposição de objetos antigos



Fonte: Acervo do autor (2014)

Na comunidade de Providência, próxima a sede do município situa-se o Sítio Jequitibá, propriedade da família Altoé, onde fomos recebidos pela Sra. Maria Lúcia Altoé⁸³, neta do senhor Angelo Altoé e, que nos concedeu as informações da pesquisa.

Maria Lúcia nos informa inicialmente que o café desde o início esteve presente na propriedade, sendo também cultivadas outras culturas agrícolas para o consumo da família, destacando ainda que na atividade cafeeira era utilizada a mão de obra de meeiros. Destaca de forma muito relevante que, o seu avô Angelo Altoé foi a primeira pessoa a adquirir um caminhão em Venda Nova do Imigrante e dono da primeira máquina de pilar arroz no município.

⁸³ Entrevista de História Oral realizada com a Sra. Maria Lúcia Altoé na propriedade da família Altoé, Sítio Jequitibá, no dia 09 de abril de 2014.

A propriedade é antiga, nos padrões da pequena propriedade, mas que Maria Lúcia não soube precisar a data da aquisição da mesma pela família Altoé, entretanto tem conhecimento de que foi adquirida por meio da compra ainda no período em que chegaram as primeiras famílias de descendentes italianos na comunidade no final do século XIX. E quanto à dimensão territorial do sítio, situa que em média eram 25 ha à época em que seu pai José Altoé a dividiu entre os seus seis filhos homens, prática comum entre as famílias descendentes de italianos.

Na dinâmica do agroturismo o sítio produz licores, biscoitos caseiros assados, pães e bolos, além de comercializar produtos de outros pequenos produtores (geléias, mel e doces). Produtos comercializados nas lojas de produtos artesanais no centro da cidade de Venda Nova do Imigrante, mas principalmente na lojinha administrada por Maria Lucia Altoé, conhecida por lojinha Tia Cila⁸⁴, que é considerada pela maioria das pessoas visitadas, como a pioneira do agroturismo na região.

Maria Lúcia relata que

[...] com a morte de minha mãe em 1970, minha irmã Cila teve que cuidar da casa e dos irmãos mais novos e, não pode dar sequência aos estudos após as séries iniciais do antigo primário. Em busca de ter seu próprio dinheiro, Cila fazia biscoitos e doces para casamentos, com o tempo passou a enviar seu sobrinho Cacau (Antonio Carlos) a feira de produtos caseiros que era realizada no centro de Venda Nova do Imigrante aos sábados. A grande virada nos negócios de Cila aconteceu depois da realização de uma reportagem sobre o agroturismo do município realizada pelo repórter Ronald Mansur para o Jornal do Campo, exibido pela Rede Gazeta nas manhãs de domingo, depois desta reportagem os biscoitos tiveram muita repercussão em todo o estado e ficamos incentivadas a abrir lojinha para atendimento aos turistas aqui na propriedade.

⁸⁴ Cila Altoé (já falecida), irmã de Maria Lúcia Altoé.

FIGURA IV. 1
SÍTIO JEQUITIBA - FAMÍLIA ALTOÉ
Primeiro caminhão de Venda Nova do Imigrante de propriedade do senhor Angelo
Altoé, foto exposta na lojinha Cláudia Artesanatos



Fonte: Acervo da Família Altoé

Continuando seu relato, Maria Lúcia, diz que

Com o tempo, a produção dos biscoitos de Cila passou a ser fabricada num forno artesanal conhecido por João de Barro construído por nosso pai José Altoé, seu irmão Antônio e o sobrinho Cacau, Acontece, que, como o trabalho exigia muito tempo direto na beira do forno, Cila pegou pneumonia devido às elevadas temperaturas promovidas pelo forno, então em 1994 decidimos por fazer um novo forno maior e mais elaborado, que não produz tanto calor externo quanto o antigo.

Em 2001 a família, adquiriu no Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICCOB seu primeiro empréstimo, que foi destinado à ampliação do setor de produção, mas tiveram que dar como garantia 100 sacas de café, que foram disponibilizadas por Anacleto Altoé, irmão de Maria Lúcia e, guardadas no depósito Perim Café⁸⁵.

⁸⁵ O café ficou retido como forma de comodato no depósito Perim Café, onde foi gerado um crédito referente ao valor do empréstimo em nome da instituição financiadora, ou seja, o crédito foi gerado em nome do SICCOB, que passou a deter o poder do mesmo até a quitação da dívida.

Na trajetória de vida de Maria Lúcia, ela registra o tempo em que ficou fora da propriedade, quando foi morar em Vitória, junto com sua irmã Sônia, para estudar. Na ocasião em que fez o curso de Edificações na antiga Escola Técnica Federal, e sua irmã Sônia, cursado Economia na Universidade Federal do Espírito Santo/ UFES. Disse-nos, com orgulho ter sido responsável pela elaboração de vários projetos arquitetônicos no município de Venda Nova do Imigrante, dentre eles a suntuosa e grande residência onde está localizado o Batalhão da Polícia Militar. Relata também que trabalhou durante muitos anos em indústria de confecções, mas com o crescimento no movimento da loja, decidiu ir trabalhar junto a Cila, tendo assumido a direção do estabelecimento após o falecimento de sua irmã em 2007.

Falando da tradição das famílias de descendentes italianos, no trato da partilha familiar, abordada, inclusive por outras entrevistadas e pontuadas com as mesmas referências, Maria Lúcia relata

De acordo com a tradição, as mulheres da família não herdaram propriedades rurais, pois o terreno localizado numa das extremidades do sítio de meu pai (de apenas 2.300 metros quadrados de área) que abriga a loja e a casa em que moro junto com minha filha, foi o que me sobrou na partilha de bens da família, também foram comprados dois lotes distantes da propriedade que outras duas de minhas irmãs receberam depois de casadas [...] as mulheres se voltaram muito para as atividades do agroturismo, porque as terras foram destinadas aos herdeiros homens das famílias.

Destaca ainda que, embora se desenvolva na propriedade atividades agropecuárias englobando diversos produtos, o café ainda se mostra a opção agrícola mais rentável, mas as atividades das mulheres tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida das mulheres da família, dizendo estar otimista quanto às perspectivas futuras.

FIGURA IV. 2 e IV. 3
SÍTIO JEQUITIBÁ - FAMÍLIA ALTOÉ
Lojinha Tia Cila



Fonte: Acervo do autor (2014)

FIGURA IV. 4 e IV. 5
SÍTIO JEQUITIBÁ - FAMÍLIA ALTOÉ
Lojinha Tia Cila



Fonte: Acervo do autor (2014)

A história do agroturismo desenvolvido por Cila Altoé tem como marco inicial o ano de 1988 e, sua origem traz características semelhantes às demais famílias do município envolvidas na atividade, pois se prendem nas tradições familiares das mulheres e nas atividades traçadas nas cozinhas das propriedades, marcando um universo feminino rodeado de dificuldades, angústias e buscas por melhores condições sociais e econômicas para toda a família. A loja Tia Cila, administrada por Maria Lúcia, está associada à AGROTUR e localizada num terreno ao lado de sua sobrinha Cláudia (filha de Antônio Altoé, irmão de Maria Lúcia), que possui uma lojinha (Cláudia Artesanatos) de produtos de decoração, artesanatos finos elaborados com a técnica do patchwork (trabalho com retalhos de tecidos) e, diversas peças decorativas feitas com galhos obtidos a partir da poda dos pés de café e, um segundo espaço, no mesmo terreno, onde são vendidos móveis de demolição. Esta lojinha também representa uma extensão do trabalho artesanal feminino desenvolvido na família Altoé.

FIGURA IV. 6
SÍTIO JEQUITIBÁ - FAMÍLIA ALTOÉ - CLÁUDIA ARTESANATOS
Artesanato feito a partir da madeira adquirida da poda dos pés de café



Fonte: Acervo do autor (2014)

FIGURA IV. 7 e IV. 8
SÍTIO JEQUITIBÁ - FAMÍLIA ALTOÉ - CLÁUDIA ARTESANATOS
Produtos da Lojinha Cláudia Artesanatos e Loja de Móveis de Demolição



Fonte: Acervo do autor (2014)

O otimismo da maioria das propriedades envolvidas no agroturismo foi encontrado com ressalva no Sítio Sossai Altoé de propriedade do senhor Luiz Gonzaga Altoé⁸⁶, com quem conversamos, já que o proprietário se mostrou insatisfeito com os altos impostos cobrados pela cachaça produzida na propriedade, esta, a única atividade voltada para o agroturismo no sítio. A história da família nesta propriedade teve raízes em um longo período de trabalho anterior, na condição de colonos em outras propriedades em Venda Nova do Imigrante. Com muito trabalho conseguiram comprar terras em outra região, ao norte do estado⁸⁷, mas como as novas terras adquiridas não se mostraram boas e férteis para o cultivo do café, venderam e voltaram para Venda Nova do Imigrante, onde conseguiram adquirir a propriedade que visitamos.

O Sr. Altoé informou que possuíam 170 ha de terra em Jaguaré, mas devido ao baixo preço daquelas terras, conseguiram comprar na comunidade de Tapera, mais próxima a área central do município de Venda Nova do Imigrante, apenas 7,5 ha. O que explica a grande valorização da terra em Venda Nova do Imigrante, em relação às terras ao norte do estado. Da família do Sr. e Sra Altoé, dois dos seus filhos homens trabalham fora da propriedade, os outros, permaneceram se dedicando ao trabalho na roça e também comercializam os produtos do sítio em feiras na cidade de Vitória, levando também outros produtos de sítios vizinhos. As filhas produzem produtos caseiros, que também são vendidos pelos filhos na feira.

⁸⁶ Entrevista de História Oral com o Sr. Luiz Gonzaga Altoé realizada na propriedade da família Sossai Altoé, Sítio Sossai Altoé, no dia 09 de abril de 2014.

⁸⁷ A família adquiriu terras na totalidade de 17 ha no município de Jaguaré (ao norte do Espírito Santo).

No sítio, de mão de obra exclusivamente familiar, a atividade agrícola sempre se mostrou diversificada, mas desde a sua aquisição a principal atividade sempre foi o café, com safras entre os meses de abril e setembro, cultura intercalada com outros cultivos como o de feijão, milho e cana-de-açúcar, esta última, utilizada principalmente na fabricação de cachaça no alambique da propriedade. Quando questionado sobre a crise do café na década de 1960, o senhor Altoé informou que não houve erradicação em suas terras e, portanto não sofreu grandes impactos com essa política, além da baixa dos preços do café no mercado.

A atividade do agroturismo no Sítio Sossai Altoé teve início entre os anos de 1997 e 1998, período em que a família iniciou o plantio de cana-de-açúcar designado à fabricação de cachaça destinada ao agroturismo, como alternativa aos constantes ciclos de baixa nos preços do café. Quanto ao processo de fabricação da cachaça o Sr. Luiz Gonzaga Altoé relatou que

[...] começou de forma artesanal, mas por incentivo de terceiros adquiriu na cidade mineira de Itaperava um alambique industrial e mandei construir por minha conta uma fábrica que consumiram R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mas os altos impostos e a falta de incentivos por parte dos governos não trouxeram os resultados esperados, pois apesar da alta qualidade do produto, a demanda se mostrou menor que a capacidade produtiva da cachaçaria.

FIGURA V. 1
SÍTIO SOSSAI ALTOÉ
Maquinário utilizado na fabricação de aguardente



Fonte: Acervo do autor (2014)

FIGURA V. 2
SÍTIO SOSSAI ALTOÉ

Sr. Luiz Gonzaga Altoé proprietário do Sítio Sossai Altoé. Orgulho com um dos barris de carvalho que acredita curtir de forma diferenciada a cachaça nele guardada.



Fonte: Acervo do autor (2014)

O Sr. Altoé também descreve que quando a família optou pelo agroturismo, houve um grande movimento de ônibus com pessoas de outras cidades para conhecer e aprender sobre as atividades, isso acabou por criar fortes perspectivas e ele mandou construir uma loja para o recebimento dos turistas, mas com o passar do tempo esse movimento diminuiu em sua propriedade, levando ao fechamento da loja. Relata ainda que, a partir de 2012, a produção de cana-de-açúcar do sítio passou a sofrer uma diminuição provocada por brocas, desde então a família tem buscado complementar a produção, buscando a matéria prima em outras propriedades. Explicando também que da sobra do processo de fabricação da cachaça, obtém o vinhodo, um produto com grande concentração de nutrientes que é utilizado na adubação da agricultura existente em suas terras. Ele diz guardar boas perspectivas em relação à agricultura, pois apesar dos negócios desenvolvidos na feira e da cachaça se manterem as principais fontes de renda da propriedade, o café ainda guarda um expressivo peso nas economias da família.

O senhor Altoé, apesar de reticente quanto ao agroturismo, devido as dificuldades de comercialização da cachaça, admite que a atividade trouxe melhorias tanto nas estruturas físicas do sítio quanto na qualidade de vida da família.

Na Fazenda Caliman⁸⁸, entrevistamos o Sr. Anicelcio Caliman⁸⁹, filho da proprietária, a Sra. Marta Caliman, já viúva. A propriedade fica situada na região conhecida no município como Alto Providência. A fazenda pertence à família desde 1908 e, teve seu início agrícola baseado na produção cafeeira de mão de obra familiar, tendo também desenvolvido atividades como a criação de gado e a produção de milho e feijão. A partir da década de 1970 a família passou a cultivar verduras, tendo adquirido um grande destaque no final da década de 80, como grandes produtores de repolho. Não encontramos mais a presença da pecuária na propriedade, pois a família optou por substituir o gado pelo plantio de eucalipto, que é destinado para serrarias e para a Aracruz Celulose.

O Sr. Anicelcio Caliman nos afirmou que ainda cultivam café, mais não com a antiga relevância. Lembrou também que foram contemplados pelo programa da erradicação dos cafezais e, que durante este período da década de 1960, foram indenizados pelo governo sobre os pés de cafés erradicados. Ao tratar deste assunto, ele fez breve pausa para tecer algumas críticas ao programa do PRONAF⁹⁰, de acordo com suas observações “[...] ocorre uma indução à solicitação de empréstimos, mas falta orientação adequada por parte dos órgãos governamentais e dos bancos ao pequeno produtor rural na questão do planejamento”.

Tratando-se da implementação do agroturismo na propriedade, ele expressa que essa atividade teve início por volta de dezembro de 1995 com um pesque - pague, ou seja, um lago disponibilizado aos turistas, onde as pessoas pescavam tilápias e outros peixes e efetuavam o pagamento pelo produto pescado, no entanto, a partir da própria necessidade dos clientes e

⁸⁸ Sexta propriedade visitada, um local de 254ha localizado em Alto Providência, Venda Nova do Imigrante, com acesso no Km 98 da BR 262.

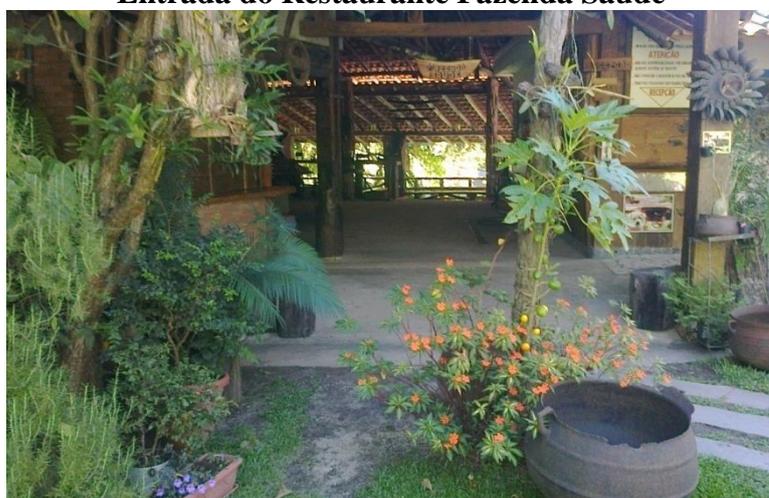
⁸⁹Entrevista de História Oral com o Sr. Anicelcio Caliman realizada na propriedade da família Caliman, Fazenda Caliman, no dia 11 de abril de 2014.

⁹⁰O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Disponível em: <<http://www.portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso: 11-04-2014.

atendendo suas solicitações, e como já existia uma infraestrutura, aproveitaram essa estrutura e, em 1996 foi aberto na propriedade um restaurante com comida típica italiana feita no fogão à lenha. O Sr. Anicelcio Caliman diz ainda que teve um grande incentivo da INCAPER, da prefeitura municipal e, do SEBRAE, órgão que ainda mantém estreitas relações com a propriedade. Os principais produtos cultivados na fazenda além do café são o milho, tomate, feijão, eucalipto e a mandioca, esta última, têm todo o cultivo realizado por parceiros residentes fora da propriedade. A maioria dos produtos tem por destino o consumo no restaurante e as vendas externas. O cultivo do tomate gera também a produção do tomate seco, produto de excelente aceitação dentro e fora do município.

Destaca ainda, que o Restaurante Fazenda Saúde é a atividade que sustenta o agroturismo na fazenda, além de trazer a estabilidade de uma receita fixa. O espaço é administrado por ele e seus irmãos Reginaldo e Leomar Caliman, este último, formado em Agronomia, e, que com essa formação contribui muito para a melhor dinâmica agrária da propriedade. Contam também com mais dois funcionários assalariados fixos e um extra, ou seja, um funcionário que trabalha apenas quando solicitado, geralmente nos períodos de maior fluxo. Os proprietários consideram boas as expectativas tanto quanto à produção agrícola, quanto aos rumos do agroturismo na região. O Sr. Anicelcio Caliman conclui dizendo que “[...] acredito que é a boa a relação que existe entre as propriedades envolvidas com o fenômeno do agroturismo, isso contribui para o sucesso deste empreendimento no município”.

FIGURA VI
FAZENDA CALIMAN
Entrada do Restaurante Fazenda Saúde



Fonte: Acervo do autor (2014).

Seguindo pelo Alto Tapera, próximo a Fazenda Caliman, visitamos o Sítio Boa Vista, também conhecido como Sítio e Adega Tonole, onde moram os irmãos Agnaldo e Onécio Tonole e, suas respectivas famílias. Fomos recebidos pela esposa do Sr. Agnaldo, a Sra. Fátima Tonole⁹¹, que nos concedeu a entrevista. Ela informa que a propriedade foi adquirida pela família Tonole em 1974 através da compra direta, e nela além dos dos proprietários, moram mais duas famílias que juntas somam doze pessoas, dessas, sete pertencem ao grupo familiar Tonole. O trabalho na propriedade ainda conta com mais sete pessoas que trabalham como meeiros na lavoura de café e, que não moram no sítio. A atividade inicial da propriedade foi o café, mas também havia o cultivo de milho, feijão e mandioca.

A Sra. Fátima Tonole informou que na propriedade ainda há o cultivo do café, assim como plantam abacate, mexerica poncã e produzem fermentados (vinho) de jabuticaba, mas a principal e mais rentável atividade agrícola é o cultivo das uvas Bordô, Isabel e Niágara Rosada, para o consumo in natura e para produção de derivados como sucos, geléias e vinhos. A propriedade possui uma adega bem equipada “Adega Tonole“. Assim como a maioria das propriedades visitadas, o Sítio e Adega Tonole está inserido na categoria das pequenas propriedades de mão de obra familiar que, no contexto das articulações do agroturismo, é aberto a visitas, com visitas as videiras e a degustação de vinho e demais produtos.

FIGURA VII. 1
SÍTIO BOA VISTA - SÍTIO E ADEGA TONOLE
Tonel de vinho decorativo



Fonte: Acervo do autor (2014).

⁹¹ Entrevista de História Oral com a Sra Fátima Tonole realizada na propriedade da família Tonole, Sítio Boa Vista, no dia 11 de abril de 2014.

FIGURA VII. 2
SÍTIO BOA VISTA - SÍTIO E ADEGA TONOLE
Garrafas de vinhos



Fonte: Acervo do autor (2014).

A Sra. Fátima Tonole não soube precisar sobre os impactos da crise cafeeira dos anos de 1960, uma vez que a propriedade foi adquirida em fase posterior a crise, já no início da década de 1970.

A propriedade se estruturou na produção cafeeira, intercalada com outras culturas que geravam uma produção doméstica, voltada com maior peso para o consumo familiar, uma vez que a atividade principal era a agricultura do café. Sobre o agroturismo, as atividades neste novo setor se iniciaram em 1996 com base inicial em recursos próprios, somente dez anos depois é que foi preciso solicitar, junto ao Banco do Brasil, financiamento do PRONAF, para investimentos na estruturação tecnológica do processo de produção dos vinhos. Recursos que contribuíram para uma dinâmica produtiva mais moderna, na busca de uma maior qualidade dos vinhos.

A propriedade deu início às atividades do agroturismo através da AGROTUR, sendo que além da permanência dessa parceria, também existe vínculo com a Associação de Vitivinicultores e

com o SEBRAE, que inclusive ajudou na intercomunicação com outras vinícolas brasileiras, principalmente aquelas da região de Bento Gonçalves no sul do Brasil. Fato que faz diferença neste setor produtivo, principalmente pela troca de conhecimento e o aprendizado de tecnologias e de melhores condições de preservação da qualidade dos vinhos.

A propriedade mantém um movimento dinâmico aliado ao agroturismo local, com integração com os demais proprietários envolvidas neste setor. Esse dinamismo e as boas relações predominantes neste círculo de produtores constituem para a família Tonole, razões que fortalecem e incentivam o otimismo quanto às possibilidades futuras do agroturismo local.

Também estão fundamentadas nestas razões, os fatores que leva adiante a propriedade rural da família Lorenção, próxima ao núcleo central da sede do município, “Sítio Lorenção”, localizado na comunidade Tapera.

O Sítio Lorenção pertence ao casal Máximo Lorenção e Cacilda Caliman, e nesta propriedade conversamos como o Sr. Máximo Lorenção⁹², que nos concedeu as informações da pesquisa. Iniciou explicando a origem familiar da propriedade que foi adquirida em 1907 por seu pai o Sr. Lorenzo Lorenção, que ali desenvolveu a agricultura familiar assentada na produção cafeeira, aliada a outros produtos agrícolas para consumo doméstico, como para comercialização em mercados e feiras. Assim ele conta

[...] ainda em 1923 minha família conseguiu instalar na propriedade uma usina elétrica movida à força hidráulica, a família Altoé já possuía uma dessas usinas na propriedade deles, e também, em 1938 meu pai comprou um rádio, motivo de alegria para toda a família e vizinhança. Tivemos também durante muito tempo uma banca de verduras no mercado da Vila Rubim no centro de Vitória, um mercado que foi muito importante, onde a gente vendia tomate, batata, alho, cenoura e outros produtos.

E segue dizendo

[...] A propriedade teve sua última divisão familiar em 1966, após sucessivas divisões e eu herdei os 37 ha de terra, onde pude construir minha vida com minha família e onde vivo até hoje juntamente com mais quatorze pessoas da família, sempre trabalhando nas atividades da agricultura, e agora temos o agroturismo em andamento.

⁹² Entrevista de História Oral com a Sr Máximo Lorenção realizada na propriedade da família Lorenção, Sítio Lorenção, no dia 11 de abril de 2014.

Ele se reporta a tempos passados com lembranças felizes, mas permeadas também de recordações das dificuldades enfrentadas pela família Lorenção nos primeiros anos de convívio na comunidade de Venda Nova do Imigrante, tempos de trabalho muito pesado,

[...] inclusive porque também não tinha nenhum local para comprar bens de consumo. Minha mãe enviava pelo senhor Perim produtos como café, ovos e feijão para serem revendidos em outras praças, geralmente em Araguaia, e ele retornava com querosene, tecidos, sal e calçados. Certa vez, minha mãe teve que dispensar 22 sacos de milho em troca de dois pares de sapatão, era assim que meu pai falava dos sapatos que a gente usava na roça.

Relembra que tudo era muito difícil, mas a vida seguia em harmonia e todos trabalhavam com o objetivo de melhores dias, sempre unidos no trabalho familiar e mantendo os costumes da tradição italiana da família.

As perspectivas de melhoras em função do trabalho e da união familiar passam às gerações na família do Lorenção. O jovem Bernardo Lorenção, que teve uma participação nesta pesquisa, deixou muito clara essa tendência. Ele abandonou o curso de Química na Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, para fazer um curso voltado ao agroturismo. Fez o curso de Técnico em Agroindústria, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo/IFES de Venda Nova do Imigrante. Bernardo compõe este núcleo familiar que vive dos trabalhos desenvolvidos na propriedade dos Lorenção.

Bernardo Lorenção explica um pouco da dinâmica que prevalece na propriedade neste tempo do agroturismo

[...] ainda é mantida a produção de café com base na mão de obra familiar na propriedade, mas também é utilizada a mão de obra de colonos que trabalham em regime de parceria. No início das atividades do agroturismo o sítio contava com a mão de obra de quatro familiares, com o crescimento das atividades foi possível proporcionar trabalho para um grupo maior de pessoas, pois neste início de 2014 todos os quinze familiares, ou seja, as quatro famílias que residem no sítio estão diretamente envolvidas no agroturismo, além da contratação de mais três funcionários assalariados que vivem fora da propriedade.

Não foi possível um aprofundamento sobre as atividades de cada membro da família em particular, mas cabe notar que alguns desses familiares envolvidos no agroturismo do Sítio Lorenção também exercem atividades remunerados fora da propriedade, caracterizando a pluriatividade nas formas de trabalho, quando membros das famílias das unidades rurais passam a dedicar a atividades não-agrícolas fora da propriedade rural.

Sobre os desdobramentos da política de erradicação dos cafezais, o Sr. Máximo Lorenção nos informou que tal prática foi efetuada em suas terras, ressaltando que

[...] existia um número limite aceito pelos órgãos governamentais para indenização, geralmente dois mil pés por hectare. Tal controle era efetuado na própria lavoura, pois vinham técnicos responsáveis pela medição e contagem da área a ser erradicada. Foi a insegurança em relação às constantes crises da cafeicultura que levou minha família a buscar alternativas de renda. Com o surgimento do agroturismo, conseguimos a realização de um sonho antigo, poder tirar os filhos do cabo da enxada.

O jovem Bernardo relata que o Sítio Lorenção foi à segunda propriedade a ser aberta ao público com vistas ao agroturismo e, que as atividades do agroturismo tiveram início por volta do ano de 1994, com a tia Cacilda aproveitando o conhecimento da fabricação do socol, que lhe foi transmitido pela sua avó

[...] sendo que o processo inicial de fabricação dos produtos era todo feito à moda antiga, na fabricação do socol era utilizada a carne de porcos criados dentro do próprio sítio, prática proibida pela legislação vigente. Além do socol produzimos e vendemos na propriedade doze tipos de produtos dentre os antepastos (palmito com bacalhau, berinjala, manjerição, abobrinha com peperone, etc.), tomate seco e outros produtos, é uma produção muito considerável neste setor, inclusive porque temos uma grande preocupação com o padrão de qualidade e, também com o atendimento ao receber os turistas e demais clientes que chegam a nossa propriedade. Porque também oferecemos a oportunidade de degustação de nossos produtos, aqui no nosso núcleo de produção.

Nosso entrevistado ainda salienta que

[...] os produtores do socol formaram em 2013 com o apoio do SEBRAE, a Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante - ASSOCOL, uma união na tentativa de criar um selo de Identidade Geográfica - IG para o produto, que é uma das grandes referências no agroturismo daqui e muito procurado. O selo vai servir para realçar as qualidades particulares do socol, dar maior controle na fabricação e atestar a definição geográfica do produto.

FIGURA VIII
SÍTIO LORENÇÃO
Lojinha da propriedade



Fonte: Acervo do autor (2014).

Uma grande vantagem encontrada em nossa pesquisa de campo foi que devido ao fato de serem sítios familiares, quase sempre foi possível ter mais de um membro da família durante as entrevistas, encontros esses, geralmente com diferentes gerações presentes, o que facilitou e enriqueceu o nosso trabalho. No Sítio Lorenção, por exemplo, tivemos a felicidade de termos longa conversa com os proprietários e com seu neto Bernardo, que estava organizando peças de socol para serem vendidas. Notamos em suas falas, grande entusiasmo quanto ao agroturismo e com o associativismo entre as propriedades envolvidas na atividade, segundo eles o agroturismo foi capaz de proporcionar a toda a família tanto uma melhoria na qualidade de vida, quanto à ruptura com a antiga dependência da cafeicultura.

Esse rompimento da dependência da economia cafeeira também foi observado no Recanto do Tio Vé, localizado no Alto Bananeira, próximo a sede do município de Venda nova do Imigrante, de propriedade do Sr. Alvécio Falqueto⁹³. A propriedade do Sr. Alvécio, conhecida como Recanto do Tio Vé, pertence à família Falqueto desde 1905. Sendo o Sr. Alvécio Falqueto, dono de uma parcela equivalente a 4,5 ha que adquiriu por herança, nela ele vive

⁹³ O Sr. Alvécio Falqueto é sobrinho da Sra. Cacilda Caliman Lorenção do Sítio Lorenção, conhecida como Tia Cacilda, irmã de sua mãe.

com sua esposa e um casal de filhos, sendo que o filho homem está na Universidade Federal do Espírito Santo cursando Agronomia, na unidade universitária da UFES no campus localizado na cidade de Alegre. Fomos recebidos Sr. Alvécio Falqueto, comumente chamado de Tio Vé, e por sua filha Thaís Zambão Falqueto⁹⁴, esses nos receberam em um salão da propriedade destinado aos turistas, com uma lojinha anexa.

De acordo com o Sr. Alvécio, na propriedade a família trabalha com a produção do socol, que o mesmo afirma ter aprendido a fazer com a sua mãe, também se dedicam ao plantio de café, abacate, milho, frutas e hortaliças, essas três últimas, voltadas mais para o consumo familiar. Desenvolvem também uma produção caseira de pães, roscas, bolos e biscoitos, esses produtos são vendidos aos turistas que visitam a propriedade. Thaís Zambão Falqueto destaca que apenas os membros familiares trabalham nas atividades desenvolvidas no local.

O agroturismo foi uma opção adotada pela família em 2009, incentivados pelas próprias possibilidades deste negócio, que abriam caminhos para uma menor dependência financeira do trabalho na roça.

A cafeicultura e o plantio do abacate são as principais atividades agrícolas do sítio, voltadas para o mercado e, o Sr. Alvécio diz não ter havido, na década de 1960, erradicação de café na propriedade. Mesmo com os impactos da crise cafeeira na época, seguiram com esse tipo de plantação, mas foi preciso pensar em diversificar a produção e modernizar a propriedade para sair da dependência do café. No início do agroturismo se inscreveram para participar da feira na comunidade de Venda Nova do Imigrante com a produção de hortaliças. Entretanto, diz o Sr. Elvécio

[...] para a gente se organizar neste negócio, foi preciso solicitar financiamento ao SICOOB em parceria com o BANDES⁹⁵. Com o financiamento conseguimos criar uma estrutura mínima para receber os turistas e apresentar nossos produtos caseiros. Fizemos uma cozinha nova, mais apropriada para a produção de doces, pães e biscoitos caseiros e uma lojinha para apresentar nossos produtos. Também fizemos um empréstimo de dez anos para a compra de uma máquina despolpadeira de café, que modernizou o trabalho na produção cafeeira, e estamos associados à PRONOVA, a AGROTUR e a ASSOCOL⁹⁶.

⁹⁴ Entrevista de História Oral com o Sr. Elvécio Falqueto e sua filha Thaís Zambão Falqueto, realizada na propriedade da família Falqueto, Recanto do tio Vé, no dia 14 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

⁹⁵ BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

⁹⁶ O Sr. Elvécio Falqueto é presidente da ASSOCOL - Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante desde o ano de 2013.

Thaís Z. Falqueto nos falou que o espaço edificado para dar suporte ao movimento do agroturismo, foi construído por seu pai, em conjunto com a família, em 2012, uma ampla estrutura de madeira elevada sobre um acentuado declive que proporciona uma das mais belas vistas de Venda Nova do Imigrante, do Monte Forno Grande e da Pedra Azul. Todos ficam encantados com a vista daqui.

A família demonstra muito otimismo em relação ao movimento do agroturismo, ressaltando que prevalece uma boa interação entre as propriedades envolvidas neste setor. Thaís Z. Falqueto ressalva como exemplo a Festa do Socol “[...] é uma festa que ocorre todos os anos no mês de maio e congrega os produtores em um clima muito animado e acolhedor, e chama a atenção de muita gente, tem muita repercussão dentro e fora do município, tem muita coisa típica daqui, muito socol e outros atrativos também”. A Festa do Socol acontece na comunidade de Alto Bananeiras, localizada a três quilômetros da sede de Venda Nova do Imigrante.

FIGURA IX. 1
FESTA DO SOCOL



Fonte: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante. www.vendanova.es.gov.br

A família Falqueto, destaca que o aprendizado no preparo do socol, vem dos antepassados e perpassa gerações, aprendem desde criança, crescem vendo que, uma parte da carne dos porcos abatidos ficava separada para fazer o tradicional socol, que junto com o queijo, o vinho e polenta não faltavam na mesa de nenhuma família.

FIGURA IX. 2
RECANTO DO TIO VÉ
Espaço destinado aos turistas



Fonte: Acervo do autor (2014).

Mesmo com as boas perspectivas do agroturismo, a família Falqueto tece algumas considerações em relação às altas taxas cobradas pelos órgãos públicos todas às vezes que precisam renovar alguma licença, ou quando solicitada alguma consultoria em órgãos como o SEBRAE. Também lembraram a necessidade de melhorar o acesso à localidade de Alto Bananeiras, que tem um movimento muito grande de caminhões e não oferece boas condições de trânsito.

No rumo de nossa pesquisa, foi possível presenciar a observação acima quando visitamos a propriedade do Sr. Alvécio Falqueto e ao Sítio Beira Rio, próximo Recanto do Tio Vé⁹⁷.

O Sítio Beira Rio, também denominado Agroindústria Bella Vista é uma propriedade de 23 ha que a quatro gerações pertence à família do Sr. Vânio Cleto Falqueto. Como a grande maioria dos sítios voltados para o agroturismo no município pesquisado, este, também teve sua origem na unidade familiar estruturada na produção de café, aliando outras culturas para o consumo doméstico.

Neste sítio, o Sr. Vânio Cleto Falqueto vive com a família, sua esposa Sra Elza Rosa Falqueto e o filho Evandro Rosa Falqueto⁹⁸, que nos recebeu enquanto a sua mãe se concentrava na cozinha com a fabricação de massas. O Sr. Evandro nos informou que a propriedade está voltada para as atividades do agroturismo, iniciada após um longo tempo dedicado a cultura do café, plantação de feijão, do milho e a pecuária, esta última, voltada a produção e a venda de leite para as famílias vizinhas, sendo que sua distribuição era efetuada pelas crianças quando iam para a escola.

Quanto aos impactos da política de erradicação cafeeira na década de 1960, Sr. Evandro diz “[...] sofremos com a erradicação, mas nossa família foi sim indenizada, mas essa indenização foi pequena. Essa indenização não deu para grandes coisas em termos de diversificação”.

No caso, constatamos a manutenção da cultura cafeeira, com uma produção razoável para o mercado, que foi recuperada tempos depois da erradicação. O sítio mantém o café como a principal fonte de renda, seguido do abacate e da expansão da cultura de hortaliças voltada para o comércio em feiras.

As atividades do agroturismo foram iniciadas em 2001, o Sr. Evandro lembrou de seu padrinho Leonardo Falqueto que tempos antes era encarregado de uma pedreira próxima à casa de seus pais

⁹⁷ No trajeto entre propriedades do Sr. Benjamim Falqueto, Recanto do Tio Vé e Sítio Beira Rio, tivemos a oportunidade de presenciar as condições do acesso e o grande fluxo de caminhões descendo em direção a outras cidades carregados de enormes pedras de granito, inclusive com pedras caídas na estrada, o que, de acordo com nossos entrevistados, causam insegurança.

⁹⁸ Entrevista de História Oral com o Sra Elza Rosa Falqueto e Sr. Evandro Rosa Falqueto, realizada na propriedade da família Falqueto, Sítio Beira Rio, no dia 14 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

[...] meu tio costumava trazer no final da tarde os funcionários para tomar um café por aqui e meu pai sempre oferecia alguma coisa mais, um pedaço de embutido ou de socol feitos por minha mãe, e eles gostavam muito e sempre queriam levar alguma coisa para casa [...] a ideia vingou com esse início que acontecia aqui em casa.

A produção caseira de embutidos, doces e massas sempre foi dedicação da Sr. Elza Rosa Falqueto, naturalmente como uma tradição de família, como todas as mulheres faziam, em princípio somente para o consumo doméstico.

Com a participação no agroturismo, essa produção aumentou e passou a fazer parte deste processo. A família Falqueto também já participava de uma feira livre na cidade de Vitória vendendo produtos como o abacate, feijão, os macarrões e outros produtos caseiros fabricados na propriedade. A produção e a venda do abacate são efetuadas pela família, tendo por destino a Ceasa (Centro de Abastecimento do Espírito Santo) no município de Cariacica e a cidade do Rio de Janeiro, mas dependem de atravessadores para levarem esse produto.

Neste sítio, o café ainda representa a principal atividade econômica geradora da renda familiar, mas está aliada a produção do abacate e dos produtos caseiros como as massas e o socol respectivamente. O macarrão produzido no sítio da família é fornecido para a merenda escolar das escolas municipais de Venda Nova do Imigrante através da Cooperativa de Merenda Escolar, num convênio do governo do estado com a prefeitura local, de acordo com o Sr. Evandro, as verbas são repassadas pelo estado e os pagamentos são efetuados pela prefeitura.

A família Falqueto mantém vínculo com as principais associações envolvidas com as pequenas propriedades de mão de obra familiar, com destaque para a AGROTUR, PRONOVA, Cooperativa de Merenda Escolar e ASSOCOL. Teceram elogios quanto aos rumos do agroturismo, mas também ressaltam os excessos de registros exigidos pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF e pela Vigilância Sanitária, também fazem observações do alto valor cobrado pelo SEBRAE para a elaboração de um projeto para a criação de uma pousada para receberem turistas no Sítio Bella Vista.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos produtores o Sr. Evandro afirma que

Buscamos superar as dificuldades e estamos incluídos no agroturismo, isso trouxe uma melhora considerável na qualidade de vida de nossa família e melhorou muito nossas condições de trabalho aqui na propriedade. Existe também um forte espírito de cooperação entre as famílias locais e, essa mesma energia é encontrada todas as vezes que aparece alguma necessidade de união. Existe uma grande cooperação da associação comunitária pela busca do selo de Identificação Geográfica do socol e, temos também um forte voluntariado na época das festas regionais, principalmente na festa do socol e a festa da polenta⁹⁹.

A festa da polenta ocorre todo ano no mês de outubro ressaltando as tradições culturais e gastronômicas dos descendentes dos italianos locais. Uma festa que, juntamente com a Festa do Socol, simbolizam o fortalecimento dos valores e a identidade coletiva da cultura italiana.

FIGURA X.1
FESTA DA POLENTA EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES



Fonte: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante. www.vendanova.es.gov.br

⁹⁹ Para um maior conhecimento da Festa do Socol e da Polenta no município de Venda Nova do Imigrante veja: www.vendanova.es.gov.br.

FIGURA X. 1 e X. 2
FESTA DA POLENTA EM VENDA VONA DO IMIGRANTE - ES



Fonte: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante. www.vendanova.es.gov.br



Fonte: Prefeitura de Venda Nova do Imigrante. www.vendanova.es.gov.br

As articulações produtivas que movimentam o agroturismo no Município de Venda Nova do Imigrante são muito amplas, ultrapassaram os limites do município, atingindo outras dimensões fora do estado do Espírito Santo. Dentre os produtos caseiros voltados para agroturismo, levantados em nossa pesquisa, destacamos: o Socol (embutido bem condimentado) de carne de porco, e uma diversidade de licores, queijos, geléias e compotas de frutas, também nesta linha consta doces de frutas (cristalizados, cremosos e goiabada cascão) antepastos, biscoitos, pães, bolos e massas (macarrão) além do tomate seco, vinhos, incluindo os de jabuticaba, cachaça, café, fubá de moinho de pedra e artesanato em geral. O

complexo gastronômico está aliado também a atividades de lazer, com visitas às propriedades com degustação dos produtos.

Esse novo universo socioeconômico do município foi norteado pelas formas expressas na tradição cultural da produção familiar que foram adaptadas ao contexto social local. Todas as propriedades visitadas apresentam as marcas desta tradição, e seus proprietários ao se incluírem na dinâmica do agroturismo, encontram uma alternativa de diversificar e modernizar a produção em suas pequenas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragilidade das estruturas do setor agrário-exportador e a vulnerabilidade da monocultura do café, vivenciada pela economia brasileira acarretaram ao longo de sua trajetória contínuas crises, essas, tanto de produção quanto de mercado, o que obrigou aos sucessivos governos a adotarem políticas intervencionistas de defesa do produto e aos pequenos proprietários buscarem novas alternativas para a manutenção das propriedades e a permanência dos mesmos no campo. A crise na economia mundial de 1929 trouxe sérios impactos sobre a economia brasileira, desestruturando o tradicional modelo hegemônico da monocultura do café, até então fator determinante na política econômica do país. A nova estrutura econômica montada a partir da década de 1930, com vistas ao modelo industrial, deslocou o antigo eixo dinâmico da economia nacional de base agrário-exportadora, para o novo modelo urbano industrial. A partir de então surge uma nova elite com os olhos voltados para o mercado interno, a industrialização se intensifica, o comércio se fortalece e há o aparecimento do Estado e da indústria como setores produtivos de renda nacional.

No mear do século XX o desenvolvimento industrial se viu às portas da falta de infraestrutura, surgiu então o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que visava modernizar o país com a instalação de um parque industrial em um curto espaço de tempo. Dentro dessa lógica, o Espírito Santo, de agricultura familiar e monocultor cafeeiro, passou a ser inserido em alguns projetos industriais elaborados pelo Governo, iniciando um processo de integração econômica do estado capixaba ao projeto econômico do país. Após o Golpe Militar de 1964, teve início no Brasil uma nova divisão de trabalho, onde o sistema produtivo passou a ser articulado internacionalmente, determinado pela intensa utilização de mão de obra barata. Dentro desse cenário a economia agrária ficou relegada ao segundo plano, tendo ocorrido sucessivas transferências de renda do setor, principalmente cafeeiro, para as indústrias.

O Espírito Santo ampliou sua área cultivada com café até o início dos anos de 1960, mas como o produto vinha apresentando, no Brasil e em outros países, alta de produção desde 1955, veio à queda de preços e a instabilidade. No novo modelo de modernização agrícola e industrialização, pautado na integração dos setores agrários e industriais, o antigo modelo de queima dos estoques excedentes de café não encontravam sustentação, logo a solução encontrada foi à busca pelo planejamento da produção, portanto foi criado o Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura - GERCA, que propôs a erradicação dos cafezais

improdutivos. Essa política desequilibrou profundamente a estrutura socioeconômica do Espírito Santo, alterando a sua base produtiva e jogando-o numa profunda crise social, com a favelização dos seus centros urbanos e acentuação do êxodo rural.

Na perspectiva destas questões abordamos a modernização da agricultura com base de estudos nas mudanças ocorridas na estrutura econômica do estado do Espírito Santo a partir dos anos de 1960, com foco de análise no município de Venda Nova do Imigrante. Atendendo aos eixos de nossa pesquisa e na busca da identificação de nossos objetivos, desenvolvemos uma pesquisa de campo, pelo viés da pesquisa de História Oral como fonte, e por esse caminho metodológico reconstruindo nosso objeto pelo viés da vivência e do conhecimento dos fatos, expressas por nossos entrevistados, que se constituiu em uma grande interface com o debate teórico e conceitual que permeou o desenvolvimento do trabalho.

Com a pesquisa realizada em 10 (dez) propriedades voltadas para a dinâmica do agroturismo local, tecemos algumas considerações pertinentes aos resultados de nosso trabalho. Foi possível verificar que grande parte das propriedades tiveram suas atividades iniciais baseadas na cafeicultura e, apesar do Espírito Santo ter sido o estado brasileiro que mais erradicou pés de cafés, em Venda Nova do Imigrante esta crise não trouxe, no caso das famílias visitadas, a desestruturação do núcleo familiar, pois conforme relatos, sempre foi um costume das famílias locais, descendentes de italianos, o desenvolvimento de outras culturas paralelas ao café, como meio de abastecimento doméstico, que geravam, inclusive excedentes para comercializar em feiras. Isso, aliado a criação de alguns animais geradores de carne e leite, que abasteciam a propriedade de carne e seus derivados, como também leite e seus derivados. Esse costume adotado pelas famílias visitadas, associado ao espírito altruísta, comunitário, com forte religiosidade, é que possibilitou nos anos finais da década de 1980 o surgimento do agroturismo, no sentido da prática de modernização do campo, tendo como eixo determinante a busca pela diversificação econômica, superando os entraves que inviabilizavam os avanços da agricultura local na direção de um modelo mais moderno e mais produtivo.

Esses fatos, aliados aos princípios da tradicional cultura italiana e os estímulos promotores da incorporação desses princípios a uma nova dinâmica econômica, abrindo horizontes para os produtos caseiros, até então voltados para o consumo das famílias, com novos valores e novos nichos de mercados, foi que alavancou a dinâmica do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Dinâmica que mudou o perfil do município e das antigas famílias com tradição na

agricultura cafeeira desenvolvida em unidades familiares, contribuindo para a manutenção e o dinamismo das propriedades, como também para uma relevante melhora da qualidade de vida dos atores envolvidos.

Ao longo de nossa pesquisa de campo, foi possível constatar a ativa participação da mulher no agroturismo, em todas as propriedades visitadas, ficou claro na fala dos nossos interlocutores que a participação das mulheres da família (mãe, esposa e filhas) foi decisiva na busca pelo agroturismo. Às mulheres coube não somente a tarefa de resgatar a arte culinária de suas cozinhas, como trazê-la para o universo comercial. Ainda, por vezes, foram elas que por sua conta e risco, deram início a atividade, geralmente tendo que enfrentar as opiniões contrárias de seus maridos e mesmo de outros atores masculinos da família. Ouvimos relatos de esposas que ao enviarem seus filhos para a escola, lhes incumbiam de levar algum produto feito nas rústicas cozinhas rurais para ser entregue a determinadas famílias, produtos como biscoitos, bolos, massas, socol ou mesmo artesanatos feitos em velhas máquinas de costura após a labuta diária da roça e dos afazeres domésticos. Essas mulheres buscaram assegurar para a família novas oportunidades, poder proporcionar aos filhos à possibilidade de frequentar a escola, e isso o descendente de italiano de Venda Nova do Imigrante faz questão de ressaltar, a constante busca de escolarização dos filhos.

Ouvimos mulheres como Tia Cacilda, orgulhosa de ter tirado os filhos do cabo da enxada; mulheres como Dona Ana Brioschi, que se associou por conta própria à AGROTUR e que, diante da incredulidade do marido e do filho que acabaram de voltar do trabalho, buscou forças para continuar fazendo seus maravilhosos quitutes e; mulheres como Dona Iria Busato, que segundo suas filhas Carmem e Márcia, foi a primeira a conseguir um financiamento do PRONAF MULHER no município. Também abrimos espaço para falarmos de tia Cila, uma grande referência no agroturismo local, pela sua luta em prol deste empreendimento, como também pela sua trajetória pessoal de vida. Entrementes, ressaltamos a participação das mais jovens, como Priscila Brioschi, em seu frequente corre-corre atrás de documentações e papéis exigidos pelas várias legislações existentes, mas sempre ao lado de sua avó e da mãe na lojinha da família e; Thaís Zambão Falqueto, que em conjunto com seus pais tem enfrentado os altos custos dos certificados que tanto precisam, mas que continua a fazer maravilhosos pães e ajudando seu pai na produção do famoso socol. Ressalto aqui, as mulheres que mudaram e continuam mudando os rumos de suas vidas pelo viés do trabalho apoiado nas

tradições familiares e, com isso mudam também os rumos dos homens de suas respectivas famílias.

Apesar de nossa pesquisa não ser voltada para o universo feminino, e sim para o fenômeno do agroturismo, foi impossível não perceber o papel das mulheres nesta atividade, sendo que por muito tempo a presença feminina no campo ficou obscura, considerada de menor valor, secundária às atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens, porém tivemos a oportunidade de observar que em muitas propriedades, são elas que comandam o andamento dos negócios, ganhando destaque no mundo do trabalho de tradicional domínio masculino.

Observamos também em nossa pesquisa, uma elevação no grau de escolaridade dos filhos e filhas das famílias visitadas, sendo comum encontrar entre as terceiras e quartas gerações dos primeiros moradores de Venda Nova do Imigrante, homens e mulheres com cursos universitários, que saíram da cidade para estudar e voltaram formados, permanecendo no município e, trabalhando nos negócios da família. Outros, que não saíram do município, mas desenvolvem seus estudos nas instituições locais, tanto de ensino técnico, quanto superior, em faculdades privadas, seja na Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI), ou em outras em municípios mais próximos.

O agroturismo em Venda Nova do Imigrante vive um momento onde é possível perceber a necessidade de um novo modelo a ser pensado tanto pelo poder público, quanto pelos proprietários, onde práticas e leis se harmonizem para a manutenção de um processo mais dinâmico e com menos burocracia, onde a qualidade do produto seja garantida sem que se perca a característica artesanal, o jeito de roça, que é o atrativo principal do agroturismo.

Quanto ao café constatamos sua presença em todas as propriedades visitadas, mesmo com os altos e baixos da cafeicultura, o produto continua sendo uma fonte de renda indispensável e ainda não substituída por nenhuma outra cultura, nem mesmo pelo agroturismo. Algumas propriedades mantêm uma relação de menor dependência com a produção do que outras, mas todas afirmam ter na economia cafeeira uma importante fonte de renda. Principalmente depois que passaram a ter acesso a uma tecnologia mais moderna voltada para a produção do café.

Observamos o entrelace das tradições familiares em relação aos casamentos e partilha de heranças implicando a terra. As mulheres não herdavam terras porque as mesmas eram

herança dos filhos homens. Mas por outro lado, elas se casavam com aquele que estava herdando a terra de outra pequena propriedade, terras estas, que naturalmente iriam para os descendentes homens desta nova família que se formava. Essa tradição muito contribuiu para a multiplicação da pequena propriedade familiar no Espírito Santo.

Podemos concluir, dizendo que o mundo rural no município de Venda Nova do Imigrante foi recriado pelo viés das tradições locais que deram forma ao agroturismo, que tem como referência maior as pequenas propriedades e suas tradições familiares. Os esforços coletivos comunitários se constituíram na grande base deste processo, que também se apoiou em muita vontade política implementada no próprio município. O circuito do agroturismo no município ainda tem muito para crescer neste contexto da modernidade globalizada que atinge não apenas os grandes setores, seus paradigmas atingem os setores produtivos em sua totalidade. Esperamos com o nosso trabalho, além da contribuição para a historiografia regional, despertar novas frentes de pesquisa nesta área de estudos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15 abr. 2001 – p. A3.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. República em Migalhas. **História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino, Itália: Fondazione Giovanni Agnelli, Vol.II. 1990.

BERGAMIM, Márcia Cristina. Trajetória da agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, crise e recomposição.. In: JÚNIOR, Carlos Teixeira de Campos (Org.). **Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes**. Vitória: IHGES, 2006.

_____. **Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/dissertacoes/MarciaBergamim.pdf>. Acesso: 19-12-2012.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Catedra, 1987.

_____. **Estudos históricos do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2006.

_____. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória, 2006.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira_2/propagacao.htm>. Acesso: 18-02-2014.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - EMBRAPA. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g798rt3o0wx5ok0wtedt3n5ubswf.html>. Acesso: 19-03-2014.

BRASIL. Ministério do Interior. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, 1967, 2ª edição. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>. Acesso: 07-01-2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf>. Acesso: 20-02-2014.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretária de Informações. **DECRETO N. 3784** – de 19 de janeiro de 1867. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58880&norma=74736>>. Acesso: 28-01-2014.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**, Petrópolis: Vozes, 1988.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização do Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

CAÇADOR, Sávio Bertochi ; GRASSI, Robson Antonio. A Evolução Recente da Economia do Espírito Santo: Um Estado Desenvolvido e Periférico? In. FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro; ARTHMAR, Rogério (Org). **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo.** v.1 Vitória: PPGECO/CORECON-ES, 2011. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-acbb55ede8d55d858feb624d6b49f0d.pdf>>. Acesso: 18-12-2013.

CALATRAVA, Javier; SAVADI, Samir. **Agroturismo y desarrollo rural:** situacion actual, potencial y estrategias en zonas de montaña del sureste español. Cuadernos de Turismo n7, 2001 p.131-157. Disponível em: <<http://revistas.um.es/turismo/article/view/22091/21381>>. Acesso: 19-12-2013.

CALIMAN, Orlando. **Formação Econômica do Espírito Santo:** de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. v.1 n.2 mai./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.rigs.ufba.br/index.php?id=2012-2-1>>. Acesso: 07-01-2014.

_____. **Políticas de desenvolvimento no Espírito Santo.** Texto da palestra proferida no IPES, na comemoração dos 25 anos do IJSN, em novembro de 2001 – Disponível em: <<http://www.es-acao.org.br/midias/doc/449.doc>>. Acesso: 03-03-2014.

CAMPOS, Marcio D'Olne. **Marcas de oriundi na produção, nos hábitos alimentares e no agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES, Brasil).** UNIRIO e MAST/MCT. s/d. p 1 a 12. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2027/ABA_RBA26_GT27_Marcas_ORIUNDI_VNI_vPS.pdf>. Acesso: 18-02-2014.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural.** Revista Turismo em Análise. v.21 n.1 abril de 2010 Disponível em: <<http://turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/69>>. Acesso: 18-12-2013

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica IN: SCHNEIDER, Sérgio (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. **O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira**. Geografia. Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10191/8990>>. Acesso: 18-12-2013

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luís. E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

CELIM, José Lazaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS, Porto Alegre, 1984.

CHARTIER, Roger. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COLBARI, Antonia. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia (Org). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

COSME, José Carlos. **Uma inovação tecnológica na agricultura capixaba: a introdução do café conillon (*coffea canephora*) e sua reprodução vegetativa via mudas clonais**. Dissertação (Mestrado) UFES – Departamento de Economia, 1998.

COSTA, Luciana Osório. **A Colônia de Rio Novo (1854/1880)**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, [s.n.], 1981.

DADALTO, Maria C. **Os rastros da diversidade da identidade capixaba**. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74. Disponível em: <<https://www.google.com.br/>>

gws_rd=cr&ei=3PIUsitBpOMkAfW14C4Bw#q=DADALTO.+Maria+C.+Os+rastros+da+diversidade>. Acesso: 08-01-2014.

DAHER, F. A.; TRISTÃO, S. G. Mercado e comercialização do café conilon. In: FERRÃO et. al. **Café Conilon**. Vitória, ES: INCAPER, 2007.

DIÉGUEZ-CASTRILLÓN, Maria Isabel; GUEIMONDE-CANTO, Ana; SINDE-CANTORNA, Ana I. **Turismo rural como estrategia de diversificación: factores determinantes y resultados en Galicia**. Cuadernos de Gestión v.. 9. n. 2 (Año 2009), p. 31-54. Universidad de Vigo. Disponível em: <<http://www.ehu.es/cuadernosdegestion/documentos/922.pdf>>. Acesso em: 9-12-2013.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. A expansão da periferia por conjuntos habitacionais na região da Grande Vitória. 1964-1986. Vitória: Grafitusa, 2010.

FASSARELLA, Roberto Amadeu; REGO, Milena Araujo. A estrutura fundiária do Espírito Santo de 1970 a 2006. In: Ferrari, Marcos Adolfo Ribeiro; ARTHMAR, Rogério (Org). **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo**. v.1 Vitória: PPGeco/CORECON-ES, 2011. Disponível em: <[http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/novasleiturasobreaeconomiadoes\(final\).pdfa](http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/novasleiturasobreaeconomiadoes(final).pdfa)>. Acesso: 05-03-2014.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos Ceru/ USP, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2002. Disponível em: <<file:///D:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/207-530-1-PB.pdf>>. Acesso: 16-12-2013.

FILHO, Armando Androcioli. **Café Adensado: Espaçamentos e cuidados no manejo da lavoura**. Londrina: IAPAR, 2002. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/ct121.pdf>. Acesso: 05-03-2014.

FILHO, Bertoldo Borges. CQH - Centro de Qualidade em Horticultura-CEAGESP. Disponível em <<http://www.hortibrasil.org.br/jnw/images/stories/servicodealimentacao/variedades/abacate.pdf>>. Acesso: 18-02-2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007:253.

GELBCKE, Daniele Lima. **Agroturismo e produção do espaço nas encostas da Serra Geral: entre a idéia e a prática.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89187/231348.pdf?sequence=1>>. Acesso: 18-12-2013.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretária da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. INCAPER Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Proater 2011. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras.** Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GUARNIERI, Laura Correa. **Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento da cafeicultura.** Campinas: Unicamp/IFICH, 1979:93.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise de um programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense.** Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Centro Tecnológico Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86515/224501.pdf?sequence=1>>. Acesso: 09-12-2014.

HOFFMANN, Tyago Ribeiro. Uma leitura da formação socioeconômica do município de Guarapari (ES): em busca de elementos para uma nova interpretação do desenvolvimento local. In: CAMPOS JR, Carlos Teixeira de. (Org) **Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes.** Vitória: IHGES, 2006.

INED. **Diagnóstico para planejamento econômico do estado do Espírito Santo.** Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico. Vitória (Espírito Santo): Governo Christiano Dias Lopes Filho, 1966.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>>. Acesso: 16-12-2013.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento Rural:** conceito e um exemplo de medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8702/4887>>. Acesso: 16-12-2013.

LACERDA, Tatiana Nobre de. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura:** o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7810/000557409.pdf?sequence=1>>. Acesso: 05-01-2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

LAMARCE, Hugues. **A agricultura familiar:** do mito à realidade. Vol. II. São Paulo: Unicamp, 1998.

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante.** Vitória, PROJETO RECIES, 1992.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MACEDO, Fernando César de. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: IHGES/Editora América, 2012.

MACEDO, Fernando Cezar; MAGALHÃES, Diogo Franco. **Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional**. Revista de História Regional v.16, n.1 – 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421>. Acesso: 27-02-2014.

MACHADO, André Grossi; CAUME, David José. **Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**. Sociedade brasileira de Economia, Administração e sociologia Rural.Raízes v.27 n.1 p.97-104 jan/jun 2008. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_205.pdf>. Acesso:16-12-2013.

MARQUES, Ronaldo A.; MARQUES, Maria Luiza de Lima. Agroturismo na região serrana do Espírito Santo e a dúvida de alguns agricultores: receber turistas e vender seus produtos ou vender apenas fora da propriedade. SEGeT X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Gestão e tecnologia para a competitividade. 2013 p. 1 a 17. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos13/32218286.pdf>>.Acesso: 18-03-2014.

MATIDA, Karla. **A geada que mudou a economia agrícola do Paraná em 18 de julho de 1975**. Revista Cafeicultura. jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=34026>>. Acesso: 03-03-2014.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 2002.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do. **Turismo rural nas montanhas capixabas: como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo de transformação**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 20013.

NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil**: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana/ Salvador: UEFS/ Ed. Arcádia, 2002.

NEVES, Instituto Jones dos Santos Neves. **Região Metropolitana**. Revista Instituto Jones ano VIII v1 abr/mai/jun 1995. Vitória – ES. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/vufind/Busca/download.php?filename=/ConteudoDigital/20121129_rijs_a8_n1_abr_maio_jun_1995.pdf>. Acesso: 18-12-2013.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A “Venda Nova das Imigrantes”**: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000333839>>. Acesso: 09-12-2013.

NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento sustentável. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NOVAES, Maria Stella de. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Coleção Canaã. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretária de Estado da Cultura, 2008.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 189-1989. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Rosimeire Fernandes Cruz. **Modernização da agricultura no Brasil e as transformações da agricultura familiar**. Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural. v.4, n. 1 – Jun – 2010. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/articl>

e/view/94/78>. Acesso: 26-02-2014.

PÉREZ, Edelmira. Hacia una nueva visión de lo rural. IN: GIARRACA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf>>. Acesso: 18-12-2013.

PIN, José Valdemar; CARNIELLI, Leandro. **Agroturismo: impactos do turismo no espaço rural do Espírito Santo**. Vitória: SEBAE/ES, 2007.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Vitória: [sn] 2000.

ROCHA, Haroldo Correêa; MORANDI, Angela Maria. **Antecedentes e evolução da economia capixaba**. Vitória:EDUFES, 1986.

_____. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

ROMERO, Juan Ignacio. **Questão agrária: latifúndio ou agricultura familiar**. São Paulo: Moderna, 1998.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; VILLEDA CALDAS, Nádia. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva**. Revista Theomai n 20 2 do semestre 2009. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO20/2ArtAnjos.pdf>>. Acesso: 05-01-2014.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SCARIM, Paulo César. Agricultura e desenvolvimentismo no Espírito Santo. Observatório dos Conflitos no Campo. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://occaes.blogspot.com.br/2011/10/agricultura-e-desenvolvimentismo-no.html>>. Acesso: 27-02-2014.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos**. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio et al.. **Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SERRANO, Lucía Mediano. **Un caso de marketing turístico: el agroturismo en el País Vasco**. Universidad del País Vasco (UPV/EHU). Cuadernos de Gestión v.. 1. n. 2 (enero de 2002). Disponível em: <<http://www.ehu.es/cuadernosdegestion/documentos/123.pdf>>. Acesso em: 9-12-2013. p.55-68.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura familiar**. Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Espacio rural y dimensión territorial del desarrollo en los países del MERCOSUL. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO. **Tema actuales y emergentes para el análisis económico y la investigación de políticas (CUREMIS II)**. América latina y el Caribe: alimentación, agricultura y desarrollo agrícola. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/y4940s/y4940s09.htm#bm9>>. Acesso: 18-12-2013.

SIQUEIRA, Márcia Smarzaró. **O trabalho infantil das crianças na agricultura familiar capixaba**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória – 1950-1980**. 2ª ed. Vitória: Grafitusa. 2010.

_____. **O porto de Vitória: expansão e modernização**. (1950-1993). Vitória. CODESA, 1994.

_____. **O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória, 1995. CODESA.

_____. **Crescimento e Pobreza: as contradições do desenvolvimento econômico da região da Grande Vitória**. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306707252_ARQUIVO_Crescimentoepobreza.ascontradicoesdodesenvolvimentoeconomiconaregiaodaGrandeVitoria.pdf>. Acesso: 18-12-2013.

SOUZA, Paulo Marcelo de; LIMA, José Eustáquio de. **Mudanças na pauta de produtos e efeitos sobre o perfil do emprego agrícola nas regiões sul e sudeste - 1975-1995**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 104, p. 41- 60, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/104/souza.pdf>. Acesso: 16-12-2013.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Historia, pasado y memória reciente: historia oral y contemporaneidad**. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Anuario n.20, ano 2003/2004, p.15-34. Disponível em: <http://www.fhuc.unl.edu.ar/olimpohistoria/paginas/manual_2009/docentes/modulo3/e-Historia,%20memoria%20y%20pasado%20reciente.pdf>. Acesso: 22-12-2013.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira; RAINHA, Jamila. **A Participação da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo no Modelo de Desenvolvimento do Estado nos Anos de 1960 e 1970**. RIGS. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. s e t. /dez. v.2. n.3 p. 2013 p. 39-57. Disponível em: <http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v2_n3-art3.pdf>. Acesso: 18-12-2013.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. **Aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo: a crise econômica da década de 1960, o consenso de necessidades e o governo Cristiano Dias Lopes (1967-1971)**. In: I Encontro de Economia do Espírito Santo. VITORIA, 2010. Disponível em: <http://economiecapixaba.weebly.com/uploads/8/5/1/5/8515368/villaschi_felipe_e_oliveira_-_aspectos_do_desenvolvimento_economico.pdf>. 18-12-2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. IN: GIARRACA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf>. Acesso: 16-12-2013.

ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova: um capítulo da imigração italiana**. São Paulo, 1983. [s.n].

ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do Imigrante: 100 anos de colonização italiana no sul do Espírito Santo**. Belo Horizonte, 1992 [s.n].

ANEXOS

ENTREVISTAS REALIZADAS ENTRE DEZEMBRO DE 2013 E ABRIL DE 2014 EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

- 1) Entrevista de História Oral realizada com o Senhor Benjamim Falqueto, produtor rural em Venda Nova do Emigrante, na sede do Sítio Falqueto, de sua propriedade, no dia 12 de dezembro de 2013. Realizada pelo autor.

- 2) Entrevista de História Oral com o Sr. Domingos Sávio Fileti, Secretário Municipal da Agricultura realizada na sede da Secretária Municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante, em 20 de março de 2014. Realizada pelo autor.

- 3) Entrevista de História Oral com o Sr. Antônio Carnielli, realizada na Fazenda Providência, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

- 4) Entrevista de História Oral com a Sra Carmem Busato Lorenzoni, realizada no Sítio Descanso de propriedade da família Busato, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

- 5) Entrevista de História Oral realizada com a Sra Rita de Cássia Zanúncio Araujo, Extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER em Venda Nova do Emigrante no dia 07 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

- 6) Entrevista de História Oral realizada com a Sra. Ana Brioschi e sua neta Priscila Brioschi na propriedade da família Brioschi, Sítio retiro do Ipê, no dia 07 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

- 7) Entrevista de História Oral realizada com a Sra. Maria Lúcia Altoé na propriedade da família Altoé, Sítio Jequitibá, no dia 09 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

- 8) Entrevista de História Oral com o Sr. Luiz Gonzaga Altoé realizada na propriedade da família Sossai Altoé, Sítio Sossai Altoé, no dia 09 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

9) Entrevista de História Oral com o Sr. Anicelcio Caliman realizada na propriedade da família Caliman, Fazenda Caliman, no dia 11 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

10) Entrevista de História Oral com a Sra Fátima Tonole realizada na propriedade da família Tonole, Sítio Boa Vista, no dia 11 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

11) Entrevista de História Oral com a Sr Máximo Lorenção realizada na propriedade da família Lorenção, Sítio Lorenção, no dia 11 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

12) Entrevista de História Oral com o Sr Alvécio Falqueto e sua filha Thaís Zambão Falqueto, realizada na propriedade da família Falqueto, Recanto do tio Vé, no dia 14 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

13) Entrevista de História Oral com o Sra Elza Rosa Falqueto e Sr. Evandro Rosa Falqueto, realizada na propriedade da família Falqueto, Sítio Beira Rio, no dia 14 de abril de 2014. Realizada pelo autor.

3ª REUNIÃO

DATA: 02 de abril de 1987.

LOCAL: Sala de reuniões da área de lazer da Paróquia São Pedro de V. Nova.

Participantes: 17

Ausentes: 04

OBJETIVO: Fazer o levantamento das assinaturas e definir estratégias a seguir.

- Houve a leitura do cabeçalho redigido por Máximo Feitosa, Domingos Sávio Caliman e Luiz Carlos Perim.
- Até a presente data já haviam 5 projetos tramitando na Assembléia.
- Conceição do Castelo fazia trabalho de pressão sobre os deputados colocando / principalmente a questão da divisa.
- Foram recolhidas 1169 assinaturas.
- Sr. Pedro Altoé esteve com o prefeito para marcar audiência com o Governador Max Mauro.
- Camata esteve em Vitória, a comissão designou 7 de seus componentes: Pedro Altoé, Antenor Lorenção, Declindo Perim, Américo Comarela, Angelo Pagoto Máximo Feitosa, Davi Cont Hupp e Luiz Carlos Perim, para estarem com ele e tratar detalhes importantes sobre a emancipação principalmente em relação ao IBGE no dia 03/04/87.

RESUMO DAS ATAS DAS REUNIÕES REALIZADAS PARA EMANCIPAR VENDA NOVA.

1ª REUNIÃO-

DATA: 15 de março de 1987 - 20 hs

LOCAL: Sala Paroquial da Matriz da Paróquia de São Pedro Apóstolo de V. Nova.

OBJETIVO: Fundar a comissão pró-emancipação do distrito de Venda Nova.

Esta reunião foi convocada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova. Sob a presidência de Sr. Pedro Altoé, que leu o edital de convocação e passou a palavra para o Sr. Luiz Carlos Perim para que fizesse uma explanação dos requisitos necessários contidos em leis para se conseguir a emancipação.

Ficou decidido pelo plenário que o 1º passo para se conseguir a Emancipação seria aprovar a escolha de uma comissão que seria formada pelos 5 vereadores, um representante de cada partido político registrado no município, um representante de cada comunidade do distrito de Venda Nova e outros líderes locais. A Assembleia aprovou sim ou não. Participaram 83 pessoas.

A comissão ficou composta de 21 membros.

- 1-Aldi Maria Caliman.Terra
- 2-Erez Deloupe
- 3-Jorje Andreão
- 4-Angelo Arlindo Pagoto
- 5-Américo Comarela
- 6-José Anilton Vieira (PFL)
- 7-Angelo Valentim Paste (PT)
- 8-Pedro Altoé (Conselho)
- 9-Cleto Venturim
- 10-Luiz Carlos Feitosa Perim
- 11-Máximo Roberto Feitosa
- 12-Alcides Minete
- 13-Antenor Lorenção
- 14-Eleotério Conrado Paste
- 15-Roque Zulcão
- 16-Benjamin Falqueto
- 17-Deolindo Perim
- 18-David Cont Hupp
- 19-Domingos Sévio Caliman
- 20-Nicolau Falqueto (Prefeito)
- 21-DOMINGOS SPRENGER

EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras



GA
X
GA
2207+
0917.1252

272207ASLS DR
VENDA NOVA-ES,
SETEMBRO 15, 1987. - TLX NR. 0031.

PARA: EXMO. SR. DR. PAULO HARTUNG.
DE: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE VENDA NOVA-ES.

PREZADO SENHOR.

ACABAMOS DE RECEBER TELEX DO SR. DR. EDSON DE OLIVEIRA NUNES PRESIDENTE DO I.B.G.E.(RIO), COMUNICANDO INICIO CONTAGEM RESIDENCIAL E POPULACIONAL DA AREA PRETENSO MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO I-MIGRANTE. PARA ISTO ESTE CONSELHO ESTA REMETENDO NESTA DATA A IMPORTANCIA DE CR\$179.000,00 COMO CUSTEIO DE DIARIAS E COMBUSTIVEL.

A TITULO DE INFORMACAO ADIANTAMOS QUE, EM NOVENBRO DE 1986, OS ALUNOS DO COLEGIO FIORAVANTE CALIMAN FIZERAM ESTE LEVANTAMENTO NO DISTRITO E CONTARAM MAIS DE 11.500 HABITANTES, O QUE GARANTE O SUCESSO DO CENSO A SER EFETUADO PELO I.B.G.E..

REITERAMOS NOSSOS AGRADECIMENTOS PELO EMPENHO DE V. EXCIA. JUNTO AQUELE ORGAO E CONTINUAMOS CONTANDO COM VOSSO PRESTIGIO E PRECIOSO APOIO.

CORDIAIS SAUDAÇÕES.
PEDRO ALTOEN- PRESIDENTE.

GA
272207ASLS DR
273452OLPI: BRRTH

EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras



EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras

EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras



EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras



EMBRATEL
Empresa do Sistema Telebras

Epunt

Ata da Reunião para a posse da
Câmara Municipal de Venda No-
va do Imigrante:

Do primeiro dia do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove, às vinte horas, numa das salas do Colégio Salesiano, em Venda Nova do Imigrante, sob a presidência do Exmo. Sr. Sr. Ely dos Santos, mmº Juiz Eleitoral designado para o ato, foi declarada aberta a sessão sobre a posse dos Vereadores do Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo, criado pela lei nº 4.069/88, de 06/05/88, e publicada no Diário Oficial do dia dez de maio de 1988. A seguir, o Exmo. Sr. Juiz Presidente, convida o vereador eleito, Sr. Dejair Vazzoler, para Secretário da Sessão, e os demais vereadores eleitos: Albino Angelo Uliana, Alcides Minetti, Arlindo Modari, Celso Laudonadi, Cleto Venturim, Dejair Vazzoler, Francisco Hosquen Gies, José Egidio Altolé, Juscelino Nunes da Silva, Nelson Minetti, Osmar Antonio Pennoli, Vicente Calimau, Victor Melini Targi, para, de pé, prestarem o compromisso de praxe. O Senhor Presidente passa então a ler o compromisso constante do artigo 28 (vinte e oito), da lei nº 2.460/73, de 30 (trinta) de março de 1973 (mil novecentos e setenta e três), passando, em seguida, à chamada nominal dos Senhores Vereadores para

a formalização do compromisso. Tomado o referido compromisso, o Senhor Presidente proferiu breve saudação aos empresários, congratulando-se com suas eleições. Seguindo, declara encerrada esta sessão e passa ao vereador mais votado o Senhor Osmar Antonio Gemoli, a Presidência dos trabalhos, determinando que de tudo se lavrasse a competente ata que vai assinada por todos os presentes. E, para constar, foi designado (Sejair Vizzoler), Secretário nomeado "ad hoc" que lavrei a presente ata e a subscrevo.

Venda Nova do Imigrante, aos 28 de Janeiro de 1989.

Sejair Vizzoler
 Osmar Antonio Gemoli
 Alti

Sejair Vizzoler
 Juiz de Direito

Collino Angelo Uliano
 Nelson

Alti
 Carlos Antonio

Alti
 Geiza Garcia Falgueto
 Antonio
 Alti

4
E. J. J. J.

Ata da Reunião Solene da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante para posse do Poder Executivo e instalação do Município:

No primeiro dia do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se numa das salas do Colégio Salesiano, a Câmara de Vereadores, sob a presidência do Sr. Vitor Malini Targa, presidente da mesa. Verificando tudo estar em ordem, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e convidou os vereadores Francisco H. Feres, Alcides Mimetio Juvelino N. da Silva, para introduzirem no recinto os Senhores Nicolau Falchetto e Braz Del pupo, respectivamente, Prefeitos e vice-prefeitos, eleitos. O Senhor Prefeito eleito, Nicolau Falchetto, passou então a ler o compromisso constante do artigo 28 (vinte e oito) da Lei 2.760 de 30 (trinta) de março de 1973 (mil novecentos e setenta e três), no que foi seguido do Vice-Prefeito eleito, Senhor Braz Del pupo. O Prefeito empossado agradeceu a sua eleição, conclamando a Câmara de Vereadores à união em torno de um bom desempenho em seu mandato. O Sr. Presidente, declarou, então, instalados o Município de Venda Nova do Imigrante, e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão, determinando que tudo se registrasse; e, para constar, Eu, Dejair Jozzi (Dejair Józger), secretário nomeado «ad hoc», lavei a presente ata, que vai ser assinada por mim, pelo Senhor Presidente.